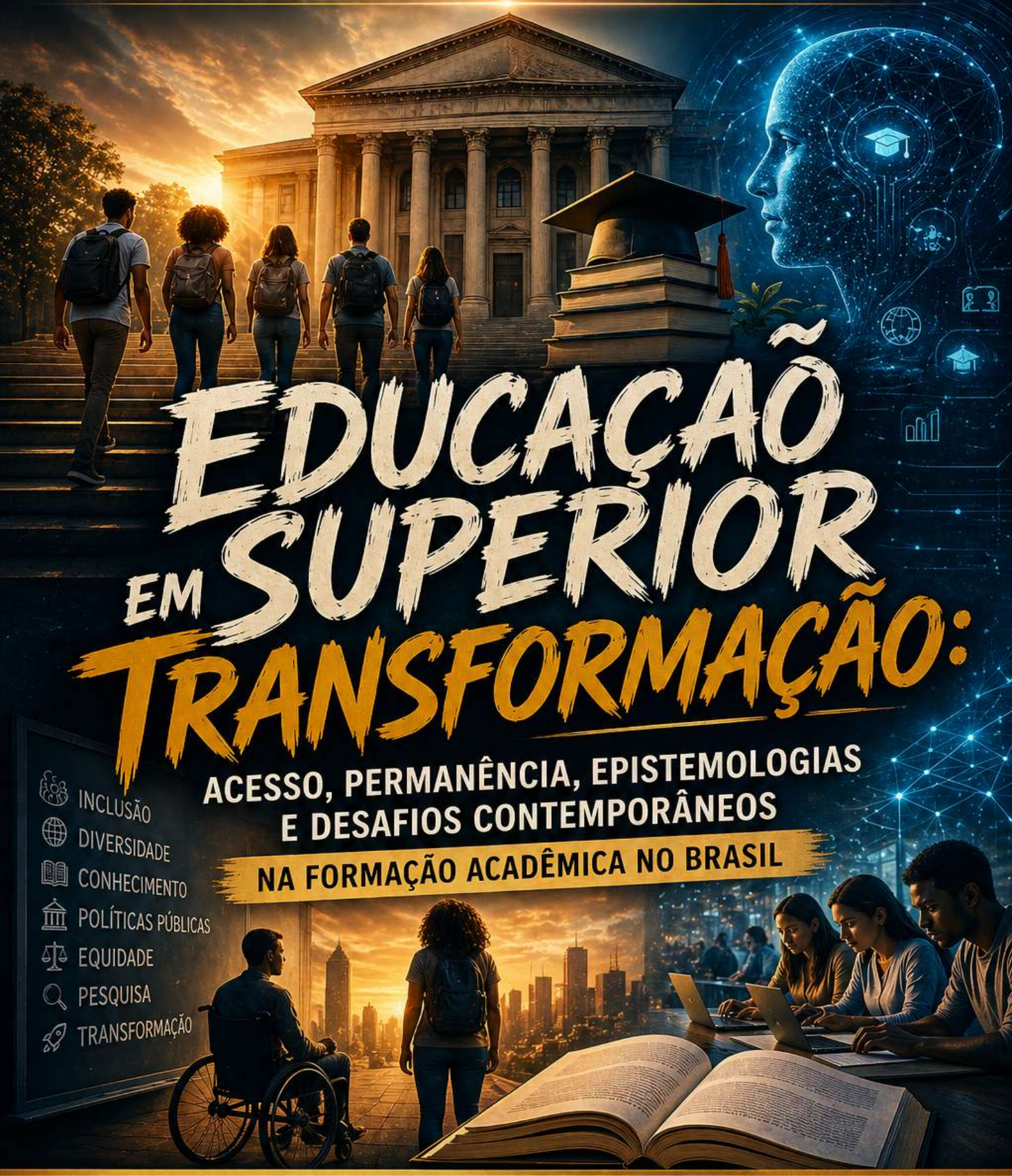
SAMUEL FERREIRA



EDUCAÇÃO EM SUPERIOR EM TRANSFORMAÇÃO:

ACESSO, PERMANÊNCIA, EPISTEMOLOGIAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA NO BRASIL

CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA. EDUCAÇÃO QUE INCLUI.

Ed, Ind. Clube de Autores.

APRESENTAÇÃO

Educação Superior em Transformação: acesso, permanência, epistemologias e desafios contemporâneos na formação acadêmica no Brasil

> "Em cada universidade que se abre, não se inaugura apenas um espaço de formação, mas um campo de disputas, esperanças e contradições. A educação superior no Brasil se transforma continuamente entre o sonho do acesso e a luta pela permanência, entre políticas que prometem inclusão e realidades que ainda produzem exclusão. Nesse cenário, o conhecimento não é neutro: ele carrega marcas históricas, escolhas epistemológicas e projetos de sociedade. Pensar a formação acadêmica contemporânea é reconhecer que ensinar e aprender na universidade envolve mais do que transmitir saberes; implica enfrentar desigualdades, reinventar práticas e questionar os próprios fundamentos do que se entende por educação. Assim, a transformação da educação superior não é apenas institucional, mas profundamente humana, social e intelectual — um movimento permanente entre o que fomos, o que somos e o que ainda podemos nos tornar." Samuel Ferreira, (2026).

Este e-book apresenta uma reflexão ampla, crítica e aprofundada sobre a educação superior brasileira em suas múltiplas dimensões, articulando experiências acadêmicas, políticas educacionais, fundamentos epistemológicos e transformações contemporâneas que impactam diretamente o cotidiano das universidades. Ao abordar a ideia de transformação do ensino

superior, propõe-se uma leitura que ultrapassa a descrição institucional e busca compreender os sentidos sociais, culturais e científicos que estruturam esse campo em constante mudança.

A proposta central deste e-book é analisar como a educação superior no Brasil se reorganiza diante de desigualdades históricas, novas exigências formativas e aceleradas transformações tecnológicas. Nesse cenário, o texto não se limita a registrar mudanças, mas procura interpretá-las criticamente, articulando teoria e realidade educacional.

Um dos eixos fundamentais da discussão é o acesso ao ensino superior, entendido como um processo complexo que envolve políticas públicas, condições socioeconômicas e trajetórias individuais. A entrada na universidade representa, para muitos estudantes, uma ruptura significativa com suas condições anteriores de vida e um possível caminho de mobilidade social.

Entretanto, o acesso não pode ser compreendido de forma isolada, pois a permanência no ensino superior constitui um desafio igualmente central. Permanecer na universidade exige muito mais do que ingresso: requer apoio institucional, condições materiais adequadas e suporte pedagógico contínuo.

Este e-book dedica especial atenção às trajetórias de estudantes em contextos de vulnerabilidade social, evidenciando como suas experiências acadêmicas são atravessadas por desafios múltiplos. Essas narrativas revelam desigualdades estruturais que ainda marcam profundamente o sistema educacional brasileiro.

As universidades comunitárias são analisadas como espaços relevantes nesse cenário, uma vez que articulam compromisso social, formação acadêmica e inserção regional. Nessas instituições, os desafios de inclusão e permanência ganham contornos específicos e exigem estratégias institucionais próprias.

Outro eixo central da obra trata das políticas públicas de inclusão no ensino superior, com destaque para programas de bolsas, financiamento estudantil e ações afirmativas. Tais políticas são analisadas em sua efetividade, limites e contradições no contexto brasileiro contemporâneo.

O papel do Estado na regulação e garantia do direito à educação superior também é problematizado, especialmente diante das tensões entre expansão do sistema e manutenção da qualidade acadêmica. Essas tensões revelam disputas políticas e econômicas que atravessam o campo educacional.

A desigualdade educacional é abordada como um fenômeno estrutural e multifacetado, envolvendo dimensões econômicas, raciais, territoriais e culturais. Dessa forma, compreender a universidade exige uma leitura que vá além de suas fronteiras institucionais.

No campo epistemológico, este e-book propõe uma reflexão aprofundada sobre os fundamentos das ciências da educação, dialogando com tradições filosóficas clássicas e abordagens contemporâneas. O conhecimento educacional é apresentado como um campo em disputa, em constante construção e reconstrução.

A presença de autores como Kant e outras tradições filosóficas é mobilizada para discutir a racionalidade da educação, ao mesmo tempo em que se reconhecem os limites dessas perspectivas diante dos desafios atuais.

A tensão entre tradição e inovação é apresentada como elemento constitutivo da produção do conhecimento educacional, influenciando currículos, práticas pedagógicas e modelos de formação acadêmica.

A formação crítica dos estudantes é destacada como um dos principais objetivos da educação superior, associada ao desenvolvimento da autonomia intelectual, da criatividade e da capacidade de análise.

No campo metodológico, o e-book aprofunda a discussão sobre a pesquisa qualitativa em educação, destacando sua relevância para a compreensão de fenômenos complexos e subjetivos presentes no ambiente universitário.

A validade e a confiabilidade dos estudos educacionais são tratadas como princípios fundamentais para a produção de conhecimento rigoroso, especialmente em pesquisas que envolvem experiências humanas e contextos sociais diversos.

As estratégias de investigação qualitativa são apresentadas como instrumentos essenciais para garantir profundidade analítica e consistência interpretativa nos estudos em educação.

Este e-book também se posiciona como referência para pesquisadores e estudantes de pós-graduação, ao discutir desafios relacionados ao rigor metodológico e à construção do conhecimento científico em educação.

No contexto contemporâneo, a educação superior é profundamente impactada pelas transformações tecnológicas, exigindo novas formas de organização institucional e novas abordagens pedagógicas.

A formação docente na era da inteligência artificial é discutida como um dos principais desafios emergentes, especialmente no que se refere à atualização das licenciaturas e à adaptação dos currículos.

As licenciaturas são analisadas em seu descompasso em relação às práticas digitais contemporâneas, evidenciando a necessidade de reestruturação formativa diante das novas demandas educacionais.

O surgimento de universidades corporativas e microcertificações fora da regulação tradicional do sistema educacional brasileiro é abordado como um fenômeno que desafia os modelos clássicos de ensino superior.

Essas novas formas de certificação e formação indicam uma reconfiguração do campo educacional, no qual o mercado passa a exercer influência significativa sobre a produção e validação do conhecimento.

A relação entre educação e mercado é problematizada ao longo do e-book, destacando riscos, tensões e possibilidades que emergem dessa aproximação crescente.

A universidade é compreendida como um espaço dinâmico, em constante transformação, atravessado por disputas de sentido, interesses institucionais e demandas sociais diversas.

Dessa forma, este e-book defende que a educação superior deve ser analisada como parte de um sistema social mais amplo, interligado a questões políticas, econômicas e culturais.

A articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e fundamentos epistemológicos permite uma compreensão mais integrada e crítica da realidade universitária brasileira.

A interdisciplinaridade é apresentada como um elemento fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos da educação superior, ampliando as possibilidades de análise e intervenção.

A formação acadêmica é compreendida como um processo contínuo e dinâmico, que ultrapassa os limites formais da graduação e se estende ao longo da vida profissional e intelectual dos sujeitos.

Assim, este e-book contribui para o debate contemporâneo sobre os rumos da educação superior no Brasil, oferecendo subsídios teóricos e analíticos para uma reflexão crítica.

Por fim, “Educação Superior em Transformação” se configura como um convite à análise profunda das mudanças que atravessam a universidade contemporânea, articulando inclusão, conhecimento, políticas públicas e inovação em uma perspectiva abrangente e crítica.

Samuel Ferreira

SUMARIO

OS DESAFIOS DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: EXPERIÊNCIAS DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA.	**07**
EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO: ENTRE A FORMAÇÃO CRÍTICA KANTIANA E A CRIATIVIDADE NO PENSAMENTO EDUCACIONAL CONTEMPORÂNEO.	**21**
POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA ESTUDANTES DE BAIXA RENDA E MINORIAS ÉTNICAS.	**38**
A PESQUISA QUALITATIVA: FUNDAMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR VALIDADE E CONFIABILIDADE DOS RESULTADOS.	**53**
TRADIÇÃO E INOVAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR.	**67**
OS DESAFIOS DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: EXPERIÊNCIAS, TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS E POLÍTICAS DE INCLUSÃO EM UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA.	**78**
A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A ERA DA IA: POR QUE OS CURSOS DE LICENCIATURA BRASILEIROS AINDA PREPARAM PROFESSORES ANALÓGICOS PARA ALUNOS DIGITAIS.	**92**
UNIVERSIDADES CORPORATIVAS E MICROCERTIFICAÇÕES: A EDUCAÇÃO SUPERIOR QUE O MEC NÃO REGULA, MAS O MERCADO EXIGE.	**111**
POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: O PAPEL DAS BOLSAS, FINANCIAMENTOS E DA ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS.	**127**
BARREIRAS ACADÊMICAS E SOCIAIS NA TRAJETÓRIA UNIVERSITÁRIA.	***139***

OS DESAFIOS DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: EXPERIÊNCIAS DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA.

Samuel Ferreira

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios relacionados ao acesso e à permanência no ensino superior, com ênfase nas experiências vivenciadas em uma universidade comunitária. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem bibliográfica e documental, buscando compreender os fatores que influenciam a trajetória acadêmica dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Conforme apontam Cruz e Cruz (2025), a permanência estudantil envolve múltiplas dimensões, incluindo condições socioeconômicas, apoio institucional e políticas públicas. Nesse contexto, as universidades comunitárias desempenham papel relevante ao promover inclusão e democratização do ensino. A metodologia adotada baseia-se na análise de produções científicas recentes e documentos institucionais, conforme orientações de Creswell (2021) e Narciso e Santana (2025), permitindo identificar padrões e desafios recorrentes. Os resultados evidenciam que, embora haja avanços nas políticas de acesso, ainda persistem obstáculos significativos relacionados à evasão, dificuldades financeiras e falta de suporte adequado (Santos; Garcia, 2025). Além disso, questões como inclusão de estudantes com deficiência e pertencentes a grupos minoritários reforçam a necessidade de estratégias mais eficazes (Lima; Carmo, 2023). Conclui-se que a permanência no ensino superior exige ações integradas entre políticas públicas e práticas institucionais, sendo fundamental o fortalecimento de mecanismos de apoio acadêmico e social para garantir o sucesso dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino superior; Permanência estudantil; Acesso à educação; Universidade comunitária.

ABSTRACT

This study aims to analyze the challenges related to access and retention in higher education, with emphasis on the experiences observed in a community university. The research is based on a bibliographic and documentary approach, seeking to understand the factors that influence students' academic trajectories, especially those in socially vulnerable situations. According to Cruz and Cruz (2025), student retention involves multiple dimensions, including socioeconomic conditions, institutional support, and public policies. In this context, community universities play an important role in promoting inclusion and democratization of education. The methodology is based on the analysis of recent scientific publications and institutional documents, following the guidelines of Creswell (2021) and Narciso and Santana (2025), allowing the identification of recurring patterns and challenges. The results show that, although there have been advances in access policies, significant obstacles remain related to dropout rates, financial difficulties, and lack of adequate support (Santos & Garcia, 2025). Furthermore, issues such as the inclusion of students with disabilities and minority groups reinforce the need for more effective strategies (Lima & Carmo, 2023). It is concluded that retention in higher education requires integrated actions between public policies and institutional practices, highlighting the importance of strengthening academic and social support mechanisms to ensure student success.

Keywords: Higher education; Student retention; Access to education; Community university.

1. INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino superior no Brasil tem se ampliado nas últimas décadas, impulsionado por políticas públicas de inclusão e expansão educacional. No entanto, garantir a permanência dos estudantes nas instituições de ensino ainda constitui um dos principais desafios enfrentados pelo sistema educacional. Conforme destacam Pinheiro (2024), o ingresso no ensino superior não assegura, por si só, a conclusão da formação acadêmica, sendo necessária a implementação de políticas eficazes de permanência.

As universidades comunitárias assumem um papel estratégico, pois atuam na promoção do acesso à educação superior com compromisso social e regional. Entretanto, tais instituições também enfrentam limitações estruturais e financeiras que impactam diretamente na permanência estudantil. Segundo Theodoro e Freitas (2025), fatores como vulnerabilidade socioeconômica, dificuldades de adaptação acadêmica e ausência de suporte institucional contribuem para o aumento da evasão.

O problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em compreender: *quais são os principais desafios relacionados ao acesso e à permanência no ensino superior em uma universidade comunitária?* Diante disso, o objetivo geral é analisar esses desafios, identificando fatores condicionantes e possíveis estratégias de enfrentamento.

A relevância deste estudo está na necessidade de aprofundar a discussão sobre inclusão educacional, especialmente em contextos comunitários, contribuindo para o desenvolvimento de políticas institucionais mais eficazes. Como afirmam Novaes et al. (2025), a permanência no ensino superior deve ser compreendida como um processo complexo, que envolve não apenas o estudante, mas também a estrutura institucional e o contexto social.

2. APRESENTAÇÃO

A discussão sobre acesso e permanência no ensino superior tem ganhado destaque no cenário acadêmico contemporâneo, especialmente diante das desigualdades sociais que ainda marcam o sistema educacional brasileiro. O acesso ampliado, promovido por políticas públicas, não tem sido suficiente para garantir a continuidade dos estudantes, evidenciando a necessidade de ações complementares voltadas à permanência (Santos; Garcia, 2025).

As universidades comunitárias destacam-se nesse cenário por sua natureza híbrida, combinando características públicas e privadas, com forte compromisso social. Essas instituições atuam na democratização do ensino, atendendo, muitas vezes, estudantes de baixa renda e grupos historicamente excluídos. Conforme Robert et al. (2024), a inclusão efetiva requer mais do que o acesso, sendo necessário garantir condições adequadas de permanência.

A permanência estudantil está diretamente relacionada à oferta de políticas de assistência, como bolsas de estudo, apoio psicológico e acompanhamento pedagógico. Segundo Lima e Carmo (2023), a ausência desses mecanismos pode comprometer significativamente a trajetória acadêmica, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade. Àdiversidade do público acadêmico, incluindo estudantes com deficiência, oriundos de áreas rurais ou pertencentes a minorias sociais. Conforme Silva et al. (2025), esses grupos enfrentam barreiras adicionais que dificultam sua permanência, exigindo estratégias institucionais específicas.

O acesso ao ensino superior no Brasil tem sido ampliado nas últimas décadas por meio de políticas públicas inclusivas, porém a permanência dos estudantes ainda se configura como um desafio significativo, especialmente em universidades comunitárias. Essas instituições, que possuem forte compromisso social, atendem majoritariamente estudantes oriundos de contextos de vulnerabilidade, o que torna a permanência acadêmica um processo complexo e multifatorial. Conforme destaca Pinheiro (2024), o acesso ampliado não garante, por si só, a conclusão do percurso formativo, sendo necessário considerar condições estruturais e sociais que influenciam a trajetória estudantil.

Entre os principais desafios relacionados ao acesso, destaca-se a desigualdade socioeconômica, que ainda limita o ingresso de muitos estudantes no ensino superior. Mesmo com políticas de inclusão, como bolsas e financiamentos, há barreiras relacionadas à preparação acadêmica e ao capital cultural dos estudantes. Segundo Cruz e Cruz (2025), estudantes de baixa renda frequentemente enfrentam dificuldades desde o processo seletivo até a adaptação ao ambiente universitário, o que impacta diretamente sua permanência.

No que se refere à permanência, os fatores econômicos são determinantes. A necessidade de conciliar trabalho e estudo, aliada à insuficiência de recursos financeiros, contribui para o aumento da evasão. Conforme Santos e Garcia (2025), muitos estudantes abandonam seus cursos devido à incapacidade de arcar com custos indiretos, como transporte, alimentação e materiais acadêmicos, evidenciando a importância de políticas de assistência estudantil.

A defasagem na formação básica pode comprometer o desempenho acadêmico, gerando insegurança e desmotivação. De acordo com Novaes et al. (2025), a falta de apoio pedagógico adequado pode intensificar essas dificuldades, aumentando o risco de evasão. A inclusão de estudantes com deficiência e de grupos historicamente marginalizados também representa um desafio importante. Apesar dos avanços nas políticas de inclusão, ainda existem barreiras estruturais e pedagógicas que dificultam a permanência desses estudantes. Conforme

Lima e Carmo (2023), a ausência de acessibilidade adequada e de práticas pedagógicas inclusivas limita a participação plena desses indivíduos no ambiente acadêmico.

Aspectos psicológicos e emocionais influenciam diretamente a permanência no ensino superior. A pressão acadêmica, a adaptação a um novo ambiente e a ausência de redes de apoio podem gerar sofrimento psíquico nos estudantes. Segundo Silva, Givigi e Camargo (2024), a falta de suporte psicológico institucional contribui para o abandono dos cursos, evidenciando a necessidade de políticas de cuidado e acolhimento.

No contexto das universidades comunitárias, esses desafios são ainda mais evidentes devido às limitações financeiras dessas instituições. Diferentemente das universidades públicas, muitas instituições comunitárias dependem de mensalidades e recursos próprios, o que pode restringir a oferta de programas de assistência estudantil. Conforme Theodoro e Freitas (2025), essa limitação impacta diretamente na capacidade institucional de promover a permanência dos estudantes.

Diante desse cenário, torna-se fundamental a implementação de estratégias de enfrentamento que considerem a complexidade do fenômeno. Entre essas estratégias, destacam-se a ampliação de políticas de assistência estudantil, o fortalecimento do apoio pedagógico e a promoção de ações inclusivas. Segundo Narciso e Santana (2025), a construção de práticas educacionais inovadoras pode contribuir para a melhoria da experiência acadêmica e para a redução da evasão.

A permanência estudantil não deve ser responsabilidade exclusiva das instituições de ensino, mas sim resultado de um esforço conjunto entre governo, universidade e sociedade. Conforme Robert et al. (2024), a articulação entre diferentes atores sociais é essencial para garantir a equidade no ensino superior.

Os desafios relacionados ao acesso e à permanência no ensino superior em universidades comunitárias são diversos e interdependentes, exigindo abordagens integradas e contínuas. A análise desses fatores permite identificar caminhos possíveis para o fortalecimento de políticas educacionais mais inclusivas e eficazes, contribuindo para a construção de um ensino superior mais democrático e acessível a todos.

Compreender os desafios do acesso e da permanência no ensino superior implica analisar um conjunto de fatores inter-relacionados, que envolvem dimensões sociais, econômicas e institucionais. Esses fatores não atuam de forma isolada, mas se articulam de maneira complexa, influenciando diretamente a trajetória acadêmica dos estudantes.

No âmbito social, destacam-se as desigualdades históricas que afetam o ingresso e a continuidade no ensino superior, especialmente entre grupos em situação de vulnerabilidade (Pinheiro, 2024). Já no aspecto econômico, a limitação de recursos financeiros constitui uma

das principais barreiras à permanência, exigindo a implementação de políticas de assistência estudantil eficazes (Santos; Garcia, 2025). No campo institucional, é fundamental considerar a qualidade do suporte oferecido pelas universidades, incluindo ações pedagógicas, psicológicas e de inclusão (Lima; Carmo, 2023). A articulação entre políticas públicas e práticas institucionais é essencial para garantir condições equitativas de acesso e permanência (Theodoro; Freitas, 2025). Dessa forma, a análise integrada desses elementos possibilita uma compreensão mais ampla e crítica do fenômeno, contribuindo para a formulação de estratégias que promovam a democratização do ensino superior e o sucesso acadêmico dos estudantes.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da análise de artigos científicos, livros e publicações recentes sobre o tema, conforme definição de Gil (2019), que destaca esse tipo de pesquisa como fundamental para o levantamento e análise de produções já existentes.

A pesquisa documental, por sua vez, envolveu a análise de documentos institucionais e relatórios relacionados às políticas de acesso e permanência no ensino superior, permitindo uma compreensão mais contextualizada do fenômeno estudado. Segundo Fávero e Centenaro (2019), esse tipo de abordagem possibilita o acesso a informações relevantes que não estão sistematizadas em produções acadêmicas.

Para a organização e análise dos dados, utilizou-se como referência a revisão sistemática da literatura, conforme orientações de Galvão e Ricarte (2019), complementadas pelo protocolo Prisma, conforme Page et al. (2021), que contribui para maior rigor metodológico na seleção das fontes.

Além disso, foram consideradas contribuições metodológicas contemporâneas, como as discutidas por Morales (2022) e Narciso e Santana (2025), que enfatizam a importância de uma análise crítica e estruturada na produção científica.

4. DESENVOLVIMENTO

No que se refere aos processos de ingresso, observa-se que as universidades comunitárias adotam diferentes formas de acesso, como vestibulares próprios, utilização de notas do ensino médio, programas de bolsas institucionais e parcerias com políticas públicas de financiamento estudantil. Esses mecanismos ampliam as oportunidades de entrada, permitindo que estudantes de diferentes perfis socioeconômicos tenham acesso ao ensino superior. Esse

cenário contribui positivamente para a inclusão educacional e para a diversificação do público acadêmico.

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem bibliográfica e documental, considerada adequada para a compreensão ampla do fenômeno estudado, pois permite a análise crítica de produções científicas e documentos institucionais. Conforme Creswell (2021), esse tipo de abordagem possibilita uma investigação sistemática e consistente, enquanto Narciso e Santana (2025) destacam que a utilização de múltiplas fontes contribui para uma análise mais robusta e confiável. No contexto das universidades comunitárias, essa análise também permite compreender como essas instituições se mantêm financeiramente, geralmente por meio de mensalidades, convênios, projetos de extensão, parcerias com o setor público e privado e reinvestimento dos recursos na própria instituição, reforçando seu caráter social e comunitário.

A permanência estudantil é compreendida como um processo multidimensional, envolvendo fatores socioeconômicos, apoio institucional e políticas públicas, o que reforça a complexidade do tema, mas também evidencia oportunidades de intervenção eficaz. Conforme apontam Cruz e Cruz (2025), a permanência depende de uma rede de suporte integrada, o que tem sido progressivamente reconhecido pelas instituições de ensino. Nesse contexto, destaca-se a importância da formação continuada dos professores, que contribui para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor. Professores capacitados estão mais preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, promovendo estratégias de ensino que favorecem a aprendizagem de todos os estudantes.

As universidades comunitárias destacam-se como agentes fundamentais na promoção da inclusão e da democratização do ensino superior, especialmente por sua atuação em contextos regionais e por seu compromisso social. Além disso, investem na formação coesa dos alunos, buscando não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a formação crítica, ética e cidadã. Esse processo envolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, que contribuem para a construção de conhecimentos integrados e aplicados à realidade social. Os resultados evidenciam que, embora ainda existam desafios como dificuldades financeiras e riscos de evasão, há avanços importantes na criação de mecanismos de suporte, conforme indicam Santos e Garcia (2025), bem como no fortalecimento de práticas inclusivas.

A superação dos desafios relacionados ao acesso e à permanência no ensino superior exige ações integradas e contínuas. Estratégias como ampliação de bolsas e auxílios, fortalecimento do apoio pedagógico, investimento na formação docente e promoção de práticas inclusivas têm se mostrado eficazes para garantir o sucesso acadêmico dos estudantes. A articulação entre políticas públicas e iniciativas institucionais reforça a capacidade das

universidades comunitárias de responder às demandas sociais, consolidando seu papel como espaços de transformação social. O estudo evidencia não apenas os desafios existentes, mas também as soluções e avanços que contribuem para a construção de uma educação superior mais acessível, inclusiva e de qualidade.

4.1. Políticas de acesso ao ensino superior e democratização educacional

O acesso ao ensino superior no Brasil tem sido ampliado por meio de políticas públicas voltadas à inclusão social, como programas de financiamento estudantil e sistemas de cotas. Essas iniciativas têm contribuído significativamente para a democratização do ensino, permitindo que estudantes de diferentes origens socioeconômicas ingressem na universidade. No entanto, conforme aponta Pinheiro (2024), o acesso, por si só, não garante equidade educacional, sendo necessário avançar também em políticas de permanência.

As universidades comunitárias desempenham papel relevante ao oferecer oportunidades educacionais em regiões menos atendidas pelo ensino público (Pinheiro, 2024). Essas instituições assumem uma função social estratégica ao promover o acesso ao ensino superior para populações que, historicamente, enfrentam barreiras estruturais, contribuindo para o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades educacionais. Seu compromisso com a comunidade local favorece a construção de uma educação mais inclusiva e voltada às demandas sociais específicas, fortalecendo a relação entre universidade e sociedade.

Contudo, essas instituições enfrentam desafios significativos relacionados à sustentabilidade financeira e à oferta de suporte adequado aos estudantes (Santos; Garcia, 2025). Diferentemente das universidades públicas, as comunitárias dependem, em grande medida, de recursos provenientes de mensalidades e parcerias institucionais, o que pode limitar a expansão de políticas de assistência estudantil. Essa limitação impacta diretamente na permanência dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que necessitam de apoio contínuo para manter sua trajetória acadêmica.

Torna-se fundamental o desenvolvimento de estratégias institucionais que garantam não apenas o acesso, mas também condições efetivas de permanência. Segundo Theodoro e Freitas (2025), a ampliação do acesso deve estar articulada a políticas de apoio acadêmico, financeiro e psicossocial, capazes de atender às necessidades dos estudantes de forma integral. O fortalecimento dessas estratégias é essencial para consolidar o papel das universidades comunitárias como agentes de inclusão e transformação social no ensino superior.

4.2. Fatores socioeconômicos e evasão no ensino superior

A evasão no ensino superior está fortemente associada a fatores socioeconômicos, que impactam diretamente a permanência dos estudantes. Dificuldades financeiras, necessidade de conciliar trabalho e estudo, e falta de apoio familiar são elementos que contribuem para o abandono dos cursos. Conforme destacam Santos e Garcia (2025), a evasão não deve ser compreendida como um fenômeno isolado, mas como resultado de múltiplas vulnerabilidades.

Estudantes provenientes de contextos de desigualdade social enfrentam maiores obstáculos para manter sua trajetória acadêmica, uma vez que carregam consigo limitações que vão além do espaço universitário. Essas dificuldades incluem não apenas restrições financeiras, mas também lacunas na formação básica, acesso limitado a bens culturais e ausência de redes de apoio familiar e institucional. Segundo Silva et al. (2025), grupos como jovens negros, estudantes rurais e de baixa renda apresentam maiores índices de evasão, o que evidencia a persistência de desigualdades estruturais no acesso e na permanência no ensino superior. Esses fatores reforçam a necessidade de uma análise mais ampla e sensível às diferentes realidades sociais que compõem o universo acadêmico.

A permanência desses estudantes está diretamente relacionada à sua capacidade de adaptação ao ambiente universitário, que muitas vezes não está preparado para acolher a diversidade de trajetórias e experiências. Conforme destacam Novaes et al. (2025), a falta de políticas institucionais inclusivas pode intensificar sentimentos de exclusão, insegurança e desmotivação, contribuindo para o abandono dos cursos. A universidade precisa se reconhecer como um espaço plural e desenvolver práticas pedagógicas e administrativas que valorizem a diversidade e promovam a equidade.

Torna-se essencial que as instituições de ensino desenvolvam mecanismos de apoio financeiro e acadêmico, visando reduzir as desigualdades e promover a permanência estudantil. Isso inclui a oferta de bolsas, auxílios, programas de tutoria, acompanhamento pedagógico e apoio psicológico. Conforme apontam Theodoro e Freitas (2025), a efetividade dessas ações depende de uma abordagem integrada, que considere o estudante em sua totalidade. Investir em políticas de permanência não é apenas uma estratégia institucional, mas um compromisso com a democratização do ensino superior e com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

4.3. Inclusão e diversidade no contexto universitário

A inclusão no ensino superior envolve a garantia de acesso e permanência para estudantes com diferentes perfis e necessidades. Nesse contexto, destaca-se a importância de

políticas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência, bem como de grupos historicamente marginalizados.

Conforme Lima e Carmo (2023), a acessibilidade no ensino superior ainda apresenta limitações, tanto em termos de infraestrutura quanto de práticas pedagógicas. Além disso, Robert et al. (2024) ressaltam que a inclusão efetiva exige mudanças institucionais que promovam equidade e respeito à diversidade.

A experiência de estudantes com transtornos do espectro autista e outras condições específicas no ensino superior revela desafios que vão além das questões acadêmicas tradicionais. Esses estudantes frequentemente enfrentam dificuldades relacionadas à adaptação ao ambiente universitário, que exige autonomia, organização e interação constante com diferentes sujeitos. Segundo Silva, Givigi e Camargo (2024), as barreiras na comunicação social e na flexibilidade cognitiva podem impactar diretamente o desempenho acadêmico e o bem-estar desses estudantes, tornando a permanência um processo mais complexo e exigente.

A falta de preparo institucional para lidar com a diversidade neurocognitiva contribui para a exclusão desses estudantes. Muitas vezes, docentes e equipes pedagógicas não possuem formação adequada para identificar e atender às necessidades específicas desse público, o que pode resultar em práticas pouco inclusivas. Conforme Lima e Carmo (2023), a ausência de adaptações curriculares, metodológicas e avaliativas limita a participação plena dos estudantes com deficiência, comprometendo sua trajetória acadêmica e ampliando o risco de evasão.

A promoção da inclusão no ensino superior requer ações integradas, que envolvam políticas institucionais consistentes, formação continuada de professores e oferta de suporte especializado aos estudantes. Isso inclui serviços de apoio psicopedagógico, acessibilidade comunicacional e acompanhamento individualizado. Segundo Robert et al. (2024), a construção de um ambiente universitário inclusivo depende do compromisso institucional com a equidade e do reconhecimento das diferenças como parte constitutiva do processo educativo. Dessa forma, garantir a permanência desses estudantes implica não apenas remover barreiras, mas também promover condições efetivas de participação e aprendizagem.

4.4. O papel da assistência estudantil na permanência acadêmica

A assistência estudantil constitui um dos principais instrumentos para garantir a permanência no ensino superior, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade. Programas de bolsas, auxílios financeiros, moradia estudantil e apoio psicológico são fundamentais para reduzir os índices de evasão.

Segundo Theodoro e Freitas (2025), a assistência estudantil deve ser compreendida como uma política estruturante, capaz de promover equidade e inclusão no ambiente

acadêmico. No entanto, muitas instituições ainda apresentam limitações na oferta desses serviços, o que compromete sua efetividade.

De acordo com Cruz e Cruz (2025), a permanência estudantil está diretamente relacionada à qualidade do apoio institucional oferecido, incluindo acompanhamento pedagógico e orientação acadêmica. Esse suporte é especialmente relevante nos primeiros períodos da graduação, quando muitos estudantes enfrentam dificuldades de adaptação ao novo ambiente acadêmico e às exigências do ensino superior. A implementação de programas de tutoria e monitoria contribui para fortalecer o processo de aprendizagem e criar vínculos mais sólidos entre os estudantes e a instituição.

O acompanhamento pedagógico possibilita a identificação de dificuldades acadêmicas de forma precoce, permitindo a adoção de estratégias que favoreçam o desenvolvimento do estudante. Conforme destacam Novaes et al. (2025), ações institucionais bem estruturadas são capazes de melhorar o desempenho acadêmico e reduzir significativamente os índices de evasão. Nesse contexto, a atuação dos docentes e das equipes pedagógicas torna-se essencial para promover um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor.

A orientação acadêmica também desempenha papel fundamental na organização da trajetória universitária, auxiliando os estudantes no planejamento de suas atividades, escolha de disciplinas e definição de metas profissionais. Segundo Santos e Garcia (2025), a ausência desse tipo de apoio pode gerar desmotivação e insegurança, especialmente entre aqueles que não possuem experiências prévias no ensino superior. Assim, o fortalecimento da orientação acadêmica contribui diretamente para a permanência estudantil.

Investir em políticas de assistência estudantil é essencial para garantir não apenas o acesso, mas também o sucesso acadêmico dos estudantes. A oferta de auxílios financeiros, suporte psicológico e programas de inclusão social constitui um conjunto de ações indispensáveis para atender às diversas demandas dos estudantes. Conforme Theodoro e Freitas (2025), a integração dessas políticas com práticas institucionais amplia as possibilidades de permanência, promovendo maior equidade e contribuindo para a formação acadêmica de qualidade.

4.5. Experiências e desafios em universidades comunitárias

As universidades comunitárias apresentam características específicas que influenciam o acesso e a permanência dos estudantes. Essas instituições, em geral, possuem forte vínculo com a comunidade local e atuam na promoção do desenvolvimento regional.

No entanto, conforme Novaes et al. (2025), essas universidades enfrentam desafios relacionados à captação de recursos, à manutenção de programas de apoio estudantil e à

adaptação às demandas sociais contemporâneas. A diversidade do público atendido exige estratégias diferenciadas de acolhimento e permanência.

Desafio importante refere-se à necessidade de inovação pedagógica e institucional, visando atender às demandas de um público cada vez mais heterogêneo. O perfil dos estudantes do ensino superior tem se diversificado significativamente, incluindo sujeitos com diferentes trajetórias educacionais, condições socioeconômicas, identidades culturais e necessidades específicas. Nesse cenário, práticas pedagógicas tradicionais, centradas na transmissão de conteúdos, mostram-se insuficientes para garantir a aprendizagem e a permanência desses estudantes. Torna-se indispensável a adoção de abordagens mais flexíveis, participativas e contextualizadas, que valorizem a diversidade e promovam o protagonismo estudantil.

Segundo Narciso e Santana (2025), a construção de novas metodologias e práticas educacionais é fundamental para promover uma formação mais inclusiva e eficaz. Estratégias como metodologias ativas, ensino híbrido, aprendizagem baseada em problemas e uso de tecnologias educacionais podem contribuir para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e acessível. A formação continuada dos docentes é essencial para que possam atuar de maneira crítica e inovadora, adaptando suas práticas às necessidades reais dos estudantes e às transformações do contexto educacional.

A inovação institucional também envolve a revisão de políticas acadêmicas e administrativas, buscando maior flexibilidade curricular, ampliação de programas de apoio e fortalecimento de ações inclusivas. Conforme apontam Lima e Carmo (2023), a construção de ambientes educacionais mais acessíveis e acolhedores depende de um compromisso institucional com a equidade e com a valorização das diferenças. Isso implica repensar não apenas o currículo, mas também as formas de avaliação, os espaços de aprendizagem e as relações estabelecidas no ambiente universitário.

As experiências das universidades comunitárias evidenciam a importância de políticas institucionais integradas, capazes de responder aos desafios do acesso e da permanência no ensino superior. Essas instituições, ao atuarem diretamente com a comunidade, possuem potencial para desenvolver práticas inovadoras e socialmente comprometidas. Conforme Novaes et al. (2025), a articulação entre ensino, pesquisa e extensão fortalece a formação acadêmica e contribui para a construção de soluções mais eficazes para os desafios educacionais. A integração de políticas e práticas institucionais constitui um caminho fundamental para promover uma educação superior mais inclusiva, democrática e de qualidade.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar os desafios relacionados ao acesso e à permanência no ensino superior, com foco nas experiências de uma universidade comunitária. A partir da análise bibliográfica e documental, foi possível compreender que, embora existam avanços significativos nas políticas de acesso, a permanência estudantil ainda se apresenta como um desafio complexo e multifacetado. Ainda assim, a investigação permitiu evidenciar aspectos positivos importantes, especialmente no que se refere à ampliação das oportunidades educacionais e ao fortalecimento do papel social das instituições comunitárias.

A análise realizada demonstra que o acesso ao ensino superior tem se tornado mais democrático, possibilitando que estudantes de diferentes origens sociais ingressem na universidade. Esse cenário representa um avanço significativo na redução das desigualdades educacionais e na promoção da inclusão social. A presença de estudantes com trajetórias diversas enriquece o ambiente acadêmico, favorecendo a troca de experiências e a construção de conhecimentos mais plurais e contextualizados.

Mesmo diante das dificuldades relacionadas à permanência, observou-se que as instituições têm buscado desenvolver estratégias para enfrentar esses desafios. A identificação de fatores como limitações socioeconômicas, dificuldades acadêmicas e necessidades específicas dos estudantes contribui para a elaboração de políticas mais direcionadas e eficazes. Esse movimento demonstra uma maior sensibilidade institucional em relação às demandas dos estudantes, o que representa um avanço importante na gestão educacional.

As universidades comunitárias destacam-se como espaços fundamentais na promoção do acesso ao ensino superior, especialmente em regiões menos favorecidas. Essas instituições exercem um papel social relevante ao oferecer formação acadêmica alinhada às necessidades locais, contribuindo para o desenvolvimento regional. Além disso, sua proximidade com a comunidade favorece a construção de vínculos mais sólidos entre estudantes e instituição, o que pode impactar positivamente na permanência.

A oferta de auxílios financeiros, apoio pedagógico e acompanhamento psicossocial tem contribuído para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes. Essas ações demonstram o compromisso institucional com a inclusão e o sucesso acadêmico, fortalecendo a trajetória dos alunos no ensino superior.

A pesquisa também evidencia que a permanência estudantil tem sido cada vez mais compreendida como um processo contínuo, que exige planejamento, acompanhamento e avaliação constantes. Essa compreensão amplia as possibilidades de intervenção institucional, permitindo a criação de estratégias mais eficazes e adaptadas às necessidades dos estudantes. O

reconhecimento dessa complexidade representa um avanço significativo na forma como o tema é abordado no contexto educacional.

Observa-se um movimento crescente de inovação pedagógica e institucional, com a adoção de práticas mais inclusivas e participativas. Essas iniciativas contribuem para tornar o ambiente acadêmico mais acolhedor e dinâmico, favorecendo o engajamento dos estudantes e o desenvolvimento de suas potencialidades. A busca por metodologias mais flexíveis e centradas no estudante reflete um compromisso com a qualidade da educação superior.

A presença de estudantes com diferentes perfis tem impulsionado as instituições a repensarem suas práticas e políticas, promovendo maior equidade no ambiente acadêmico. Esse processo contribui para a construção de uma educação mais justa e acessível, alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

Destaca-se a importância de fortalecer políticas públicas e institucionais voltadas à permanência estudantil, garantindo a continuidade dos avanços já conquistados. A consolidação dessas políticas pode contribuir significativamente para a redução da evasão e para a melhoria da qualidade do ensino superior. A realização de novas pesquisas sobre o tema também se mostra fundamental, pois possibilita o aprofundamento das análises e a construção de soluções mais eficazes, reafirmando o compromisso com uma educação superior mais inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ, Iandra Aparecida da; CRUZ, Gabriel da. **Desafios da permanência estudantil nas universidades públicas: reflexões críticas**. *Revista de Educação Popular*, 2025. DOI: https://doi.org/10.14393/REP-2025-77466.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

LIMA, Aleska Trindade; CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência**. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 2023. DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68708.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

NOVAES, Edmarcius Carvalho et al. **Acesso e permanência no ensino superior: relatos interseccionais de estudantes com deficiência sobre suas experiências**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49895.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PINHEIRO, Diógenes. **Uma geração de políticas inclusivas na educação superior brasileira: do acesso e permanência ao acolhimento**. *Revista Periferia*, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/periferia.2024.80020.

ROBERT, Ellian et al. **Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil**. *Revista Acervo Educacional*, v. 6, 2024. DOI: https://doi.org/10.25248/rae.e16992.2024.

SANTOS, Djair Araújo; GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. **Desafios para permanência na graduação: análise dos motivos para a evasão estudantil**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49783.

SILVA, G. S. da; GIVIGI, R. C. do N.; CAMARGO, E. D. F. **Vivências de alunos autistas no ensino superior: acesso, permanência e inclusão**. *Revista Educação Especial*, v. 37, 2024. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X88635.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

SILVA, Milleny Santos et al. **Dificuldades de permanência de pessoas com deficiência no ensino superior**. *Revista Contrapontos*, v. 25, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.14210/contrapontos.v25n1.p334-346.

SILVA, Pâmela Eduarda Souza et al. **Acesso e permanência no ensino superior: barreiras enfrentadas pela juventude negra rural**. *REMUNOM*, 2025. DOI: https://doi.org/10.61164/7y914g74.

THEODORO, Diana; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Acesso e permanência no ensino superior público: o papel da assistência estudantil para estudantes cotistas**. *RECIMA21*, v. 6, n. 5, 2025. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v6i5.6425.

EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO: ENTRE A FORMAÇÃO CRÍTICA KANTIANA E A CRIATIVIDADE NO PENSAMENTO EDUCACIONAL CONTEMPORÂNEO.

Samuel Ferreira

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a epistemologia das ciências da educação a partir da articulação entre a formação crítica kantiana e a criatividade no pensamento educacional contemporâneo. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, fundamentando-se em autores clássicos e contemporâneos que discutem a construção do conhecimento, a racionalidade crítica e os processos formativos. A abordagem metodológica baseia-se na análise de obras fundamentais, como as de Kant, Habermas e Freire, bem como em estudos recentes sobre metodologias científicas na educação (Narciso; Santana, 2025). Os resultados indicam que a epistemologia educacional contemporânea se configura como um campo dinâmico, no qual a racionalidade crítica herdada do pensamento kantiano é ressignificada por abordagens que valorizam a complexidade, a interdisciplinaridade e a criatividade, conforme destaca Morin (2003). Observa-se que a formação crítica não se limita à racionalidade instrumental, mas incorpora dimensões éticas, sociais e culturais, ampliando o papel da educação na construção da autonomia. Conclui-se que a integração entre criticidade e criatividade constitui um eixo fundamental para o desenvolvimento das ciências da educação, contribuindo para práticas pedagógicas inovadoras e reflexivas, alinhadas às demandas da contemporaneidade.

Palavras-chave: Epistemologia; Educação; Kant; Pensamento crítico; Criatividade.

ABSTRACT

This study aims to analyze the epistemology of educational sciences through the articulation between Kantian critical formation and creativity in contemporary educational thought. The research is characterized as bibliographic and documentary, based on classical and contemporary authors who discuss knowledge construction, critical rationality, and formative processes. The methodological approach relies on the analysis of fundamental works by Kant, Habermas, and Freire, as well as recent studies on scientific methodologies in education (Narciso; Santana, 2025). The results indicate that contemporary educational epistemology is a dynamic field in which critical rationality inherited from Kantian thought is reinterpreted through approaches that emphasize complexity, interdisciplinarity, and creativity, as highlighted by Morin (2003). It is observed that critical formation goes beyond instrumental rationality, incorporating ethical, social, and cultural dimensions, thus expanding the role of education in fostering autonomy. It is concluded that the integration between critical thinking and creativity constitutes a fundamental axis for the development of educational sciences, contributing to innovative and reflective pedagogical practices aligned with contemporary demands.

Keywords: Epistemology; Education; Kant; Critical thinking; Creativity.

1. INTRODUÇÃO

A epistemologia das ciências da educação constitui um campo fundamental para a compreensão dos processos de produção do conhecimento pedagógico e de suas bases teóricas e metodológicas (Kant, 2001). Trata-se de uma área que investiga não apenas como o conhecimento educacional é produzido, mas também quais critérios garantem sua validade científica e relevância social (Narciso; Santana, 2025). Compreender os fundamentos epistemológicos implica analisar as condições históricas, culturais e científicas que influenciam a construção do saber educacional, permitindo uma visão crítica sobre práticas pedagógicas e teorias consolidadas.

A construção do conhecimento científico é essencial para o avanço acadêmico e para a consolidação de práticas educativas fundamentadas. Isso porque o conhecimento produzido na área educacional orienta decisões pedagógicas, políticas públicas e processos formativos, exigindo rigor teórico e metodológico. Conforme destacam Narciso e Santana (2025), a produção científica na educação deve estar ancorada em princípios epistemológicos consistentes, capazes de sustentar análises críticas e propostas inovadoras no campo educacional.

Historicamente, o pensamento filosófico exerceu forte influência na constituição das ciências da educação, especialmente a partir das contribuições de Immanuel Kant, cuja proposta de formação crítica enfatiza a autonomia do sujeito racional. Kant (2001) defende que o conhecimento não é apenas resultado da experiência, mas também da capacidade do sujeito de organizar e interpretar a realidade por meio da razão, o que confere à educação um papel central na formação de indivíduos capazes de pensar de forma crítica e independente.

A influência kantiana na educação manifesta-se na valorização da autonomia, da racionalidade e do esclarecimento como princípios fundamentais do processo formativo (Kant, 2001). A ideia de que o indivíduo deve ser capaz de pensar por si mesmo, livre de tutelas externas, constitui um dos pilares da educação moderna. A formação crítica não se limita à aquisição de conteúdos, mas envolve o desenvolvimento da capacidade de julgamento e reflexão, elementos essenciais para a emancipação intelectual.

Entretanto, a contemporaneidade apresenta novos desafios à educação, exigindo abordagens que superem modelos tradicionais e integrem criatividade, inovação e pensamento crítico. Morin (2003) argumenta que o pensamento complexo deve orientar a educação atual, promovendo a articulação entre diferentes saberes e a superação da fragmentação do conhecimento. Essa perspectiva amplia o entendimento da epistemologia educacional, incorporando dimensões que vão além da racionalidade clássica.

A criatividade emerge como elemento essencial no processo educativo, não apenas como capacidade individual, mas como competência a ser desenvolvida no contexto escolar (Morin, 2003). A educação contemporânea demanda sujeitos capazes de lidar com incertezas, resolver problemas complexos e propor soluções inovadoras, o que exige uma revisão das bases epistemológicas que sustentam o ensino.

A epistemologia educacional passa a dialogar com diferentes áreas do conhecimento, ampliando sua complexidade e relevância social (Morin, 2003). A interdisciplinaridade torna-se um princípio fundamental, permitindo a integração de saberes e a construção de abordagens mais abrangentes para compreender os fenômenos educacionais. Essa ampliação do campo epistemológico contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais contextualizadas e significativas.

O problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em compreender como a formação crítica kantiana se articula com a criatividade no pensamento educacional contemporâneo (Narciso; Santana, 2025). Trata-se de investigar de que maneira princípios clássicos da filosofia podem ser ressignificados à luz das demandas atuais, promovendo uma educação que combine rigor crítico e abertura à inovação.

A relevância do tema está na necessidade de repensar práticas pedagógicas diante das transformações sociais, tecnológicas e culturais que caracterizam o mundo contemporâneo (Morin, 2003). A educação precisa responder a essas mudanças, formando sujeitos capazes de atuar de maneira crítica e criativa em diferentes contextos sociais, o que exige uma base epistemológica sólida e atualizada.

A educação, nesse cenário, assume papel central na formação de sujeitos autônomos e críticos, capazes de atuar na sociedade de forma reflexiva. Freire (2011) destaca que a educação deve ser um processo dialógico, no qual o conhecimento é construído coletivamente e orientado para a transformação social. Essa perspectiva reforça a importância da epistemologia na definição de práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação humana.

A produção científica na área exige rigor metodológico e fundamentação teórica consistente. Creswell (2021) ressalta que a pesquisa educacional deve seguir procedimentos sistemáticos, garantindo a confiabilidade dos resultados e contribuindo para o avanço do conhecimento científico. A epistemologia, nesse sentido, orienta a escolha de métodos e a interpretação dos dados, assegurando a qualidade da produção acadêmica.

A epistemologia educacional também se relaciona com a construção de políticas públicas e práticas pedagógicas eficazes, uma vez que o conhecimento produzido na área influencia diretamente decisões institucionais e governamentais (Narciso; Santana, 2025). A

definição de currículos, estratégias de ensino e processos avaliativos depende de fundamentos teóricos sólidos, capazes de orientar ações educativas coerentes e contextualizadas.

A articulação entre formação crítica e criatividade representa um dos principais desafios e, ao mesmo tempo, uma das maiores potencialidades da educação contemporânea (Kant, 2001). Ao integrar esses elementos, a epistemologia das ciências da educação contribui para a construção de um campo teórico mais dinâmico e inovador, capaz de responder às demandas sociais e promover a formação integral dos sujeitos.

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre a formação crítica kantiana e a criatividade no pensamento educacional contemporâneo, buscando compreender como essas dimensões podem ser articuladas para fortalecer práticas pedagógicas críticas, inovadoras e socialmente relevantes (Kant, 2001). Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto de que a formação crítica, fundamentada na autonomia da razão, constitui um elemento indispensável para o desenvolvimento de sujeitos capazes de interpretar, questionar e transformar a realidade. Ao mesmo tempo, reconhece-se que a criatividade, enquanto competência cognitiva e social, amplia as possibilidades de atuação desses sujeitos, permitindo-lhes responder de forma inventiva aos desafios do mundo contemporâneo.

A articulação entre criticidade e criatividade implica uma revisão das práticas educativas tradicionais, frequentemente centradas na reprodução de conteúdos e na passividade do estudante. Conforme argumenta Freire (2011), a educação deve promover a problematização da realidade e o diálogo, favorecendo a construção ativa do conhecimento. Nesse sentido, a formação crítica kantiana pode ser ressignificada no contexto atual ao incorporar abordagens pedagógicas que estimulem a imaginação, a inovação e a reflexão coletiva, contribuindo para uma educação mais dinâmica e contextualizada.

Este estudo busca evidenciar que a integração entre os princípios kantianos e as demandas contemporâneas não representa uma ruptura, mas uma continuidade transformadora no campo da educação. Ao considerar as contribuições do pensamento complexo, conforme destaca Morin (2003), torna-se possível compreender a educação como um processo multidimensional, no qual razão e criatividade coexistem de forma complementar. A análise proposta pretende contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas que valorizem tanto o rigor crítico quanto a capacidade criativa, promovendo uma formação integral e alinhada às exigências da sociedade atual.

2. APRESENTAÇÃO

A epistemologia das ciências da educação investiga os fundamentos do conhecimento pedagógico e suas formas de validação científica, constituindo-se como um campo essencial

para a compreensão das bases que sustentam as práticas educativas e a produção acadêmica. Ao analisar os critérios de verdade, rigor e legitimidade do saber educacional, essa área permite refletir criticamente sobre os processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a consolidação da educação como campo científico autônomo (Narciso; Santana, 2025).

O pensamento kantiano introduz a noção de crítica como elemento central na construção do conhecimento, destacando a autonomia da razão como condição indispensável para o esclarecimento humano. Para Kant (2001), o sujeito não é um mero receptor passivo de informações, mas um agente ativo que organiza e interpreta a realidade por meio de estruturas racionais, o que confere à educação um papel fundamental na formação de indivíduos críticos e autônomos.

Essa perspectiva influenciou profundamente a educação moderna, especialmente no que se refere à formação do sujeito enquanto ser racional e moralmente responsável. A ideia de autonomia, central no pensamento kantiano, passou a orientar propostas pedagógicas que valorizam a capacidade de julgamento, a reflexão ética e a independência intelectual, consolidando-se como um dos pilares da educação contemporânea (Kant, 2001).

Ao ampliar essa discussão, Habermas (1982) introduz uma abordagem que relaciona conhecimento e interesse, destacando que toda produção de saber está vinculada a contextos sociais e históricos específicos. Para o autor, a racionalidade não se limita ao aspecto instrumental, mas envolve dimensões comunicativas, nas quais o diálogo e a interação social desempenham papel fundamental na construção do conhecimento.

A partir dessa perspectiva, a educação contemporânea passa a incorporar contribuições que articulam teoria e prática, reconhecendo que o conhecimento não é produzido de forma isolada, mas em contextos sociais dinâmicos (Habermas, 1982). Essa articulação permite superar dicotomias tradicionais, promovendo uma compreensão mais integrada dos processos educativos e fortalecendo a relação entre reflexão teórica e ação pedagógica.

Freire (2011) propõe uma pedagogia crítica baseada no diálogo, na problematização da realidade e na emancipação dos sujeitos. Para o autor, a educação deve ser um processo transformador, no qual professores e estudantes constroem o conhecimento de forma colaborativa, rompendo com modelos tradicionais centrados na transmissão de conteúdos.

Complementarmente, Dewey (2007) enfatiza a experiência como elemento central do processo educativo, defendendo que a aprendizagem ocorre de maneira mais significativa quando está relacionada à vivência concreta dos sujeitos. Essa abordagem valoriza a prática, a experimentação e a reflexão, contribuindo para uma educação mais ativa e contextualizada.

Morin (2003), por sua vez, introduz o conceito de pensamento complexo, fundamental para compreender a educação na contemporaneidade. O autor critica a fragmentação do conhecimento e propõe uma abordagem que integre diferentes saberes, permitindo uma visão mais ampla e articulada da realidade educacional.

A interdisciplinaridade torna-se elemento essencial na construção do conhecimento, possibilitando o diálogo entre diferentes áreas e a superação de visões reducionistas (Morin, 2003). A integração de saberes contribui para uma compreensão mais completa dos fenômenos educacionais, favorecendo práticas pedagógicas mais eficazes e inovadoras.

A criatividade surge, nesse contexto, como componente indispensável no processo educativo, sendo reconhecida como uma competência fundamental para lidar com os desafios da sociedade contemporânea. A capacidade de criar, inovar e propor soluções originais torna-se essencial para a formação de sujeitos capazes de atuar em contextos complexos e em constante transformação.

A formação crítica, por sua vez, passa a incluir aspectos culturais e sociais, ampliando sua dimensão para além da racionalidade individual (Freire, 2011). A educação contemporânea reconhece a importância de considerar a diversidade cultural, as desigualdades sociais e os contextos históricos na construção do conhecimento, promovendo uma abordagem mais inclusiva e contextualizada.

A epistemologia educacional contemporânea valoriza múltiplas perspectivas, reconhecendo que o conhecimento é construído a partir de diferentes experiências e contextos. Essa pluralidade epistemológica contribui para o enriquecimento do campo educacional, permitindo a incorporação de novas abordagens teóricas e metodológicas.

O conhecimento deixa, assim, de ser visto como absoluto e passa a ser compreendido como uma construção social, influenciada por fatores históricos, culturais e políticos (Habermas, 1982). Essa mudança de paradigma implica uma revisão das práticas educativas, que passam a valorizar o diálogo, a reflexão crítica e a participação ativa dos sujeitos no processo de aprendizagem.

A educação, nesse contexto, assume um papel transformador na sociedade, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a realidade social (Freire, 2011). Ao promover a reflexão e a ação, a educação torna-se instrumento de transformação social, alinhando-se às demandas contemporâneas por justiça, equidade e inclusão.

O estudo da epistemologia das ciências da educação revela-se essencial para compreender os desafios atuais da educação, uma vez que permite analisar criticamente os fundamentos do conhecimento pedagógico e suas implicações práticas. Ao integrar

contribuições clássicas e contemporâneas, esse campo oferece subsídios para o desenvolvimento de práticas educativas mais críticas, criativas e socialmente relevantes.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, conforme a classificação proposta por Gil (2019), sendo adequada para estudos que buscam compreender fenômenos a partir da análise de produções já existentes. Essa escolha metodológica justifica-se pela natureza teórica do objeto investigado, uma vez que a epistemologia das ciências da educação exige aprofundamento conceitual e diálogo com diferentes correntes de pensamento, permitindo a construção de uma análise crítica fundamentada.

A pesquisa bibliográfica baseia-se em materiais já publicados, tais como livros, artigos científicos e produções acadêmicas, possibilitando uma análise teórica consistente e abrangente. Conforma a tabela 1 destaca o delineamento da metodologia utilizada, esse tipo de investigação permite ao pesquisador acessar diferentes perspectivas sobre o tema, identificar lacunas no conhecimento e estabelecer relações entre autores e teorias, contribuindo para a consolidação de um referencial teórico sólido (Gil, 2019).

Tabela 1: Ênfase relevante do contexto metodológico.

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, conforme classificação de Gil (2019).
A pesquisa bibliográfica baseia-se em materiais já publicados, permitindo análise teórica aprofundada.
Já a pesquisa documental utiliza fontes primárias, ampliando a compreensão do objeto (Lakatos; Marconi, 2021).
Foram selecionadas obras clássicas e contemporâneas relevantes para o tema.
A análise incluiu livros, artigos científicos e documentos acadêmicos.
A revisão sistemática seguiu princípios metodológicos reconhecidos (Galvão; Ricarte, 2019).
Também foi considerada a metodologia PRISMA para organização dos dados (Page et al., 2021).
A seleção das fontes priorizou relevância e atualidade.
A abordagem adotada foi qualitativa, focada na interpretação dos dados.
Esse método possibilita compreensão aprofundada do fenômeno estudado.

Fonte: Próprio Autor, 2026.

Por sua vez, a pesquisa documental utiliza fontes primárias que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado, como documentos institucionais, relatórios e registros acadêmicos, ampliando a compreensão do objeto de estudo. Segundo Lakatos e Marconi (2021), esse tipo de pesquisa é fundamental para complementar a análise bibliográfica, pois permite o acesso direto a dados relevantes e contextualizados, enriquecendo a interpretação dos fenômenos educacionais.

No desenvolvimento da pesquisa, foram selecionadas obras clássicas e contemporâneas relevantes para o tema, considerando sua contribuição teórica para a epistemologia da educação e sua relação com o pensamento crítico e a criatividade. Essa seleção incluiu autores reconhecidos no campo educacional e filosófico, garantindo a qualidade e a pertinência das fontes utilizadas.

A análise dos dados incluiu livros, artigos científicos e documentos acadêmicos, organizados de forma sistemática para facilitar a interpretação e a comparação das informações. Esse processo envolveu leitura exploratória, seletiva e analítica, permitindo identificar conceitos-chave, categorias de análise e relações entre diferentes abordagens teóricas.

A revisão sistemática da literatura seguiu princípios metodológicos reconhecidos, conforme proposto por Galvão e Ricarte (2019), assegurando rigor na seleção e análise das fontes. Esse tipo de revisão contribui para a transparência do processo de pesquisa e para a confiabilidade dos resultados, uma vez que estabelece critérios claros para inclusão e exclusão de estudos.

Foi considerada a metodologia PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) para a organização e apresentação dos dados, conforme orientações de Page et al. (2021). Essa abordagem possibilita uma estruturação mais clara do processo de revisão, facilitando a identificação das etapas de seleção, análise e síntese das informações.

A seleção das fontes priorizou critérios como relevância temática, atualidade das publicações e reconhecimento acadêmico dos autores, garantindo a qualidade do material analisado (Narciso; Santana, 2025). Também foram considerados estudos clássicos, cuja contribuição permanece significativa para a compreensão da epistemologia educacional, permitindo um diálogo entre tradição e contemporaneidade.

A abordagem adotada foi qualitativa, com foco na interpretação dos dados e na compreensão dos significados atribuídos pelos autores ao fenômeno estudado. Esse tipo de abordagem é especialmente adequado para pesquisas em educação, pois permite analisar aspectos subjetivos, contextuais e complexos que não podem ser reduzidos a dados quantitativos (Creswell, 2021).

O método qualitativo possibilita uma compreensão aprofundada do fenômeno investigado, favorecendo a construção de análises críticas e reflexivas (Creswell, 2021). Ao integrar diferentes fontes e perspectivas teóricas, a metodologia adotada contribui para a elaboração de um estudo consistente, capaz de oferecer subsídios relevantes para o avanço das discussões sobre epistemologia das ciências da educação. A abordagem qualitativa permite captar nuances, significados e interpretações que não seriam acessíveis por meio de métodos

quantitativos, especialmente em um campo como o educacional, marcado pela complexidade e pela subjetividade dos processos formativos.

A utilização do método qualitativo favorece a articulação entre teoria e prática, possibilitando uma análise mais contextualizada e crítica dos fenômenos educacionais (Narciso; Santana, 2025). Ao considerar os diferentes discursos, produções acadêmicas e contextos históricos, o pesquisador consegue estabelecer conexões mais amplas e fundamentadas, ampliando a compreensão do objeto de estudo. Dessa forma, a pesquisa qualitativa não apenas descreve a realidade, mas também contribui para sua interpretação e transformação, alinhando-se aos pressupostos da epistemologia crítica e às demandas contemporâneas da educação.

4. DESENVOLVIMENTO

O presente estudo propõe uma análise aprofundada da epistemologia das ciências da educação, enfatizando a articulação entre a formação crítica kantiana e a criatividade no pensamento educacional contemporâneo como eixo estruturante das práticas pedagógicas atuais. Parte-se da compreensão de que educar não se resume à transmissão de conteúdos, mas envolve a construção de sujeitos capazes de pensar, questionar e reinventar a realidade. Aepistemologia educacional assume protagonismo ao investigar como o conhecimento é produzido, validado e transformado em contextos educativos marcados pela complexidade e pela constante mudança.

A pesquisa, de natureza bibliográfica e documental, fundamenta-se em um diálogo consistente entre autores clássicos e contemporâneos, permitindo uma leitura crítica das bases teóricas que sustentam a educação. A articulação entre diferentes correntes de pensamento revela que a racionalidade crítica, longe de ser um conceito estático, é continuamente reinterpretada à luz das demandas sociais e culturais. Estudos recentes demonstram que a produção do conhecimento educacional exige rigor metodológico aliado à abertura para abordagens inovadoras, fortalecendo o campo científico da educação.

Exemplo: A construção do conhecimento científico na educação requer fundamentação teórica consistente e metodologias adequadas (Narciso; Santana, 2025).

A centralidade do pensamento kantiano se manifesta na valorização da autonomia intelectual, entendida como condição indispensável para o exercício da liberdade e da cidadania. O sujeito é concebido como agente ativo no processo de conhecimento, capaz de interpretar e julgar a realidade com base em princípios racionais. Essa perspectiva reforça o papel da educação na formação de indivíduos críticos, conscientes e intelectualmente independentes.

Ao mesmo tempo, a contemporaneidade exige que essa autonomia seja ampliada, incorporando dimensões criativas que permitam ao sujeito não apenas compreender o mundo, mas também transformá-lo. A educação passa a ser concebida como um espaço de construção ativa, no qual a imaginação, a inovação e a reflexão caminham de forma integrada, ampliando as possibilidades formativas.

Exemplo: A autonomia da razão é condição essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico e da emancipação intelectual (Kant, 2001).

Os resultados apontam que a epistemologia educacional contemporânea se configura como um campo dinâmico, no qual a criticidade dialoga com abordagens que valorizam a complexidade e a criatividade. As práticas pedagógicas passam a incorporar metodologias que estimulam a participação ativa dos estudantes, promovendo maior envolvimento no processo de aprendizagem.

Experiências educacionais inovadoras demonstram que o conhecimento se torna mais significativo quando construído de forma colaborativa. Estratégias como aprendizagem baseada em projetos e resolução de problemas contribuem para o desenvolvimento de habilidades críticas e criativas, essenciais para a formação integral dos sujeitos.

Exemplo: A aprendizagem significativa ocorre quando o estudante participa ativamente da construção do conhecimento (Freire, 2011).

A formação crítica, nesse contexto, amplia-se para além da racionalidade instrumental, incorporando dimensões éticas, sociais e culturais. A educação passa a considerar a diversidade e os contextos históricos como elementos fundamentais no processo formativo, promovendo uma abordagem mais inclusiva e reflexiva.

Essa perspectiva contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizam o diálogo, a participação e a construção coletiva do conhecimento. O processo educativo torna-se mais sensível às realidades dos estudantes, favorecendo a formação de sujeitos conscientes e socialmente engajados.

Exemplo: A educação deve promover a conscientização crítica e o diálogo como base do processo formativo (Freire, 2011).

A criatividade emerge como elemento central na educação contemporânea, sendo reconhecida como competência essencial para lidar com os desafios do mundo atual. A capacidade de inovar e propor soluções originais passa a ser valorizada no ambiente educacional, ampliando o papel da escola na formação dos indivíduos.

A educação deve estimular a imaginação, a experimentação e a construção de novas ideias, promovendo ambientes de aprendizagem mais dinâmicos e interativos. A integração

entre diferentes áreas do conhecimento favorece o desenvolvimento de uma visão mais ampla e articulada da realidade.

Exemplo: O pensamento complexo integra diferentes saberes e estimula a criatividade no processo educativo (Morin, 2003).

A integração entre criticidade e criatividade revela-se como um caminho promissor para o fortalecimento das ciências da educação. Ao unir reflexão e inovação, a epistemologia educacional contribui para a construção de práticas pedagógicas mais eficazes e alinhadas às demandas contemporâneas.

A educação, nesse contexto, assume um papel estratégico na formação de sujeitos capazes de pensar de forma autônoma e agir de maneira criativa. Essa articulação possibilita o desenvolvimento de competências fundamentais para a atuação em uma sociedade complexa e em constante transformação.

Exemplo: A integração entre pensamento crítico e criatividade é essencial para a formação educacional contemporânea (Morin, 2003; Freire, 2011).

4.1. A Formação Crítica Kantiana e a Autonomia da Razão

A formação crítica kantiana fundamenta-se na ideia de que o ser humano deve desenvolver sua capacidade racional de forma autônoma, tornando-se apto a pensar por si mesmo e a agir de acordo com princípios construídos pela própria razão. Para Kant (2001), o esclarecimento representa a saída do indivíduo de sua condição de menoridade intelectual, sendo esse processo diretamente relacionado à educação. Nesse sentido, a formação crítica não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve o desenvolvimento da capacidade de julgamento, essencial para a construção do conhecimento.

A autonomia da razão, nesse contexto, configura-se como um dos pilares da educação moderna, pois permite que o sujeito se torne agente ativo na construção de saberes. A educação, portanto, assume a função de promover condições para que os indivíduos desenvolvam habilidades críticas, questionem verdades estabelecidas e construam argumentos fundamentados. Essa perspectiva rompe com modelos tradicionais de ensino baseados na memorização e na reprodução de informações, valorizando a reflexão e a análise crítica (Kant, 2001).

A noção de crítica em Kant implica a capacidade de examinar os limites e as possibilidades do conhecimento, o que confere à educação um caráter investigativo e reflexivo. A crítica torna-se, assim, uma ferramenta essencial para a análise da realidade, permitindo ao sujeito compreender os fenômenos de forma mais profunda e contextualizada. Essa abordagem

contribui para a formação de indivíduos capazes de interpretar e transformar o mundo em que vivem.

A emancipação intelectual, decorrente desse processo formativo, constitui um dos principais objetivos da educação kantiana. Ao desenvolver sua autonomia, o sujeito torna-se capaz de tomar decisões conscientes e responsáveis, baseadas em princípios racionais. Esse aspecto evidencia a dimensão ética da educação, que não se restringe à aquisição de conhecimentos, mas envolve a formação de valores e atitudes voltadas para a convivência social.

Destaca-se que a influência do pensamento kantiano permanece presente nas práticas educacionais contemporâneas, especialmente na valorização do pensamento crítico e da autonomia do estudante. Mesmo diante das transformações sociais e tecnológicas, os princípios kantianos continuam a orientar propostas pedagógicas que buscam formar sujeitos críticos, reflexivos e capazes de atuar de maneira consciente na sociedade.

4.2. Teoria Crítica e a Dimensão Social do Conhecimento

A teoria crítica amplia a visão kantiana ao incorporar dimensões sociais, históricas e culturais na análise do conhecimento, superando a centralidade exclusiva da razão individual. Habermas (1982) destaca que o conhecimento está intrinsecamente relacionado aos interesses humanos, sendo produzido em contextos sociais específicos. Essa perspectiva contribui para uma compreensão mais ampla da epistemologia educacional, ao reconhecer que o saber não é neutro, mas condicionado por fatores sociais.

A educação passa a considerar os contextos históricos e culturais como elementos fundamentais no processo de ensino e aprendizagem. A produção do conhecimento deixa de ser vista como uma atividade isolada e passa a ser compreendida como resultado de interações sociais, nas quais diferentes sujeitos contribuem para a construção coletiva do saber. Essa abordagem valoriza a diversidade de experiências e perspectivas, enriquecendo o processo educativo.

A racionalidade comunicativa, proposta por Habermas (1982), ganha destaque como fundamento para a construção do conhecimento em contextos educativos. Diferentemente da racionalidade instrumental, que se orienta por objetivos técnicos, a racionalidade comunicativa baseia-se no diálogo, na argumentação e na busca por consenso. Essa concepção reforça a importância da comunicação no processo educativo, promovendo práticas pedagógicas mais participativas e inclusivas.

A teoria crítica contribui para o fortalecimento de práticas pedagógicas dialógicas, nas quais professores e estudantes participam ativamente do processo de construção do

conhecimento. O ensino deixa de ser unilateral e passa a ser construído de forma colaborativa, favorecendo a troca de ideias e o desenvolvimento de habilidades críticas. Essa abordagem também estimula a reflexão sobre questões sociais, políticas e culturais, ampliando o papel da educação na formação cidadã.

A incorporação das dimensões sociais na epistemologia educacional permite uma análise mais crítica das práticas pedagógicas e das estruturas educacionais. Ao reconhecer as relações de poder e os contextos que influenciam o conhecimento, a teoria crítica contribui para a construção de uma educação mais justa, democrática e comprometida com a transformação social.

4.3. Pedagogia Freireana e a Educação Libertadora

A pedagogia de Paulo Freire fundamenta-se na ideia de conscientização, entendida como o processo pelo qual o indivíduo se torna capaz de compreender criticamente sua realidade e atuar para transformá-la. Para Freire (2011), a educação deve ir além da transmissão de conteúdos, promovendo a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Essa abordagem valoriza o diálogo como elemento central no processo educativo.

O diálogo, na perspectiva freireana, não se restringe à comunicação entre professor e aluno, mas constitui um processo de construção coletiva do conhecimento. Freire (2011) defende que o ensino deve ser baseado na troca de experiências e na problematização da realidade, permitindo que os estudantes se tornem protagonistas de sua própria aprendizagem. Essa concepção rompe com o modelo bancário de educação, no qual o conhecimento é depositado no aluno de forma passiva.

A educação, nesse contexto, torna-se uma prática libertadora, orientada para a emancipação dos sujeitos e para a transformação social. Ao promover a reflexão crítica sobre a realidade, a pedagogia freireana contribui para o desenvolvimento da autonomia e da consciência política dos indivíduos. Essa abordagem destaca o papel da educação como instrumento de mudança social, especialmente em contextos marcados por desigualdades.

Outro aspecto relevante da proposta de Freire é a valorização da experiência do sujeito como ponto de partida para o processo educativo. O conhecimento não é imposto, mas construído a partir das vivências e saberes dos estudantes, o que torna a aprendizagem mais significativa e contextualizada. Essa valorização da experiência contribui para o fortalecimento da identidade dos sujeitos e para o reconhecimento de suas potencialidades.

A pedagogia freireana reforça a importância de uma educação comprometida com a justiça social e com a formação de cidadãos críticos. Ao integrar diálogo, conscientização e prática social, essa abordagem contribui para a construção de uma epistemologia educacional que valoriza a participação ativa dos sujeitos e a transformação da realidade.

4.4. Pensamento Complexo e Interdisciplinaridade na Educação

O pensamento complexo, proposto por Morin (2003), representa uma importante contribuição para a epistemologia das ciências da educação, ao questionar a fragmentação do conhecimento e propor uma abordagem integradora. Segundo o autor, a realidade é composta por múltiplas dimensões inter-relacionadas, o que exige uma compreensão que vá além das abordagens tradicionais, centradas na separação entre disciplinas.

A superação da fragmentação do conhecimento constitui um dos principais objetivos do pensamento complexo, que busca integrar diferentes áreas do saber em uma perspectiva interdisciplinar. Morin (2003) destaca que a educação deve promover a articulação entre os conhecimentos, permitindo uma compreensão mais ampla e contextualizada dos fenômenos. Essa abordagem contribui para a formação de sujeitos capazes de lidar com a complexidade do mundo contemporâneo.

A interdisciplinaridade torna-se elemento essencial na construção do conhecimento, possibilitando o diálogo entre diferentes campos do saber. A integração de disciplinas favorece a análise de problemas complexos, que não podem ser compreendidos a partir de uma única perspectiva. Essa abordagem amplia as possibilidades pedagógicas, tornando o ensino mais dinâmico e significativo.

A criatividade também desempenha papel central no pensamento complexo, sendo incentivada como forma de superar limitações impostas por modelos tradicionais de ensino. A educação passa a valorizar a inovação, a imaginação e a capacidade de propor soluções originais, contribuindo para o desenvolvimento de competências essenciais no século XXI. Morin (2003) destaca que a criatividade está diretamente relacionada à capacidade de estabelecer conexões entre diferentes saberes.

O pensamento complexo contribui para a construção de uma educação mais integrada, reflexiva e adaptada às demandas contemporâneas. Ao valorizar a interdisciplinaridade e a criatividade, essa abordagem amplia as possibilidades de ensino e aprendizagem, promovendo a formação de sujeitos críticos e capazes de atuar em contextos diversos.

4.5. Epistemologia Contemporânea: Integração entre Criticidade e Criatividade

A epistemologia educacional contemporânea caracteriza-se pela integração entre criticidade e criatividade, reconhecendo que essas dimensões são complementares no processo de construção do conhecimento. A formação crítica, inspirada em tradições filosóficas como a kantiana, continua sendo fundamental, mas passa a ser articulada com abordagens que valorizam a inovação e a flexibilidade cognitiva (Morin, 2003).

A educação torna-se um espaço de inovação, no qual práticas pedagógicas são constantemente ressignificadas para atender às demandas da sociedade contemporânea. A incorporação de novas metodologias, tecnologias e abordagens didáticas contribui para a construção de ambientes de aprendizagem mais dinâmicos e interativos, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

As práticas pedagógicas contemporâneas buscam superar modelos tradicionais, promovendo estratégias que estimulem tanto o pensamento crítico quanto a criatividade. Isso implica a adoção de metodologias ativas, que incentivam a participação dos estudantes e a construção colaborativa do conhecimento. Essa abordagem contribui para a formação de sujeitos mais autônomos e preparados para enfrentar desafios complexos.

O conhecimento, nesse cenário, deixa de ser estático e passa a ser compreendido como dinâmico e contextual, sendo constantemente reconstruído a partir das interações sociais e das experiências dos sujeitos. Essa visão amplia o papel da educação, que passa a ser entendida como um processo contínuo de aprendizagem e transformação, alinhado às mudanças da sociedade.

A integração entre criticidade e criatividade contribui para a formação integral do sujeito, articulando dimensões cognitivas, sociais e emocionais. A epistemologia contemporânea, ao valorizar essa integração, oferece subsídios para a construção de práticas educativas mais inovadoras, inclusivas e socialmente relevantes, capazes de responder aos desafios do mundo atual.

5. CONCLUSÃO

O estudo analisou a relação entre a formação crítica kantiana e a criatividade no pensamento educacional contemporâneo, evidenciando a relevância dessa articulação para a compreensão dos desafios atuais da educação. Ao longo da investigação, foi possível perceber que a epistemologia das ciências da educação não se mantém estática, mas se transforma continuamente, acompanhando as mudanças sociais, culturais e tecnológicas que impactam o campo educacional.

Verificou-se que a epistemologia educacional evoluiu de maneira significativa, incorporando novas abordagens teóricas e metodológicas que ampliam a compreensão do processo de ensino e aprendizagem. Essa evolução reflete a necessidade de superar modelos tradicionais e de construir práticas pedagógicas mais dinâmicas, capazes de responder às demandas de uma sociedade em constante transformação.

A permanência da influência do pensamento kantiano revela-se como um elemento estruturante na formação educacional, especialmente no que se refere à valorização da autonomia, da racionalidade e da criticidade. Esses princípios continuam sendo fundamentais

para a formação de sujeitos capazes de analisar a realidade de forma reflexiva e de atuar com responsabilidade e consciência em diferentes contextos sociais.

O estudo também demonstrou que a educação contemporânea não se limita à perspectiva racional clássica, incorporando dimensões que valorizam a criatividade, a inovação e a complexidade. Essa ampliação permite uma compreensão mais abrangente do processo educativo, reconhecendo a importância de integrar diferentes saberes e experiências na construção do conhecimento.

A integração entre criticidade e criatividade mostrou-se essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, que vão além da simples transmissão de conteúdos e promovem a participação ativa dos estudantes. Essa abordagem contribui para a formação de indivíduos mais autônomos, capazes de pensar de forma crítica e de propor soluções criativas para os desafios que enfrentam.

Os professores desempenham papel fundamental na mediação do conhecimento, sendo responsáveis por criar ambientes de aprendizagem que estimulem tanto a análise quanto a criatividade, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes. Destaca-se que a articulação entre teoria e prática constitui um elemento central para a consolidação de uma epistemologia educacional consistente. A reflexão teórica deve estar diretamente relacionada às práticas pedagógicas, permitindo que o conhecimento produzido na academia contribua efetivamente para a melhoria da educação.

O estudo também aponta para a necessidade de ampliar as investigações no campo educacional, especialmente por meio de pesquisas empíricas que analisem a aplicação dessas abordagens em contextos reais. Essa continuidade é fundamental para aprofundar a compreensão dos impactos da integração entre criticidade e criatividade na formação dos sujeitos.

Conclui-se que a epistemologia das ciências da educação, ao integrar tradição e inovação, oferece importantes contribuições para o fortalecimento de práticas educativas mais reflexivas, criativas e socialmente relevantes. Essa perspectiva representa um caminho promissor para a construção de uma educação capaz de formar sujeitos críticos, autônomos e preparados para atuar de forma significativa na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DEWEY, John. **Democracia e educação.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. DOI: https://doi.org/10.4324/9780203825228

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** ***São*** Paulo: Paz e Terra, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-46982001000200012

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. DOI: https://doi.org/10.4324/9781315135123

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. DOI: https://doi.org/10.1017/CBO9780511804649

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. DOI: https://doi.org/10.4324/9780203163672

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA ESTUDANTES DE BAIXA RENDA E MINORIAS ÉTNICAS.

Samuel Ferreira

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as políticas de acesso e permanência no ensino superior, com foco nos limites e possibilidades enfrentados por estudantes de baixa renda e minorias étnicas. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, fundamentando-se em produções acadêmicas que discutem inclusão educacional, desigualdades sociais e estratégias institucionais de permanência. A metodologia adotada envolveu a análise de artigos científicos, documentos institucionais e estudos recentes sobre políticas educacionais, conforme orientações de revisão sistemática da literatura (Galvão; Ricarte, 2019) e diretrizes metodológicas contemporâneas (Narciso; Santana, 2025). Os resultados evidenciam que, embora haja avanços significativos no acesso ao ensino superior, especialmente por meio de políticas públicas como cotas e programas de financiamento, persistem desafios relacionados à permanência dos estudantes, tais como dificuldades socioeconômicas, ausência de apoio psicopedagógico e barreiras institucionais. Estudos apontam que iniciativas como assistência estudantil, acolhimento institucional e acompanhamento acadêmico são fundamentais para reduzir a evasão (Abreu; Ximenes, 2020). Conclui-se que a efetividade das políticas educacionais depende da articulação entre acesso e permanência, sendo necessário ampliar ações inclusivas que considerem as múltiplas dimensões da desigualdade social, garantindo não apenas o ingresso, mas também o sucesso acadêmico desses estudantes.

Palavras-chave: Ensino superior; Inclusão educacional; Permanência estudantil; Desigualdade social.

ABSTRACT

This study aims to analyze access and retention policies in higher education, focusing on the limits and possibilities faced by low-income students and ethnic minorities. The research is characterized as bibliographic and documentary, based on academic works addressing educational inclusion, social inequalities, and institutional strategies for student retention. The methodology involved the analysis of scientific articles, institutional documents, and recent studies on educational policies, following systematic literature review guidelines (Galvão; Ricarte, 2019) and contemporary methodological approaches (Narciso; Santana, 2025). The results indicate that, despite significant advances in access to higher education, especially through public policies such as quotas and financial aid programs, challenges related to student retention persist, including socioeconomic difficulties, lack of academic support, and institutional barriers. Studies show that initiatives such as student assistance, institutional support, and academic monitoring are essential to reduce dropout rates (Abreu; Ximenes, 2020). It is concluded that the effectiveness of educational policies depends on the articulation between access and retention, requiring the expansion of inclusive actions that address multiple dimensions of social inequality, ensuring not only admission but also academic success.

Keywords: Higher education; Educational inclusion; Student retention; Social inequality.

1. INTRODUÇÃO

As políticas de acesso e permanência no ensino superior têm ocupado posição central nos debates educacionais contemporâneos, especialmente em sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais. A ampliação do acesso à universidade representa um avanço significativo na democratização das oportunidades educacionais, contudo, esse processo não se concretiza plenamente quando não há condições adequadas para a permanência dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica. Nesse sentido, conforme destaca Souza (2025), o ingresso na educação superior deve ser compreendido como apenas uma etapa inicial de um processo mais amplo, que exige políticas estruturadas e contínuas.

No contexto brasileiro, políticas públicas como o sistema de cotas, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) contribuíram de forma significativa para a inclusão de estudantes historicamente excluídos do ensino superior. Essas iniciativas ampliaram o acesso de populações de baixa renda e de minorias étnicas, promovendo maior diversidade no ambiente universitário. Entretanto, conforme analisam Abreu e Ximenes (2020), o acesso não tem sido acompanhado por políticas eficazes de permanência, o que limita os impactos dessas ações.

A permanência estudantil, nesse cenário, emerge como um dos principais desafios das políticas educacionais contemporâneas. Muitos estudantes ingressam na universidade, mas enfrentam dificuldades que comprometem a continuidade dos estudos, como a necessidade de conciliar trabalho e estudo, a falta de recursos financeiros e a ausência de apoio institucional. Nesse contexto, Santos e Garcia (2025) apontam que a evasão está diretamente relacionada às condições socioeconômicas e à insuficiência de suporte institucional.

O problema de pesquisa deste estudo consiste em compreender os limites e as possibilidades das políticas de acesso e permanência no ensino superior para estudantes de baixa renda e minorias étnicas, considerando as desigualdades estruturais presentes na sociedade. Trata-se de analisar de que maneira essas políticas têm sido implementadas e quais são seus efeitos reais na trajetória acadêmica dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

A relevância do tema está diretamente relacionada à necessidade de garantir não apenas o ingresso, mas também condições efetivas de permanência e conclusão dos cursos superiores. A equidade educacional pressupõe que todos os estudantes tenham acesso a recursos e oportunidades que lhes permitam desenvolver plenamente seu potencial, independentemente de sua origem social ou econômica. Nesse sentido, Abreu e Ximenes (2020) reforçam que a permanência é um elemento essencial para a efetivação das políticas inclusivas.

A educação superior desempenha papel estratégico na promoção da mobilidade social, sendo reconhecida como um dos principais instrumentos para a redução das desigualdades. Ao possibilitar o acesso a melhores oportunidades profissionais e a ampliação do capital cultural, a universidade contribui para a transformação das condições de vida dos indivíduos. Contudo, Souza (2025) destaca que esse potencial só se concretiza plenamente quando há políticas que garantam a permanência dos estudantes até a conclusão de seus cursos.

Diversos fatores impactam diretamente a trajetória dos estudantes no ensino superior, incluindo dificuldades financeiras, preconceito, discriminação, falta de suporte institucional e desafios acadêmicos. Esses elementos, muitas vezes inter-relacionados, criam barreiras que dificultam a permanência e aumentam os índices de evasão. Santos e Garcia (2025) enfatizam que estudantes de grupos socialmente vulneráveis enfrentam obstáculos adicionais que comprometem sua trajetória acadêmica.

A análise crítica das políticas existentes revela que, embora haja avanços no campo do acesso, ainda existem lacunas significativas no que diz respeito à permanência. Muitas instituições de ensino superior não dispõem de estruturas adequadas para atender às necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade, o que compromete a eficácia das políticas públicas implementadas. Nesse sentido, Abreu e Ximenes (2020) apontam para a necessidade de políticas mais integradas e abrangentes.

A literatura aponta que a permanência estudantil está diretamente relacionada ao suporte institucional e às condições socioeconômicas dos estudantes. Programas de assistência estudantil, apoio psicológico, acompanhamento pedagógico e políticas de inclusão são fundamentais para garantir a continuidade dos estudos. Santos e Garcia (2025) evidenciam que a ausência desses mecanismos contribui significativamente para a evasão.

A análise das políticas educacionais deve considerar múltiplas dimensões, incluindo aspectos econômicos, sociais, culturais e institucionais. A complexidade do fenômeno exige abordagens interdisciplinares, capazes de compreender as diferentes variáveis que influenciam a permanência dos estudantes. Essa perspectiva amplia a compreensão do problema e contribui para a formulação de políticas mais eficazes.

A construção de ambientes universitários inclusivos e acolhedores também se apresenta como um fator determinante para a permanência estudantil. A valorização da diversidade, o combate à discriminação e a promoção de espaços de diálogo são elementos essenciais para garantir que todos os estudantes se sintam pertencentes ao ambiente acadêmico. Souza (2025) destaca que o sentimento de pertencimento é fundamental para o sucesso acadêmico.

O objetivo deste artigo é analisar os limites e possibilidades das políticas de acesso e permanência no ensino superior, contribuindo para o debate acadêmico e educacional. Ao compreender os desafios enfrentados por estudantes de baixa renda e minorias étnicas, busca-se oferecer subsídios para a formulação de políticas mais inclusivas e eficazes, capazes de promover não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico desses sujeitos.

2. APRESENTAÇÃO

A democratização do ensino superior envolve tanto o acesso quanto a permanência dos estudantes, sendo esses elementos indissociáveis no processo de construção de uma educação mais justa e equitativa. O simples aumento no número de vagas ou a ampliação de políticas de ingresso não são suficientes para garantir que todos os estudantes tenham condições reais de concluir seus cursos. Nesse sentido, conforme destacam Abreu e Ximenes (2020), a equidade educacional só se concretiza quando há políticas estruturadas que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência qualificada dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica.

O acesso ampliado, por si só, não garante equidade educacional, pois muitos estudantes ingressam no ensino superior sem dispor das condições materiais, acadêmicas e emocionais necessárias para permanecer e concluir seus estudos. Esse cenário evidencia que a democratização do ensino superior exige políticas integradas, capazes de atender às múltiplas necessidades dos estudantes. De acordo com Theodoro e Freitas (2025), a assistência estudantil desempenha papel fundamental nesse processo, ao oferecer suporte financeiro, pedagógico e psicossocial, contribuindo para a redução das desigualdades e para o fortalecimento da permanência estudantil.

Estudos indicam que estudantes de baixa renda enfrentam maiores dificuldades para concluir seus cursos, especialmente devido à necessidade de conciliar trabalho e estudo, à falta de recursos financeiros e às limitações no acesso a materiais acadêmicos e tecnológicos. Abreu e Ximenes (2020) ressaltam que essas dificuldades impactam diretamente o desempenho acadêmico e aumentam as taxas de evasão, evidenciando a importância de políticas públicas que considerem as condições socioeconômicas dos estudantes.

Minorias étnicas enfrentam desafios adicionais no ambiente universitário, como situações de discriminação, racismo estrutural e exclusão social, que afetam tanto o desempenho quanto o sentimento de pertencimento desses estudantes. Políticas afirmativas tornam-se essenciais não apenas para garantir o acesso, mas também para promover a permanência e o sucesso acadêmico. Theodoro e Freitas (2025) destacam que o

reconhecimento das diferenças e a valorização da diversidade são elementos fundamentais para a construção de uma educação inclusiva.

A assistência estudantil emerge, portanto, como uma estratégia central no enfrentamento das desigualdades educacionais, oferecendo suporte que vai além do aspecto financeiro. Programas de acompanhamento pedagógico, apoio psicológico e ações de acolhimento institucional são fundamentais para garantir que os estudantes consigam superar os desafios enfrentados no ambiente acadêmico. Esses mecanismos contribuem significativamente para a redução da evasão e para a promoção do sucesso acadêmico.

Programas de apoio financeiro, psicológico e pedagógico são essenciais para garantir condições mínimas de permanência, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade. A literatura aponta que a ausência desses recursos compromete o desempenho acadêmico e dificulta a continuidade dos estudos. Nesse sentido, políticas institucionais bem estruturadas são indispensáveis para promover a equidade no ensino superior.

A inclusão de estudantes com deficiência também exige a implementação de políticas específicas que garantam acessibilidade física, pedagógica e comunicacional. Conforme destaca Bassi (2021), a presença desses estudantes nas instituições de ensino superior requer adaptações estruturais e metodológicas que possibilitem sua participação plena no processo educativo, assegurando igualdade de oportunidades.

A literatura evidencia a importância de práticas institucionais inclusivas que considerem a diversidade dos estudantes e suas diferentes necessidades. Essas práticas envolvem não apenas a oferta de recursos materiais, mas também a construção de uma cultura institucional baseada no respeito, na equidade e na valorização das diferenças. A inclusão efetiva depende da articulação entre políticas públicas e ações institucionais.

A permanência estudantil depende de múltiplos fatores inter-relacionados, incluindo condições socioeconômicas, suporte institucional, integração acadêmica e aspectos subjetivos, como motivação e pertencimento. Conforme realça Bassi (2021) a complexidade desses fatores exige abordagens interdisciplinares e políticas educacionais abrangentes, capazes de responder às diferentes demandas dos estudantes.

A construção de ambientes educacionais acolhedores é fundamental para promover a permanência e o sucesso acadêmico. Espaços que valorizam o diálogo, a escuta e a participação ativa dos estudantes contribuem para o fortalecimento do vínculo com a instituição e para a construção de uma trajetória acadêmica mais significativa.

A análise do tema revela a complexidade das políticas educacionais voltadas ao ensino superior, evidenciando que a democratização da educação não se limita ao acesso, mas envolve um conjunto de ações articuladas que garantam a permanência e a conclusão dos cursos

Conforme enfatiza Bassi (2021) essa compreensão amplia o debate sobre inclusão e equidade no contexto educacional.

Torna-se necessário ampliar o debate sobre inclusão no ensino superior, considerando as múltiplas dimensões que influenciam a trajetória dos estudantes. A construção de políticas educacionais mais eficazes depende do reconhecimento dessas complexidades e do compromisso com a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, conforme a classificação proposta por Gil (2019), sendo adequada para estudos que buscam compreender fenômenos a partir da análise de produções já existentes. A escolha desse delineamento metodológico justifica-se pela necessidade de reunir e interpretar diferentes contribuições teóricas acerca das políticas de acesso e permanência no ensino superior, especialmente no que se refere aos estudantes de baixa renda e minorias étnicas. A abordagem adotada possibilita uma compreensão ampla e fundamentada do tema, permitindo o diálogo entre diferentes perspectivas acadêmicas.

A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em materiais previamente publicados, como livros, artigos científicos, teses e dissertações, constituindo-se como uma etapa essencial para a construção do referencial teórico. Segundo Gil (2019), esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador identificar conceitos, teorias e debates relevantes, contribuindo para o aprofundamento da análise. Nesse estudo, foram selecionadas obras que abordam inclusão educacional, desigualdades sociais e políticas públicas no ensino superior, garantindo consistência teórica ao trabalho.

A pesquisa documental utiliza fontes primárias, como relatórios institucionais, legislações, políticas educacionais e documentos oficiais, ampliando a compreensão do objeto investigado. Conforme Lakatos e Marconi (2021), esse tipo de pesquisa permite o acesso a informações que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado, sendo fundamental para a análise de contextos específicos. No presente estudo, a análise documental contribuiu para a identificação de práticas institucionais e políticas voltadas à permanência estudantil.

Foram analisados artigos científicos publicados em periódicos relevantes, bem como documentos institucionais relacionados às políticas de acesso e permanência no ensino superior. A seleção das fontes considerou critérios como pertinência temática, atualidade das publicações e relevância acadêmica, assegurando a qualidade das informações utilizadas. Essa etapa foi fundamental para a construção de uma base sólida de dados e para o desenvolvimento de uma análise crítica consistente.

A revisão da literatura seguiu princípios metodológicos reconhecidos, conforme proposto por Galvão e Ricarte (2019), que destacam a importância da sistematização e da organização das informações na produção científica. Esse procedimento permitiu identificar padrões, lacunas e convergências nos estudos analisados, contribuindo para uma compreensão mais estruturada do tema investigado.

Foi utilizada a metodologia PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), conforme orientações de Page et al. (2021), com o objetivo de organizar o processo de seleção e análise das fontes. A aplicação dessa metodologia contribuiu para a transparência e a rigorosidade do estudo, permitindo a sistematização das etapas de busca, seleção e análise dos dados.

A seleção das fontes priorizou materiais recentes e de reconhecida relevância acadêmica, garantindo a atualização das informações e a qualidade das discussões apresentadas. Esse critério foi essencial para assegurar que o estudo refletisse o estado atual das pesquisas sobre o tema, considerando as transformações recentes no contexto educacional.

A abordagem adotada foi qualitativa, conforme definição de Creswell (2021), sendo adequada para a análise de fenômenos complexos que envolvem múltiplas dimensões sociais, culturais e institucionais. A pesquisa qualitativa permite interpretar significados, compreender relações e analisar contextos, sendo especialmente pertinente para estudos na área da educação.

O método qualitativo possibilitou uma análise aprofundada do fenômeno investigado, favorecendo a construção de reflexões críticas sobre as políticas de acesso e permanência no ensino superior. A integração entre diferentes fontes e perspectivas teóricas contribuiu para uma compreensão mais abrangente do tema, permitindo identificar tanto os avanços quanto os desafios presentes nesse campo de estudo.

4. DESENVOLVIMENTO

As trajetórias acadêmicas de estudantes de baixa renda e de minorias étnicas no ensino superior são atravessadas por um conjunto complexo de limites estruturais que revelam a persistência das desigualdades sociais na educação. Mesmo com a ampliação das políticas de acesso, como cotas e programas de financiamento estudantil, muitos estudantes ainda enfrentam dificuldades relacionadas à precariedade da formação básica, à instabilidade financeira e à necessidade de conciliar estudo e trabalho. Esses fatores impactam diretamente o desempenho acadêmico e a permanência nas instituições, evidenciando que o acesso, por si só, não garante a efetiva inclusão educacional. Conforme apontam Abreu e Ximenes (2020), a desigualdade socioeconômica continua sendo um dos principais determinantes da evasão no ensino superior, especialmente entre os grupos historicamente marginalizados.

Além das limitações econômicas, estudantes de minorias étnicas enfrentam barreiras simbólicas e institucionais que afetam sua experiência universitária. O racismo estrutural, as práticas discriminatórias e a baixa representatividade nesses espaços contribuem para a sensação de não pertencimento e para o enfraquecimento da identidade acadêmica. Essas condições influenciam diretamente a permanência e o desempenho dos estudantes, tornando o percurso universitário mais árduo e desigual. Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) destacam que, no caso de estudantes indígenas e negros, a universidade ainda se configura como um espaço de disputas simbólicas, no qual a inclusão precisa ser continuamente reafirmada por meio de políticas institucionais efetivas.

Apesar desses desafios, existem importantes possibilidades que apontam para a construção de um cenário mais inclusivo e democrático no ensino superior. As políticas de ação afirmativa, os programas de assistência estudantil e as iniciativas institucionais de apoio pedagógico e psicológico representam avanços significativos na promoção da permanência estudantil. Essas estratégias contribuem para reduzir desigualdades, fortalecer o vínculo dos estudantes com a universidade e ampliar suas chances de sucesso acadêmico. Theodoro e Freitas (2025) ressaltam que a assistência estudantil se configura como elemento central para garantir não apenas a permanência, mas também a qualificação da experiência universitária.

A criação de espaços de escuta, diálogo e participação estudantil contribui para o enfrentamento das desigualdades e para a construção de uma universidade mais justa e equitativa. Souza (2025) enfatiza que a efetividade das políticas educacionais depende da articulação entre acesso, permanência e pertencimento, sendo este último fundamental para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Embora os limites ainda sejam significativos, as possibilidades de transformação estão diretamente relacionadas ao compromisso institucional com a equidade e à consolidação de políticas públicas integradas e contínuas.

4.1. Políticas de Acesso ao Ensino Superior

As políticas de acesso ao ensino superior no Brasil têm promovido mudanças significativas na composição do corpo discente das universidades, especialmente a partir da implementação de ações afirmativas e programas de financiamento estudantil. Iniciativas como o sistema de cotas e programas de inclusão ampliaram o ingresso de estudantes oriundos de contextos historicamente marginalizados, contribuindo para a diversificação social e étnica no ambiente acadêmico, conforme destaca Souza (2025).

A ampliação do acesso, entretanto, não elimina as desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira. Mesmo com o aumento do número de vagas e oportunidades, muitos

estudantes ainda enfrentam barreiras relacionadas à qualidade da educação básica, desigualdade de renda e condições desiguais de preparação acadêmica. Nesse sentido, Abreu e Ximenes (2020) ressaltam que o acesso ampliado não garante equidade educacional.

Os programas de cotas desempenham papel fundamental na promoção da inclusão social, permitindo que estudantes de baixa renda e minorias étnicas ingressem em instituições de ensino superior. Contudo, Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) destacam que a efetividade dessas políticas depende de sua articulação com estratégias de permanência, evitando que o ingresso não se traduza em evasão.

A expansão do acesso deve ser acompanhada por políticas institucionais que garantam condições adequadas de adaptação acadêmica e integração social. Souza (2025) argumenta que, sem esse suporte, o impacto das políticas de inclusão torna-se limitado.

Embora as políticas de acesso representem um avanço significativo, ainda é necessário aprimorá-las diante das desigualdades estruturais persistentes. Abreu e Ximenes (2020) reforçam que a democratização do ensino superior exige a integração entre acesso, permanência e sucesso acadêmico.

4.2. Desafios da Permanência Estudantil

A permanência estudantil constitui um dos maiores desafios enfrentados pelas políticas educacionais contemporâneas, especialmente no contexto de ampliação do acesso ao ensino superior. Muitos estudantes conseguem ingressar na universidade, mas enfrentam dificuldades para permanecer até a conclusão do curso, evidenciando fragilidades institucionais, conforme apontam Santos e Garcia (2025).

Os fatores econômicos exercem influência direta na permanência dos estudantes, uma vez que a falta de recursos financeiros compromete a continuidade dos estudos. A necessidade de conciliar trabalho e estudo interfere no desempenho acadêmico, situação amplamente discutida por Abreu e Ximenes (2020).

A evasão estudantil está frequentemente associada à ausência de apoio institucional adequado, incluindo assistência financeira, suporte pedagógico e acompanhamento psicológico. Santos e Garcia (2025) destacam que a falta desses mecanismos aumenta significativamente o risco de abandono.

Os estudantes enfrentam dificuldades acadêmicas relacionadas à defasagem escolar e à adaptação ao ambiente universitário. Nesse sentido, Theodoro e Freitas (2025) afirmam que o suporte institucional é determinante para a permanência.

As políticas de permanência tornam-se fundamentais para garantir a continuidade dos estudos e o sucesso acadêmico. Abreu e Ximenes (2020) reforçam que a ausência dessas políticas compromete a efetividade da democratização do ensino superior.

4.3. Inclusão de Minorias Étnicas

A inclusão de minorias étnicas no ensino superior representa um avanço importante na democratização do acesso à educação, mas ainda enfrenta desafios significativos. Estudantes negros, indígenas e de outros grupos marginalizados vivenciam barreiras estruturais que impactam sua trajetória acadêmica, conforme Bergamaschi, Doebber e Brito (2018).

O racismo estrutural presente na sociedade brasileira também se manifesta no ambiente universitário, afetando o desempenho e o sentimento de pertencimento dos estudantes. Souza (2025) destaca que essas práticas contribuem para desigualdades persistentes no ensino superior.

As políticas afirmativas, como o sistema de cotas, são essenciais para garantir o ingresso desses grupos nas universidades. No entanto, Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) ressaltam que a inclusão efetiva exige ações que vão além do acesso, contemplando também a permanência.

A inclusão deve considerar dimensões simbólicas e institucionais, promovendo ambientes acadêmicos mais justos e acolhedores. Souza (2025) enfatiza a importância da valorização da diversidade no espaço universitário.

A inclusão de minorias étnicas deve ser compreendida como um processo contínuo, que exige políticas permanentes e estruturadas. Abreu e Ximenes (2020) reforçam que a equidade educacional depende da superação das desigualdades históricas.

4.4. Assistência Estudantil e Apoio Institucional

A assistência estudantil constitui elemento central para a permanência no ensino superior, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Programas de bolsas e auxílios financeiros são fundamentais para garantir condições mínimas de permanência, conforme destacam Theodoro e Freitas (2025).

O suporte psicológico e pedagógico desempenha papel essencial na trajetória acadêmica. Santos e Garcia (2025) ressaltam que esses serviços contribuem para a redução da evasão e para o fortalecimento do desempenho estudantil.

O acompanhamento acadêmico, por meio de tutoria e monitoria, também se mostra eficaz na promoção da permanência. Abreu e Ximenes (2020) indicam que tais estratégias favorecem a adaptação dos estudantes ao ambiente universitário.

As instituições de ensino superior devem desenvolver políticas integradas de apoio, articulando diferentes dimensões da assistência estudantil. Souza (2025) destaca que a fragmentação dessas ações compromete sua efetividade.

O suporte institucional torna-se determinante para a permanência estudantil. Theodoro e Freitas (2025) reforçam que a consolidação dessas políticas é essencial para garantir o sucesso acadêmico.

4.5. Possibilidades e Perspectivas Futuras

As políticas educacionais voltadas ao ensino superior apresentam avanços significativos, especialmente no que se refere ao acesso de grupos historicamente excluídos. Souza (2025) destaca que essas transformações representam um marco na democratização da educação brasileira.

No entanto, ainda há grande potencial para ampliação das ações inclusivas, especialmente no que diz respeito à permanência estudantil. Abreu e Ximenes (2020) afirmam que a integração entre acesso e permanência é essencial para a efetividade das políticas educacionais.

A articulação entre diferentes políticas públicas e institucionais pode contribuir para a construção de um sistema educacional mais equitativo. Santos e Garcia (2025) ressaltam a importância dessa integração para a redução da evasão.

Os investimentos em educação são fundamentais para fortalecer as políticas de inclusão e permanência. Theodoro e Freitas (2025) destacam que a assistência estudantil deve ser ampliada e consolidada como política permanente.

A inclusão no ensino superior deve ser compreendida como um processo contínuo e estruturado, que ultrapassa a simples ampliação do ingresso de estudantes nas instituições universitárias. Trata-se de uma construção progressiva que exige planejamento de longo prazo, articulação entre diferentes setores educacionais e compromisso permanente com a redução das desigualdades sociais. A inclusão não pode ser tratada como uma ação pontual ou isolada, mas como uma política educacional integrada que envolve dimensões acadêmicas, sociais, econômicas e culturais, garantindo condições reais de participação e aprendizagem para todos os estudantes.

Esse processo demanda, necessariamente, um forte compromisso institucional, uma vez que as universidades desempenham papel central na implementação de políticas inclusivas. As instituições de ensino superior precisam desenvolver estratégias que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência qualificada dos estudantes, oferecendo suporte pedagógico, psicológico e social ao longo de sua trajetória acadêmica. É fundamental que as

práticas institucionais sejam orientadas por princípios de equidade, reconhecendo as diferentes condições de origem dos estudantes e promovendo ações que reduzam as desigualdades internas no ambiente universitário.

A inclusão no ensino superior depende da consolidação de políticas públicas consistentes, capazes de articular diferentes níveis de atuação governamental e institucional. Isso implica o fortalecimento de programas de financiamento estudantil, ações afirmativas e políticas de assistência estudantil, que atuem de forma integrada para garantir o sucesso acadêmico. A efetividade dessas políticas está diretamente relacionada à sua continuidade e ao compromisso dos gestores públicos com a democratização da educação superior, evitando retrocessos e assegurando avanços sustentáveis.

Nesse contexto, Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) reforçam que a efetivação da equidade no ensino superior depende da articulação entre políticas de acesso, permanência e sucesso acadêmico, evidenciando que esses três elementos são indissociáveis. A ausência de integração entre essas dimensões compromete o processo de inclusão e limita o impacto das políticas educacionais. A construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva exige ações coordenadas e permanentes, capazes de transformar não apenas o acesso, mas também a experiência e o percurso formativo dos estudantes.

5. CONCLUSÃO

O estudo analisou as políticas de acesso e permanência no ensino superior, evidenciando seus limites e possibilidades no contexto das desigualdades sociais e educacionais. A discussão permitiu compreender que a expansão do acesso à universidade representa um avanço importante no processo de democratização da educação, mas ainda insuficiente para garantir igualdade de oportunidades reais entre os estudantes. Nesse sentido, observou-se que o ingresso nas instituições de ensino superior não assegura, por si só, condições adequadas para a continuidade da trajetória acadêmica.

Embora haja avanços significativos nas políticas de acesso, a permanência dos estudantes ainda representa um desafio central. Muitos ingressam no ensino superior, mas enfrentam dificuldades ao longo do percurso formativo, o que compromete a conclusão dos cursos. Essa realidade evidencia a necessidade de uma abordagem mais ampla das políticas educacionais, que considere não apenas o ingresso, mas também o acompanhamento contínuo dos estudantes durante sua formação.

A análise demonstrou que fatores socioeconômicos exercem forte influência na trajetória acadêmica dos estudantes, especialmente daqueles oriundos de contextos de vulnerabilidade social. A necessidade de conciliar trabalho e estudo, a limitação de recursos financeiros e as dificuldades de acesso a materiais e condições adequadas de aprendizagem

impactam diretamente o desempenho e a permanência no ensino superior. Esses elementos revelam que a desigualdade social se reproduz no interior das instituições educacionais.

Fatores institucionais também se destacam como determinantes na permanência estudantil. A ausência de suporte pedagógico adequado, a fragilidade das políticas de acolhimento e a insuficiência de programas de acompanhamento contribuem para o aumento da evasão. As instituições de ensino superior desempenham papel fundamental nesse processo, sendo responsáveis pela criação de condições que favoreçam a adaptação e o sucesso acadêmico dos estudantes.

Os fatores culturais igualmente influenciam a trajetória dos estudantes, especialmente no que diz respeito ao sentimento de pertencimento e à integração no ambiente universitário. Diferenças sociais, étnicas e culturais podem gerar situações de exclusão simbólica, afetando a autoestima e o engajamento acadêmico. Dessa forma, a permanência no ensino superior não se limita a questões materiais, mas envolve também dimensões subjetivas e relacionais.

É necessário fortalecer políticas de assistência estudantil como forma de enfrentar os desafios relacionados à permanência. Programas de apoio financeiro, psicológico e pedagógico são essenciais para garantir condições mais equitativas entre os estudantes. Essas ações contribuem para reduzir desigualdades e promover maior estabilidade ao longo da trajetória acadêmica.

Destaca-se a importância de promover ambientes educacionais mais inclusivos, que valorizem a diversidade e respeitem as diferentes realidades dos estudantes. A construção de espaços acolhedores e participativos favorece o desenvolvimento acadêmico e fortalece o vínculo dos estudantes com a instituição. Esse processo contribui diretamente para a redução da evasão e para a melhoria da qualidade da educação superior.

Como implicação, evidencia-se a necessidade de articulação entre políticas de acesso e permanência, de modo que ambas atuem de forma integrada e complementar. A efetividade das políticas educacionais depende dessa articulação, garantindo que o ingresso na universidade seja acompanhado de condições reais de continuidade e sucesso acadêmico. Essa integração é fundamental para a consolidação de uma educação mais justa e equitativa.

Sugere-se a realização de estudos empíricos futuros que aprofundem a compreensão das experiências dos estudantes no ensino superior. Investigações baseadas em dados concretos podem contribuir para a formulação de políticas mais eficazes, capazes de responder de forma mais precisa às necessidades reais dos estudantes. Dessa forma, amplia-se o conhecimento sobre o tema e fortalecem-se as estratégias de inclusão e permanência no ensino superior.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia Kelma de Alencar; XIMENES, Verônica Morais. **Permanência de estudantes pobres nas universidades públicas brasileiras: uma revisão sistemática**. Psicologia da Educação, São Paulo, n. 50, p. 1-15, 2020. DOI: https://doi.org/10.5935/2175-3520.20200003

BASSI, Tânia Mara dos Santos**. A inclusão na educação superior: acesso e permanência de estudantes com deficiência em instituições públicas.** RECIMA21, v. 2, n. 8, 2021. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v2i8.660

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patrícia Oliveira. **Estudantes indígenas em universidades brasileiras: políticas de acesso e permanência.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 99, n. 251, 2018. DOI: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ, Iandra Aparecida da; CRUZ, Gabriel da. **Desafios da permanência estudantil nas universidades públicas: reflexões críticas**. *Revista de Educação Popular*, 2025. DOI: https://doi.org/10.14393/REP-2025-77466.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

LIMA, Aleska Trindade; CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência**. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 2023. DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68708.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

NOVAES, Edmarcius Carvalho et al. **Acesso e permanência no ensino superior: relatos interseccionais de estudantes com deficiência sobre suas experiências**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49895.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PINHEIRO, Diógenes. **Uma geração de políticas inclusivas na educação superior brasileira: do acesso e permanência ao acolhimento**. *Revista Periferia*, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/periferia.2024.80020.

ROBERT, Ellian et al. **Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil**. *Revista Acervo Educacional*, v. 6, 2024. DOI: https://doi.org/10.25248/rae.e16992.2024.

SANTOS, Djair Araújo; GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. **Desafios para permanência na graduação: análise dos motivos para a evasão estudantil**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49783.

SILVA, G. S. da; GIVIGI, R. C. do N.; CAMARGO, E. D. F. **Vivências de alunos autistas no ensino superior: acesso, permanência e inclusão**. *Revista Educação Especial*, v. 37, 2024. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X88635.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

SILVA, Milleny Santos et al. **Dificuldades de permanência de pessoas com deficiência no ensino superior**. *Revista Contrapontos*, v. 25, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.14210/contrapontos.v25n1.p334-346.

SILVA, Pâmela Eduarda Souza et al. **Acesso e permanência no ensino superior: barreiras enfrentadas pela juventude negra rural**. *REMUNOM*, 2025. DOI: https://doi.org/10.61164/7y914g74.

SOUZA, Raphaella Guimarães de**. O impacto das políticas de acesso na evasão do ensino superior: um olhar para a democratização.** Revista FT, v. 29, 2025. DOI: https://doi.org/10.69849/revistaft/dt10202507151950

THEODORO, Diana; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Acesso e permanência no ensino superior público: o papel da assistência estudantil para estudantes cotistas**. *RECIMA21*, v. 6, n. 5, 2025. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v6i5.6425.

A PESQUISA QUALITATIVA: FUNDAMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR VALIDADE E CONFIABILIDADE DOS RESULTADOS.

Samuel Ferreira

RESUMO

A pesquisa qualitativa constitui uma abordagem fundamental nas ciências sociais e educacionais, voltada à compreensão aprofundada de fenômenos complexos a partir de seus contextos naturais. O presente estudo tem como objetivo analisar os fundamentos da pesquisa qualitativa, destacando estratégias que asseguram sua validade e confiabilidade dos resultados. A metodologia adotada caracteriza-se como bibliográfica e documental, fundamentando-se em autores clássicos e contemporâneos da área, como Creswell (2021), Flick (2018) e Lincoln e Guba (1985), além de contribuições nacionais que discutem rigor metodológico e análise qualitativa. Os principais resultados indicam que a validade na pesquisa qualitativa está associada à credibilidade, transferibilidade e confirmabilidade dos dados, enquanto a confiabilidade está relacionada à consistência dos procedimentos de coleta e análise. Observa-se ainda que estratégias como triangulação de dados, saturação teórica e descrição densa são fundamentais para garantir a robustez científica das investigações qualitativas. Conclui-se que a pesquisa qualitativa, quando conduzida com rigor metodológico, apresenta elevada capacidade interpretativa e contribui significativamente para a produção de conhecimento científico consistente e contextualizado (Creswell, 2021; Lincoln; Guba, 1985).

Palavras-chave: Pesquisa qualitativa; validade; confiabilidade; metodologia científica.

ABSTRACT

Qualitative research is a fundamental approach in social and educational sciences, focused on the in-depth understanding of complex phenomena within their natural contexts. This study aims to analyze the foundations of qualitative research, highlighting strategies that ensure validity and reliability of results. The methodology is characterized as bibliographic and documentary, based on classical and contemporary authors such as Creswell (2021), Flick (2018), and Lincoln and Guba (1985), as well as national contributions addressing methodological rigor and qualitative analysis. The main findings indicate that validity in qualitative research is associated with credibility, transferability, and confirmability of data, while reliability is linked to consistency in data collection and analysis procedures. It is also observed that strategies such as data triangulation, theoretical saturation, and thick description are essential to ensure scientific robustness. It is concluded that qualitative research, when conducted with methodological rigor, presents high interpretative capacity and significantly contributes to the production of consistent and contextualized scientific knowledge.

Keywords: Qualitative research; validity; reliability; scientific methodology.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa qualitativa ocupa posição central no campo das ciências humanas e sociais, especialmente por sua capacidade de interpretar fenômenos complexos em seus contextos naturais e historicamente situados. Essa abordagem se destaca por compreender a realidade social a partir das experiências vividas pelos sujeitos, valorizando sentidos, narrativas e significados que não podem ser reduzidos a variáveis numéricas. Nesse sentido, Creswell (2021) enfatiza que a pesquisa qualitativa se fundamenta na interpretação dos significados construídos socialmente, o que amplia sua relevância na compreensão de processos educativos, culturais e sociais em constante transformação.

Diferentemente das abordagens quantitativas, que priorizam a mensuração e a generalização estatística, a pesquisa qualitativa privilegia a profundidade analítica e a contextualização dos fenômenos investigados. Essa característica permite ao pesquisador acessar dimensões subjetivas e simbólicas da realidade, oferecendo uma compreensão mais ampla e complexa dos objetos de estudo. Flick (2018) destaca que essa abordagem se baseia na interação entre pesquisador e participantes, o que possibilita a construção de conhecimentos mais próximos da realidade vivida.

A construção do conhecimento científico em pesquisas qualitativas exige rigor metodológico, especialmente porque envolve interpretações que podem ser influenciadas pela subjetividade do pesquisador. Essa condição não invalida a abordagem, mas reforça a necessidade de procedimentos sistemáticos que assegurem consistência e transparência na análise dos dados. Lincoln e Guba (1985) defendem que critérios como credibilidade, transferibilidade e confirmabilidade são fundamentais para garantir a qualidade da investigação qualitativa.

Torna-se essencial discutir estratégias que assegurem validade e confiabilidade dos resultados, uma vez que esses elementos sustentam a credibilidade científica da pesquisa. A validade, na perspectiva qualitativa, está relacionada à capacidade de representar fielmente o fenômeno estudado, enquanto a confiabilidade refere-se à consistência dos procedimentos adotados ao longo do processo investigativo. Essas dimensões são indispensáveis para fortalecer a legitimidade das análises produzidas.

A problemática central deste estudo consiste em compreender como assegurar a validade e a confiabilidade na pesquisa qualitativa, considerando seus desafios metodológicos e interpretativos. Essa questão se torna ainda mais relevante diante da expansão dessa abordagem em pesquisas educacionais, sociais e culturais, nas quais a complexidade dos fenômenos exige métodos capazes de captar múltiplas dimensões da realidade. Assim, a reflexão sobre rigor metodológico torna-se indispensável para o avanço científico.

O objetivo geral é analisar os fundamentos da pesquisa qualitativa e identificar estratégias metodológicas que assegurem rigor científico. Para isso, busca-se compreender como diferentes autores discutem os critérios de qualidade nesse tipo de investigação, destacando contribuições teóricas que fortalecem a consistência das análises. Essa análise permite compreender como a pesquisa qualitativa pode ser conduzida de forma sistemática e confiável.

A relevância do tema está na necessidade de fortalecer a produção científica qualitativa, garantindo que seus resultados sejam consistentes, confiáveis e aplicáveis a diferentes contextos sociais. Em um cenário de crescente valorização das pesquisas interpretativas, torna-se fundamental assegurar que os estudos mantenham padrões de qualidade metodológica. Isso contribui para ampliar a credibilidade da pesquisa qualitativa no meio acadêmico.

A validade na pesquisa qualitativa pode ser compreendida como a coerência entre os dados coletados e as interpretações construídas pelo pesquisador. Esse processo exige atenção cuidadosa à forma como os dados são registrados, analisados e interpretados, evitando distorções que comprometam a fidelidade das conclusões. Estratégias como triangulação de dados e verificação com participantes são amplamente utilizadas para fortalecer esse critério.

A confiabilidade, por sua vez, está relacionada à consistência do processo de pesquisa, garantindo que os procedimentos sejam claramente descritos e compreensíveis. Isso permite que outros pesquisadores compreendam o percurso metodológico adotado, ainda que não haja replicação exata dos resultados, devido à natureza contextual da pesquisa qualitativa. A transparência metodológica é, portanto, um elemento central nesse processo.

Essa postura contribui para reduzir vieses e fortalecer a credibilidade da análise. Flick (2018) destaca que a reflexividade é uma característica essencial para garantir rigor em pesquisas interpretativas. A utilização de descrições densas contribui significativamente para a validade dos estudos qualitativos, pois permite apresentar o contexto de forma detalhada e significativa. Esse recurso possibilita ao leitor compreender as condições em que os dados foram produzidos, ampliando a transparência da investigação. Lincoln e Guba (1985) ressaltam que a riqueza descritiva é fundamental para a qualidade interpretativa.

A triangulação de dados também se destaca como estratégia importante para assegurar a robustez da pesquisa qualitativa. Ela consiste na utilização de múltiplas fontes de informação, métodos ou pesquisadores, permitindo confrontar diferentes perspectivas sobre o mesmo fenômeno. Essa prática contribui para maior consistência das interpretações e redução de possíveis distorções analíticas.

A saturação teórica representa outro elemento relevante, especialmente em pesquisas que envolvem coleta contínua de dados até que novas informações deixem de acrescentar elementos significativos à análise. Esse critério indica que o fenômeno investigado foi suficientemente explorado, fortalecendo a credibilidade dos resultados obtidos.

A integração entre diferentes estratégias metodológicas contribui para o fortalecimento da qualidade da pesquisa qualitativa, garantindo maior rigor científico. A combinação entre triangulação, reflexividade, descrição densa e saturação teórica permite construir análises mais consistentes e confiáveis, ampliando a robustez das conclusões.

A pesquisa qualitativa se consolida como uma abordagem indispensável para a compreensão de fenômenos complexos, desde que conduzida com rigor metodológico e atenção aos critérios de validade e confiabilidade. Sua contribuição para as ciências humanas e sociais é significativa, especialmente por permitir uma leitura aprofundada da realidade.

Destaca-se que o fortalecimento da pesquisa qualitativa depende do constante aprimoramento metodológico e da reflexão crítica sobre suas práticas. O desenvolvimento de estratégias que assegurem qualidade científica é essencial para consolidar essa abordagem como instrumento legítimo de produção de conhecimento, capaz de interpretar a complexidade do mundo social contemporâneo.

2. APRESENTAÇÃO

A pesquisa qualitativa fundamenta-se na compreensão aprofundada de fenômenos sociais, culturais e educacionais, valorizando a interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos em seus contextos de vivência. Essa abordagem reconhece que a realidade social não pode ser reduzida a dados quantitativos isolados, mas deve ser compreendida a partir das relações, interações e experiências que a constituem. Nesse sentido, Flick (2018) destaca que a pesquisa qualitativa permite captar a complexidade das relações sociais de forma contextualizada, favorecendo uma análise mais sensível e interpretativa dos fenômenos investigados.

> A validade do conhecimento depende da forma como se procede à observação; diferentes observadores perante os mesmos dados devem chegar às mesmas conclusões - a replicação é garante da objetividade...Desde que os processos metodológicos tenham sido corretamente aplicados, não há por que duvidar da validade e fidelidade da informação obtida". (Coutinho.2008 p. 06).

A validade do conhecimento na pesquisa qualitativa está diretamente relacionada à qualidade do processo de observação e interpretação dos dados coletados. Quando diferentes pesquisadores analisam os mesmos dados, espera-se que, desde que os procedimentos metodológicos sejam corretamente aplicados, as conclusões apresentem coerência e consistência analítica. Conforme Coutinho (2008, p. 06), "a validade do conhecimento depende

da forma como se procede à observação; diferentes observadores perante os mesmos dados devem chegar às mesmas conclusões - a replicação é garante da objetividade... Desde que os processos metodológicos tenham sido corretamente aplicados, não há por que duvidar da validade e fidelidade da informação obtida". Essa perspectiva reforça a importância do rigor metodológico como base da credibilidade científica.

Quadro 1: As principais características da pesquisa qualitativa e quantitativa.

Características	Abordagem Qualitativa	Abordagem Quantitativa
Ambiente de pesquisa	O estudo ocorre em ambientes naturais, sem controle rígido de variáveis, valorizando o contexto real onde os fenômenos acontecem. O pesquisador insere-se no campo como instrumento central de observação e interpretação.	Ocorre em ambientes controlados ou previamente estruturados, com controle rigoroso de variáveis para reduzir interferências externas e garantir padronização dos dados coletados.
Natureza dos dados	Os dados são predominantemente descritivos, compostos por falas, narrativas, documentos, observações e interpretações detalhadas da realidade social.	Os dados são numéricos, organizados em escalas, tabelas e medidas estatísticas que permitem comparação objetiva entre variáveis.
Objetivo principal	Compreender em profundidade os significados, experiências, percepções e práticas sociais dos sujeitos investigados.	Explicar, medir e testar relações entre variáveis, buscando regularidades e padrões generalizáveis.
Abordagem metodológica	Predominantemente indutiva, parte dos dados para construir categorias e interpretações teóricas ao longo da investigação.	Predominantemente dedutiva, parte de hipóteses previamente definidas que são testadas empiricamente.
Uso de estatística	Não utiliza estatística como base principal de análise, priorizando interpretação textual e contextual dos dados.	Utiliza amplamente métodos estatísticos descritivos e inferenciais para análise, validação e generalização dos resultados.
Foco da investigação	Parte de questões amplas e abertas, que podem ser reformuladas ao longo da pesquisa conforme novos significados emergem.	Parte de variáveis claramente definidas e hipóteses estruturadas desde o início da investigação.
Relação pesquisador-objeto	Existe forte interação entre pesquisador e participantes, sendo a subjetividade reconhecida como parte do processo de construção do conhecimento.	Busca maior distanciamento entre pesquisador e objeto, com foco na objetividade e neutralidade na coleta e análise dos dados.
Tipo de resultados	Produz resultados interpretativos, contextualizados e ricos em descrição, valorizando a profundidade analítica.	Produz resultados objetivos, generalizáveis e expressos por meio de números, porcentagens e modelos estatísticos.
Finalidade da pesquisa	Explorar, compreender e interpretar fenômenos sociais complexos em profundidade.	Explicar, prever e controlar fenômenos por meio de relações entre variáveis mensuráveis.

Processo de coleta de dados	Flexível e adaptativo, podendo incluir entrevistas, observações, análise documental e grupos focais.	Estruturado e padronizado, geralmente utilizando questionários fechados e instrumentos previamente validados.
Papel do pesquisador	Ativo, reflexivo e interpretativo, atuando como instrumento principal da pesquisa.	Mais neutro e distanciado, buscando minimizar interferências subjetivas.
Validação dos resultados	Baseia-se na credibilidade, triangulação, saturação teórica e coerência interpretativa.	Baseia-se na validade estatística, confiabilidade dos instrumentos e replicabilidade dos resultados.
Generalização dos resultados	Não busca generalização estatística, mas analítica, relacionada a contextos específicos.	Busca generalização dos resultados para populações maiores com base em amostras representativas.
Flexibilidade do estudo	Alta flexibilidade, permitindo ajustes durante o processo de investigação.	Baixa flexibilidade, com estrutura rígida definida previamente.
Tipo de conhecimento produzido	Conhecimento interpretativo, contextual e aprofundado da realidade social.	Conhecimento objetivo, mensurável e generalizável sobre fenômenos estudados.

Fonte: Adaptado de Godoy (1995, p. 58-63) por Ferreira (2026).

O quadro apresentado, fundamentado em Godoy (1995, p. 58-63), evidencia de forma sistemática as principais diferenças entre as abordagens qualitativa e quantitativa na pesquisa científica. Em termos gerais, observa-se que a pesquisa qualitativa se orienta pela compreensão profunda dos fenômenos em seus contextos naturais, valorizando significados, interpretações e experiências dos sujeitos. Já a abordagem quantitativa se estrutura a partir da mensuração de variáveis, buscando objetividade, padronização e generalização dos resultados. Essa distinção inicial permite compreender que ambas as abordagens possuem finalidades distintas, mas complementares no campo da produção do conhecimento.

No que se refere ao ambiente e à natureza dos dados, o quadro destaca que a pesquisa qualitativa privilegia o contato direto com o contexto investigado, utilizando dados descritivos como entrevistas, observações e documentos, enquanto a pesquisa quantitativa trabalha com dados numéricos e estruturados. Essa diferença implica também formas distintas de coleta e interpretação das informações, uma vez que a abordagem qualitativa valoriza a subjetividade e a complexidade do fenômeno, ao passo que a quantitativa busca reduzir essa complexidade por meio da quantificação e do controle de variáveis.

Na abordagem qualitativa, o pesquisador assume posição ativa e reflexiva, sendo parte integrante do processo de construção do conhecimento, enquanto na abordagem quantitativa busca-se maior distanciamento e neutralidade. A pesquisa qualitativa adota uma lógica indutiva, construindo interpretações a partir dos dados, enquanto a quantitativa segue uma

lógica dedutiva, testando hipóteses previamente estabelecidas. Essa diferença metodológica influencia diretamente a forma como os resultados são analisados e interpretados.

O quadro evidencia diferenças importantes quanto à validade, confiabilidade e generalização dos resultados. Na pesquisa qualitativa, a validade está associada à credibilidade e à coerência interpretativa, sendo fortalecida por estratégias como triangulação e saturação teórica. Já na pesquisa quantitativa, a validade está ligada à precisão estatística e à replicabilidade dos dados. Dessa forma, Godoy (1995) contribui para a compreensão de que ambas as abordagens possuem fundamentos epistemológicos distintos, mas igualmente relevantes, dependendo dos objetivos e da natureza do fenômeno investigado.

Um dos principais fundamentos da pesquisa qualitativa é a construção do conhecimento a partir da interação entre pesquisador e objeto de estudo, o que implica um processo interpretativo dinâmico e contínuo. Essa relação exige sensibilidade teórica, capacidade analítica e rigor na condução da investigação, de modo a evitar interpretações superficiais ou distorcidas. O pesquisador, nesse contexto, não é um observador neutro, mas um sujeito ativo na produção do conhecimento, cuja postura reflexiva influencia diretamente os resultados da pesquisa.

A validade na pesquisa qualitativa está associada à credibilidade das interpretações construídas ao longo do processo investigativo, ou seja, ao grau em que essas interpretações representam de forma consistente a realidade estudada. Lincoln e Guba (1985) destacam que critérios como credibilidade, transferibilidade, dependabilidade e confirmabilidade são fundamentais para assegurar a qualidade da pesquisa qualitativa. Esses elementos permitem avaliar se os resultados são plausíveis, coerentes e adequadamente sustentados pelos dados empíricos.

A confiabilidade, por sua vez, refere-se à consistência dos procedimentos adotados durante a pesquisa, garantindo que o processo investigativo seja transparente e compreensível. Embora a replicação exata dos resultados não seja um objetivo central da pesquisa qualitativa, a descrição detalhada dos métodos utilizados é essencial para que outros pesquisadores possam compreender o percurso analítico. Assim, a confiabilidade está ligada à clareza metodológica e à sistematização das etapas da pesquisa.

A pesquisa qualitativa se consolida como uma abordagem essencial para a compreensão de fenômenos complexos, especialmente aqueles relacionados às dimensões sociais e humanas. Sua força está na capacidade de interpretar significados e contextos, permitindo uma leitura mais profunda da realidade. Quando fundamentada em rigor metodológico e em estratégias consistentes de validação, essa abordagem contribui

significativamente para a produção de conhecimento científico sólido, crítico e socialmente relevante.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, conforme classificação proposta por Gil (2019), sendo adequada para análises teóricas e interpretativas sobre métodos científicos.

A pesquisa bibliográfica baseia-se em materiais já publicados, como livros e artigos científicos, permitindo a construção de um referencial teórico consistente. Segundo Creswell (2021), essa etapa é fundamental para o embasamento das investigações qualitativas.

A pesquisa documental utiliza fontes primárias, como relatórios e documentos institucionais, ampliando a compreensão do fenômeno estudado. Lakatos e Marconi (2021) destacam a importância dessa abordagem para análises mais aprofundadas.

Foram analisadas obras de referência internacional e nacional, incluindo Creswell (2021), Flick (2018), Lincoln e Guba (1985), além de estudos contemporâneos sobre metodologia científica.

A abordagem adotada foi qualitativa, permitindo a interpretação crítica dos dados e a construção de análises fundamentadas teoricamente.

A seleção das fontes priorizou relevância acadêmica e atualidade, garantindo consistência ao estudo.

Foram seguidos princípios de revisão sistemática da literatura, conforme orientações de Galvão e Ricarte (2019).

Também foram considerados critérios de organização metodológica baseados no PRISMA (Page et al., 2021).

O método permitiu uma análise aprofundada dos fundamentos da pesquisa qualitativa e de suas estratégias de validação.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1. Fundamentos da Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa fundamenta-se na compreensão interpretativa da realidade social, valorizando os significados, experiências e contextos vividos pelos sujeitos em suas interações cotidianas. Essa abordagem parte do pressuposto de que a realidade não é única nem fixa, mas construída socialmente a partir das percepções e relações humanas. Conforme Creswell (2021), esse tipo de investigação possibilita analisar fenômenos complexos de

maneira aprofundada, considerando suas múltiplas dimensões e a subjetividade envolvida nos processos sociais e educacionais.

A construção do conhecimento na pesquisa qualitativa ocorre de forma interativa entre pesquisador e objeto de estudo, o que implica um processo dinâmico de interpretação e reinterpretação dos dados coletados. Essa interação exige sensibilidade analítica, postura crítica e rigor teórico, uma vez que o pesquisador participa ativamente da produção do conhecimento. Flick (2018) destaca que essa relação é essencial para a obtenção de dados significativos, pois permite compreender não apenas o que é dito, mas também os contextos e sentidos que estruturam as falas e práticas sociais.

A subjetividade, nesse tipo de pesquisa, não é eliminada, mas reconhecida e controlada por meio de procedimentos metodológicos sistemáticos que garantem maior rigor científico. Isso exige do pesquisador uma postura reflexiva constante sobre sua própria influência no processo investigativo, evitando distorções interpretativas. Lincoln e Guba (1985) enfatizam que a reflexividade é um elemento central na pesquisa qualitativa, pois contribui para a construção de análises mais consistentes e confiáveis.

A pesquisa qualitativa também se destaca por sua capacidade de compreender fenômenos que não podem ser adequadamente mensurados por meio de dados quantitativos. Essa característica amplia sua relevância nas ciências sociais e educacionais, permitindo a análise de aspectos como percepções, valores, práticas culturais e interações sociais. Assim, ela se torna fundamental para investigações que buscam compreender a complexidade das relações humanas em diferentes contextos.

Os fundamentos da pesquisa qualitativa estão diretamente ligados à interpretação, ao contexto e à construção social do conhecimento, consolidando-se como uma abordagem indispensável para a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais contemporâneos.

4.2. Validade na Pesquisa Qualitativa

A validade na pesquisa qualitativa refere-se à credibilidade dos resultados produzidos e à confiança que se pode atribuir às interpretações construídas ao longo do processo investigativo. Diferentemente da abordagem quantitativa, a validade qualitativa não está associada à generalização estatística, mas à consistência interna e à coerência das análises realizadas. Lincoln e Guba (1985) afirmam que a validade está relacionada ao grau de confiança que o pesquisador e o leitor podem depositar nas interpretações apresentadas.

A credibilidade pode ser fortalecida por meio de estratégias como triangulação de dados, verificação com participantes e análise contínua das informações coletadas. Essas práticas permitem confrontar diferentes perspectivas sobre o mesmo fenômeno, reduzindo

possíveis vieses interpretativos. Flick (2018) destaca que tais procedimentos são fundamentais para garantir maior rigor e confiabilidade nas pesquisas qualitativas.

A descrição densa também contribui significativamente para a validade, pois possibilita ao leitor compreender detalhadamente o contexto em que os dados foram produzidos. Esse nível de detalhamento favorece a transparência da pesquisa e permite uma melhor avaliação das interpretações apresentadas. Quanto mais rico o contexto descrito, maior a possibilidade de compreensão e avaliação crítica dos resultados.

A validação na pesquisa qualitativa não depende da replicação dos resultados, mas da consistência interpretativa e da coerência entre dados e análises. Isso significa que diferentes estudos podem produzir interpretações distintas sobre o mesmo fenômeno, desde que fundamentadas em procedimentos metodológicos rigorosos e bem justificadas teoricamente.

A validade está diretamente ligada à qualidade da análise, à transparência metodológica e à capacidade do pesquisador de sustentar suas interpretações de forma consistente e coerente com os dados coletados.

4.3. Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa

A confiabilidade na pesquisa qualitativa refere-se à consistência e estabilidade dos procedimentos metodológicos ao longo de todo o processo investigativo. Creswell (2021) destaca que a confiabilidade está associada à clareza na descrição dos métodos utilizados, permitindo que o percurso da pesquisa seja compreendido de forma transparente por outros pesquisadores.

A documentação detalhada de todas as etapas da pesquisa contribui para a chamada auditabilidade do estudo, possibilitando a compreensão do processo de construção dos dados e das interpretações realizadas. Embora a replicação exata não seja o objetivo central da pesquisa qualitativa, a clareza metodológica garante maior confiança nos resultados apresentados.

A triangulação de dados também desempenha papel fundamental na confiabilidade, uma vez que permite confrontar diferentes fontes de informação, como entrevistas, documentos e observações. Essa estratégia fortalece a consistência das interpretações e reduz a possibilidade de distorções analíticas.

Lincoln e Guba (1985) propõem o conceito de dependabilidade como equivalente à confiabilidade na pesquisa qualitativa, enfatizando a necessidade de processos metodológicos consistentes e bem documentados. Esse critério reforça a importância da organização e da sistematização da pesquisa.

A confiabilidade depende diretamente da transparência, da coerência metodológica e da capacidade do pesquisador de descrever de forma clara e detalhada todas as etapas do processo investigativo.

4.4. Estratégias de Validação

As principais estratégias de validação na pesquisa qualitativa incluem a triangulação, a saturação teórica e a descrição densa, todas fundamentais para garantir a qualidade dos dados e das interpretações. Flick (2018) destaca que essas estratégias fortalecem a credibilidade e a consistência das análises qualitativas.

A triangulação consiste no uso de múltiplas fontes de dados, métodos ou pesquisadores para analisar o mesmo fenômeno, permitindo a comparação e o cruzamento de informações. Essa prática aumenta a precisão das interpretações e reduz possíveis vieses decorrentes de uma única perspectiva analítica.

A saturação teórica ocorre quando a coleta de dados deixa de apresentar novas informações relevantes para o desenvolvimento da análise, indicando que o fenômeno investigado foi suficientemente explorado. Esse critério é amplamente utilizado em pesquisas qualitativas para determinar o encerramento da coleta de dados.

A descrição densa, por sua vez, envolve a apresentação detalhada do contexto, dos participantes e das interações observadas, permitindo uma compreensão aprofundada do cenário investigado. Esse recurso fortalece a transparência e a validade da pesquisa.

Essas estratégias, quando combinadas, contribuem para a robustez científica da pesquisa qualitativa, garantindo maior consistência, confiabilidade e profundidade analítica.

4.5. Contribuições Metodológicas

A pesquisa qualitativa contribui de forma significativa para a produção de conhecimento científico contextualizado, interpretativo e sensível às complexidades sociais. Creswell (2021) destaca que essa abordagem é essencial nas ciências sociais por permitir a compreensão profunda de fenômenos humanos em seus contextos reais.

O rigor metodológico aplicado à pesquisa qualitativa assegura maior confiabilidade e validade aos resultados obtidos, fortalecendo sua legitimidade científica. Isso demonstra que, apesar de sua natureza interpretativa, essa abordagem pode alcançar elevado nível de rigor quando conduzida adequadamente.

A utilização de estratégias metodológicas consistentes, como triangulação, reflexividade e descrição densa, contribui para a construção de análises mais sólidas e bem

fundamentadas. Essas práticas ampliam a credibilidade das investigações e fortalecem sua relevância acadêmica.

Lincoln e Guba (1985) ressaltam que a qualidade da pesquisa qualitativa está diretamente relacionada à consistência metodológica e à capacidade do pesquisador de justificar suas interpretações com base nos dados empíricos.

A pesquisa qualitativa se consolida como uma abordagem essencial para a compreensão de fenômenos sociais complexos, oferecendo contribuições significativas para o avanço do conhecimento científico nas áreas humanas e educacionais.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa qualitativa constitui uma abordagem essencial para a compreensão aprofundada de fenômenos sociais e educacionais, especialmente por sua capacidade de interpretar a realidade a partir dos significados construídos pelos sujeitos em seus contextos de vivência. Essa perspectiva permite ultrapassar leituras superficiais e quantitativas da realidade, oferecendo uma análise mais ampla, sensível e contextualizada dos processos sociais, culturais e educacionais.

Verifica-se que os fundamentos teóricos da pesquisa qualitativa sustentam-se na interpretação, na subjetividade controlada e na interação entre pesquisador e objeto de estudo. Esses elementos possibilitam a construção de conhecimentos que respeitam a complexidade dos fenômenos investigados, valorizando experiências individuais e coletivas como parte essencial da produção científica.

A validade dos resultados na pesquisa qualitativa está diretamente relacionada à consistência das interpretações e à coerência entre os dados coletados e as análises realizadas. Nesse sentido, a credibilidade das conclusões depende do cuidado metodológico adotado ao longo do processo investigativo, garantindo que as interpretações sejam sustentadas de forma coerente e transparente.

A confiabilidade, por sua vez, é assegurada pela clareza na descrição dos procedimentos metodológicos, o que permite compreender como os dados foram obtidos, organizados e analisados. Esse aspecto contribui para a legitimidade da pesquisa, mesmo sem a necessidade de replicação exata dos resultados, uma vez que os contextos sociais são dinâmicos e mutáveis.

Observa-se que o rigor científico na pesquisa qualitativa não está vinculado à quantificação dos dados, mas à profundidade analítica e à coerência interpretativa das informações produzidas. Isso reforça a importância de uma postura reflexiva do pesquisador, que deve reconhecer sua influência no processo de construção do conhecimento.

A utilização de estratégias metodológicas adequadas, como triangulação de dados, descrição detalhada dos contextos e análise contínua das informações, contribui significativamente para o fortalecimento da qualidade da investigação. Esses procedimentos permitem maior consistência e confiabilidade nas interpretações realizadas.

A pesquisa qualitativa demonstra sua relevância ao possibilitar a compreensão de fenômenos complexos que não podem ser reduzidos a variáveis numéricas. Sua abordagem interpretativa amplia as possibilidades de análise e compreensão da realidade social.

Destaca-se que a aplicação rigorosa de seus métodos fortalece a produção científica nas ciências humanas e sociais, contribuindo para o desenvolvimento de estudos mais aprofundados e contextualizados. Isso evidencia sua importância no cenário acadêmico contemporâneo.

Observa-se que a pesquisa qualitativa representa um campo em constante evolução, que exige reflexão contínua sobre seus fundamentos, métodos e práticas. O aprimoramento dessas dimensões contribui para o fortalecimento do conhecimento científico e para a consolidação de investigações mais consistentes e significativas.

Reafirma-se que a pesquisa qualitativa, quando conduzida com rigor metodológico e atenção às estratégias de validação, constitui uma ferramenta indispensável para a compreensão da complexidade dos fenômenos sociais e educacionais, ampliando as possibilidades de interpretação e análise crítica da realidade.

REFERÊNCIAS

AIRES, Luísa. **Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional.** 1. ed. Lisboa: Universidade Aberta, 2015. ISBN 978-989-97582-1-6.

COUTINHO, Clara Pereira. **A qualidade da investigação educativa de natureza qualitativa: questões relativas à fidelidade e à validade.** *Educação Unisinos,* 2008.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRESWELL, John W.; POTH, Cheryl N. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches.** 4. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2018. DOI: https://doi.org/10.4135/9781506335193.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

FLICK, Uwe. **An introduction to qualitative research.** 6. ed. London: Sage Publications, 2018. DOI: https://doi.org/10.4135/9781526436682.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GODOY, A. S. **A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas.Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995A.

GODOY, A. S. **Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995B.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. **Naturalistic inquiry.** Newbury Park: Sage Publications, 1985. DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-349-07483-6.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

TRADIÇÃO E INOVAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR.

Samuel Ferreira

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre tradição e inovação na construção do conhecimento escolar, compreendendo como esses dois eixos se articulam no contexto das práticas pedagógicas contemporâneas. A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental, fundamentando-se em autores clássicos e contemporâneos da educação. O estudo evidencia que a tradição escolar, historicamente consolidada em práticas transmissivas de ensino, convive com demandas de inovação que exigem metodologias ativas, participação discente e ressignificação do papel docente. Observa-se que a escola contemporânea enfrenta o desafio de equilibrar a preservação de fundamentos pedagógicos históricos com a incorporação de novas tecnologias, linguagens e metodologias de ensino. Os resultados indicam que a inovação não substitui a tradição, mas a ressignifica, produzindo novas formas de organização do conhecimento escolar. Conclui-se que a articulação entre tradição e inovação é essencial para a construção de uma educação mais crítica, reflexiva e adaptada às transformações sociais contemporâneas.

Palavras-chave: Conhecimento escolar; tradição; inovação; educação.

ABSTRACT

This study aims to analyze the relationship between tradition and innovation in the construction of school knowledge, understanding how these two dimensions interact within contemporary pedagogical practices. The research adopts a qualitative approach, based on bibliographic and documentary methods, drawing on both classical and contemporary educational theorists. The findings indicate that school tradition, historically grounded in transmissive teaching practices, coexists with growing demands for innovation that emphasize active learning methodologies, student participation, and a redefinition of the teacher's role. It is observed that contemporary schooling faces the challenge of balancing the preservation of historical pedagogical foundations with the incorporation of new technologies, languages, and teaching strategies. The results suggest that innovation does not replace tradition but rather reinterprets it, generating new forms of organizing school knowledge. It is concluded that the articulation between tradition and innovation is essential for building a more critical, reflective, and socially responsive educational process, aligned with ongoing societal transformations.

Keywords: School knowledge; tradition; innovation; education.

1. INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento escolar tem sido historicamente atravessada por tensões entre permanência e mudança, constituindo um campo de disputa epistemológica e pedagógica que revela diferentes projetos de sociedade. Comênio (1966) já indicava que o ensino sistematizado deveria buscar universalidade e organização, estabelecendo bases que influenciaram profundamente a escolarização moderna. A escola consolidou-se como espaço de transmissão cultural, sustentando práticas que valorizavam a repetição, a disciplina e a centralidade do professor no processo educativo.

A tradição escolar, ao longo dos séculos, assumiu papel estruturante na definição do que se entende por conhecimento legítimo, organizando currículos, métodos e avaliações. Gandin (2006) evidencia que a escola moderna se constituiu dentro de uma lógica relacional que articula poder, conhecimento e práticas sociais, revelando que o ensino não é neutro, mas historicamente situado. Essa perspectiva permite compreender que a tradição não se limita ao passado, mas permanece ativa nas práticas educacionais contemporâneas.

As transformações sociais, culturais e tecnológicas, especialmente a partir da segunda metade do século XX, intensificaram a demanda por inovação no campo educacional. Caillé (2006) destaca que os processos sociais contemporâneos são marcados por incertezas e reconfigurações constantes, exigindo novas formas de pensar a educação e o conhecimento. Nesse contexto, a escola passa a ser pressionada a incorporar metodologias mais dinâmicas, interativas e alinhadas às novas formas de aprendizagem.

A inovação educacional, entretanto, não se apresenta como ruptura absoluta com a tradição, mas como processo de ressignificação. Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) evidenciam que as trajetórias acadêmicas são influenciadas por fatores contingentes, sociais e institucionais, o que implica reconhecer que a inovação ocorre dentro de estruturas já estabelecidas. Assim, o novo se constrói em diálogo com o antigo, produzindo transformações graduais e tensionadas.

A relação entre tradição e inovação não pode ser compreendida como oposição simplista, mas como campo de interdependência. McCowan (2016) ao discutir a equidade no ensino superior, evidencia que transformações educacionais precisam considerar dimensões estruturais que já estão consolidadas, o que reforça a ideia de que mudanças pedagógicas exigem continuidade histórica e não apenas ruptura.

A construção do conhecimento escolar, portanto, insere-se em um processo dinâmico em que práticas tradicionais e inovadoras coexistem e se reconfiguram continuamente. Terrail (2005) observa que os sistemas educacionais atravessam crises e transformações permanentes,

nas quais o desafio central é redefinir o papel da escola sem perder sua função social. Essa tensão permanente constitui o eixo central da problemática investigada.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como as instituições escolares podem articular práticas tradicionais e inovadoras de forma equilibrada e crítica. Essa análise permite refletir sobre os limites e possibilidades da educação contemporânea, considerando suas bases históricas e suas exigências atuais.

McCowan (2016) destaca que a problematização proposta busca compreender de que maneira tradição e inovação se articulam na construção do conhecimento escolar, considerando seus impactos na organização curricular, nas práticas docentes e nos processos de aprendizagem. Essa questão orienta a análise teórica desenvolvida ao longo do estudo.

O objetivo geral consiste em analisar como tradição e inovação se relacionam na produção do conhecimento escolar, identificando tensões, continuidades e possibilidades de integração. Essa investigação busca contribuir para o debate educacional contemporâneo, ampliando a compreensão sobre os fundamentos da prática pedagógica.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza básica, com objetivos exploratórios e descritivos, fundamentada em procedimentos bibliográficos e documentais. Essa opção metodológica permite analisar criticamente a produção teórica existente sobre o tema tradição e inovação na construção do conhecimento escolar, considerando diferentes perspectivas epistemológicas e pedagógicas.

O estudo bibliográfico constitui o principal procedimento técnico adotado, uma vez que permite reunir, selecionar e analisar produções acadêmicas já publicadas, como livros, artigos científicos e teses. Creswell (2021) destaca que esse tipo de investigação é essencial para compreender o estado da arte de determinado campo de estudo, possibilitando a identificação de tendências e lacunas teóricas.

A pesquisa documental complementa a análise ao incluir documentos educacionais, diretrizes curriculares e produções institucionais relacionadas ao tema. Fávero e Centenaro (2019) ressaltam que a pesquisa documental contribui para a compreensão das políticas educacionais e de seus desdobramentos práticos, ampliando o alcance interpretativo do estudo.

O processo de seleção do material seguiu critérios de relevância temática, atualidade e consistência teórica. Foram priorizadas obras que discutem a relação entre tradição pedagógica e inovação educacional, bem como textos que abordam a construção social do conhecimento escolar em diferentes contextos históricos.

A análise dos dados ocorreu por meio de leitura interpretativa e categorização temática, permitindo a identificação de padrões conceituais recorrentes na literatura. Galvão e Ricarte (2019) destacam que a sistematização da revisão bibliográfica é fundamental para garantir rigor analítico e coerência interpretativa.

Também foram considerados princípios da revisão sistemática, especialmente no que se refere à organização e transparência dos procedimentos de seleção e análise dos textos. Page et al. (2021) enfatizam a importância da clareza metodológica na condução de revisões acadêmicas.

A abordagem qualitativa adotada permite uma leitura aprofundada e interpretativa do fenômeno estudado, valorizando os sentidos atribuídos pelos autores às categorias de tradição e inovação. Essa perspectiva possibilita compreender o conhecimento escolar como construção histórica e socialmente situada.

O método empregado favorece a análise crítica e reflexiva do material teórico, permitindo compreender como diferentes autores articulam tradição e inovação no campo educacional. A pesquisa bibliográfica e documental constitui uma estratégia adequada para o alcance dos objetivos propostos.

3. DESENVOLVIMENTO

A construção do conhecimento escolar no cenário contemporâneo revela-se profundamente marcada pela articulação entre tradição e inovação, configurando um campo dinâmico no qual práticas históricas e transformações emergentes coexistem e se tensionam. A tradição educacional, ao longo dos séculos, consolidou-se como base estruturante dos sistemas de ensino, sustentando formas de organização do saber que ainda hoje influenciam currículos, metodologias e práticas pedagógicas. Comênio, ao propor uma didática sistematizada e universalizante, já delineava um modelo de ensino que buscava organizar racionalmente o processo educativo, evidenciando que a escola moderna nasce sob o signo da padronização e da transmissão estruturada do conhecimento. Essa herança histórica não se limita a um conjunto de práticas ultrapassadas, mas constitui um alicerce que ainda orienta a forma como o saber escolar é legitimado e transmitido.

A permanência da tradição na educação está diretamente relacionada à função social da escola enquanto instituição responsável pela conservação e transmissão cultural. Caillé (2006) evidencia que as instituições se sustentam por estruturas normativas que garantem sua continuidade, e a escola se insere nesse movimento ao preservar padrões pedagógicos historicamente legitimados. Dessa forma, o conhecimento escolar adquire um caráter cumulativo, no qual o passado não é descartado, mas incorporado como referência para a

organização do presente. Terrail (2005) reforça essa perspectiva ao demonstrar que os sistemas educativos mantêm fortes continuidades estruturais mesmo diante de reformas sucessivas, o que evidencia a resistência da tradição frente às mudanças sociais.

No interior dessa configuração histórica, a tradição também se estabelece como elemento de identidade institucional, influenciando não apenas conteúdos, mas também formas de avaliação e relações pedagógicas. Gandin (2006) ressalta que o campo educacional é atravessado por disputas simbólicas que definem quais saberes são legitimados, revelando que a tradição não é neutra, mas resultado de relações de poder que atravessam a escola. Assim, compreender o conhecimento escolar implica reconhecer que ele é produto de um processo histórico em constante disputa, no qual a permanência de determinadas práticas não ocorre por acaso, mas por mecanismos sociais e institucionais profundamente enraizados.

Em contraponto a essa estrutura histórica, a inovação educacional emerge como resposta às transformações sociais, tecnológicas e culturais que redefinem as exigências formativas da contemporaneidade. A escola passa a ser pressionada a rever seus modelos tradicionais, incorporando metodologias que valorizem a participação ativa dos estudantes e o desenvolvimento de competências críticas e criativas. Creswell (2021) destaca que a produção de conhecimento em educação demanda múltiplas abordagens metodológicas, o que amplia a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem e abre espaço para novas formas de organização pedagógica.

Galvão e Ricarte (2019) apontam que o avanço das pesquisas educacionais tem impulsionado práticas mais reflexivas e fundamentadas, contribuindo para a consolidação de uma perspectiva inovadora no campo educacional. A inovação, nesse sentido, não se restringe à introdução de tecnologias digitais, mas envolve uma reconfiguração epistemológica do próprio ato educativo, exigindo novas formas de pensar o ensino e o papel do professor. Morales (2022) reforça que metodologias sistemáticas de análise têm fortalecido a produção de evidências científicas, permitindo que práticas inovadoras sejam fundamentadas em critérios mais rigorosos e consistentes.

A relação entre tradição e inovação não se apresenta como oposição rígida, mas como uma tensão produtiva que estrutura o funcionamento da escola. Ferreira (2026) destaca que o conhecimento escolar se constitui na articulação entre fundamentos históricos e demandas contemporâneas, exigindo equilíbrio entre conservação e transformação. Essa dinâmica revela que a inovação não substitui a tradição, mas a ressignifica, reconfigurando suas funções e ampliando suas possibilidades. A escola contemporânea emerge como um espaço de negociação constante entre permanência e mudança, no qual o conhecimento é continuamente reconstruído a partir dessas interações.

As perspectivas atuais da educação indicam que a integração entre tradição e inovação constitui um princípio fundamental para a construção de um conhecimento escolar mais crítico, inclusivo e socialmente relevante. Ferreira (2026) observa que o pensamento educacional contemporâneo exige flexibilidade teórica e abertura epistemológica para lidar com a complexidade dos fenômenos educativos. A escola deixa de ser um espaço de mera reprodução para se tornar um ambiente de produção ativa de sentidos, no qual diferentes temporalidades pedagógicas coexistem e se transformam mutuamente. Essa articulação entre continuidade histórica e inovação constante consolida um modelo educacional mais dinâmico, capaz de responder às demandas de uma sociedade em permanente transformação.

4.1. Tradição e Fundamentos Históricos da Educação

A tradição educacional constitui a base histórica sobre a qual se estruturam os sistemas de ensino contemporâneos, configurando-se como um conjunto de práticas, valores e concepções que atravessam diferentes épocas. Comênio, ao formular a *Didáctica Magna*, já defendia uma organização sistemática do ensino, voltada à universalização do conhecimento e à padronização metodológica, elemento que se tornou central na constituição da escola moderna. Essa perspectiva evidencia que a tradição não é apenas herança cultural, mas também um dispositivo organizador do processo educativo, responsável por definir formas de ensinar e aprender.

A consolidação histórica da escola está diretamente relacionada à necessidade de transmissão sistemática do saber, o que garantiu à tradição um papel de estabilidade institucional. Caillé (2006) destaca que as instituições sociais se sustentam por estruturas normativas que asseguram continuidade, e a escola se insere nesse movimento ao preservar práticas pedagógicas historicamente legitimadas. Assim, o conhecimento escolar passa a ser entendido como resultado de um processo acumulativo, no qual a tradição exerce função reguladora.

Ao longo do tempo, a tradição educacional também se consolidou como elemento de identidade institucional, influenciando currículos, metodologias e formas de avaliação. Terrail (2005) aponta que os sistemas educativos europeus revelam forte permanência de estruturas históricas, mesmo diante de reformas educacionais sucessivas. Isso indica que a tradição não desaparece diante da inovação, mas se reconfigura e resiste, mantendo sua influência sobre a organização escolar.

Gandin (2006) reforça que o campo educacional é atravessado por relações de poder e disputas simbólicas, nas quais a tradição ocupa posição central na definição do que é considerado conhecimento legítimo. Dessa forma, o ensino escolar não pode ser compreendido

sem a análise das estruturas históricas que o sustentam, pois estas moldam práticas pedagógicas e orientam decisões curriculares.

A tradição educacional se configura como elemento estruturante do conhecimento escolar, funcionando simultaneamente como base de continuidade e como campo de tensão frente às transformações contemporâneas, o que abre espaço para a compreensão das dinâmicas entre conservação e inovação.

4.2. A Emergência da Inovação no Contexto Educacional

A inovação educacional surge como resposta às transformações sociais, tecnológicas e culturais que impactam diretamente os processos de ensino e aprendizagem. No contexto contemporâneo, a escola é pressionada a rever seus modelos tradicionais, incorporando novas metodologias que valorizem a participação ativa dos estudantes e o desenvolvimento de competências críticas. Essa mudança evidencia a necessidade de ressignificação das práticas pedagógicas diante de uma sociedade em constante transformação.

Creswell (2021) destaca que a produção de conhecimento em educação deve considerar múltiplas abordagens metodológicas, permitindo a incorporação de novas formas de análise e interpretação da realidade escolar. Nesse sentido, a inovação não se limita ao uso de tecnologias, mas envolve também novas concepções epistemológicas sobre o ato de ensinar e aprender.

Galvão e Ricarte (2019) apontam que a ampliação das pesquisas educacionais tem contribuído para o surgimento de práticas pedagógicas mais reflexivas e fundamentadas, evidenciando a importância da inovação como elemento estruturante do campo educacional contemporâneo. Isso demonstra que a inovação está diretamente relacionada à produção científica e à evolução das teorias educacionais.

Morales (2022) ressalta que metodologias sistemáticas de revisão e análise de dados têm possibilitado maior rigor na compreensão dos fenômenos educacionais, contribuindo para a consolidação de práticas inovadoras baseadas em evidências. Essa perspectiva reforça a importância da articulação entre pesquisa e prática pedagógica.

A inovação educacional configura-se como um movimento necessário para a atualização da escola, promovendo a reorganização do conhecimento escolar e ampliando suas possibilidades formativas.

4.3. Tensão entre Tradição e Inovação no Espaço Escolar

A relação entre tradição e inovação no espaço escolar não se caracteriza por oposição direta, mas por uma tensão constante que atravessa as práticas pedagógicas. Enquanto a

tradição garante estabilidade e continuidade, a inovação introduz elementos de mudança e reorganização do conhecimento. Essa dinâmica complexa evidencia que a escola é um espaço de negociação entre diferentes temporalidades pedagógicas.

Ferreira (2026), ao discutir epistemologia educacional, destaca que o conhecimento escolar se constitui a partir da articulação entre fundamentos históricos e novas demandas sociais, o que exige equilíbrio entre conservação e transformação. Essa perspectiva reforça que a inovação não elimina a tradição, mas a ressignifica.

Silva et al. (2009) apontam que a pesquisa documental na educação revela justamente essa convivência entre permanência e mudança, evidenciando como documentos institucionais preservam práticas tradicionais ao mesmo tempo em que incorporam novas diretrizes pedagógicas. Isso demonstra a complexidade do processo educativo.

Narciso e Santana (2025) reforçam que as metodologias científicas aplicadas à educação permitem compreender melhor essa tensão, ao evidenciar que o campo educacional é dinâmico e multifacetado. A análise crítica desses elementos possibilita compreender a escola como espaço de disputa simbólica.

A tensão entre tradição e inovação não representa um conflito irreconciliável, mas um movimento constitutivo do próprio desenvolvimento do conhecimento escolar.

4.4. Reconfiguração do Conhecimento Escolar

O conhecimento escolar contemporâneo passa por um processo de reconfiguração que envolve a incorporação de novas linguagens, tecnologias e metodologias de ensino. Esse processo reflete a necessidade de adequação da escola às transformações sociais e culturais, exigindo novas formas de organização do saber.

McCowan (2016) destaca que a equidade no ensino superior e na educação básica depende não apenas do acesso, mas também da qualidade das experiências formativas, o que implica a revisão das formas tradicionais de produção do conhecimento escolar. Essa perspectiva amplia o entendimento sobre inovação educacional.

Fávero e Centenaro (2019) evidenciam que a pesquisa documental em educação permite compreender como políticas e práticas institucionais contribuem para a reorganização do conhecimento escolar, revelando processos de adaptação e mudança dentro das instituições de ensino.

Page et al. (2021) ressaltam a importância de metodologias sistemáticas para análise de práticas educacionais, contribuindo para a produção de evidências que sustentem a inovação pedagógica. Isso fortalece a base científica das transformações educacionais.

A reconfiguração do conhecimento escolar resulta da articulação entre demandas sociais e avanços metodológicos, promovendo novas formas de ensinar e aprender.

4.5. Perspectivas Contemporâneas da Educação entre Continuidade e Mudança

As perspectivas contemporâneas da educação indicam a necessidade de integração entre tradição e inovação como princípio estruturante das práticas pedagógicas. Essa articulação permite que a escola mantenha sua identidade histórica ao mesmo tempo em que se adapta às novas exigências sociais.

Ferreira (2026) destaca que o pensamento educacional atual exige abordagens flexíveis e críticas, capazes de integrar diferentes dimensões do conhecimento escolar. Isso reforça a importância de uma educação aberta à transformação.

Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) evidenciam que a experiência universitária e escolar é marcada por contingências sociais que influenciam diretamente os processos de aprendizagem, o que exige práticas pedagógicas mais adaptáveis e inclusivas.

Gandin (2006) aponta que a análise relacional da educação permite compreender como diferentes forças sociais influenciam a construção do conhecimento escolar, evidenciando a necessidade de uma abordagem crítica e contextualizada.

As perspectivas contemporâneas apontam para uma educação que articula continuidade e mudança, consolidando um modelo pedagógico mais dinâmico, reflexivo e socialmente relevante.

4. CONCLUSÃO

A análise realizada evidencia que a construção do conhecimento escolar é marcada por uma relação contínua entre tradição e inovação, que não se apresenta como oposição, mas como processo dialético de transformação educacional. A escola, enquanto instituição histórica, preserva práticas consolidadas que garantem estabilidade ao processo educativo, ao mesmo tempo em que incorpora novas demandas sociais, tecnológicas e culturais.

Observa-se que a tradição desempenha papel fundamental na organização do ensino, oferecendo bases estruturais para o funcionamento dos sistemas educacionais. No entanto, a inovação emerge como resposta às mudanças sociais contemporâneas, exigindo novas metodologias, práticas pedagógicas mais dinâmicas e maior protagonismo dos estudantes no processo de aprendizagem.

A articulação entre esses dois elementos revela-se essencial para a construção de uma educação mais significativa, capaz de dialogar com diferentes realidades e contextos. A

inovação não elimina a tradição, mas a ressignifica, promovendo a atualização das práticas pedagógicas sem romper com os fundamentos históricos da educação.

Compreender a relação entre tradição e inovação permite repensar o papel da escola na sociedade contemporânea, fortalecendo sua função formativa e social. O conhecimento escolar passa a ser entendido como um processo em constante construção, influenciado por múltiplos fatores históricos e culturais.

REFERÊNCIAS

CAILLÉ, Alain. **Présentation.** *Revue du MAUSS*, n. 28, p. 5-40, 2006.

COMÊNIO, Jan Amos. **Didáctica Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

FERREIRA, Samuel. **A pesquisa qualitativa: fundamentos e estratégias para garantir validade e confiabilidade dos resultados**. São Paulo: Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://archive.org/details/art-4-uma-pesquisa-qualitativa-e-como-assegurar-a-sua-validade-e-fidelidade. Acesso em: 27 abr. 2026.

FERREIRA, Samuel. **Epistemologia das ciências da educação: entre a formação crítica kantiana e a criatividade no pensamento educacional contemporâneo.** São Paulo: Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://archive.org/details/entre-a-formaca-o-cri-tica-kantiana-e-a-criatividade-no-pensamento-educacional-c. Acesso em: 26 abr. 2026.

FERREIRA, Samuel. **Políticas de acesso e permanência no ensino superior: limites e possibilidades para estudantes de baixa renda e minorias étnicas.** São Paulo: Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://archive.org/details/art-3-poli-ticas-de-acesso-e-permanencia-no-ensino-superior. Acesso em: 26 abr. 2026.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GANDIN, Luís Armando. **Michael Apple: a educação sob a ótica da análise relacional.** *Educação*, v. 4, p. 13-27, 2006.

LANGA ROSADO, Delia; TORRENTS, Dani; TROIANO, Helena. **El carácter contingente de las elecciones y la experiencia universitaria: riesgo y origen social.** *Revista de Sociología de la Educación – RASE*, v. 12, n. 2, p. 228-244, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.7203/RASE.12.2.14308. Acesso em: 26 abr. 2026.

MCCOWAN, Tristan. **Três dimensões da equidade de acesso ao ensino superior.** *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, v. 46, n. 4, p. 645-665, 2016.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

TERRAIL, Jean-Pierre. **L'école en France: crises, pratiques, perspectives.** Paris: La Dispute, 2005.

OS DESAFIOS DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: EXPERIÊNCIAS, TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS E POLÍTICAS DE INCLUSÃO EM UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA.

Samuel Ferreira

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios do acesso e da permanência no ensino superior a partir das experiências de uma universidade comunitária, considerando as dinâmicas institucionais e sociais que influenciam as trajetórias acadêmicas dos estudantes. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em procedimentos bibliográficos e documentais, com base em literatura especializada e documentos institucionais que tratam das políticas de inclusão e assistência estudantil. Conforme Creswell (2021), a investigação qualitativa possibilita compreender fenômenos educacionais a partir de seus contextos, interpretando significados e práticas sociais. Os resultados indicam que, embora haja ampliação significativa do acesso ao ensino superior por meio de políticas públicas e ações institucionais, a permanência dos estudantes ainda enfrenta obstáculos relevantes, especialmente relacionados às condições socioeconômicas, acadêmicas e psicossociais. Observa-se que estudantes de baixa renda e de grupos historicamente marginalizados apresentam maior vulnerabilidade à evasão, exigindo ações institucionais mais integradas e contínuas. A análise também evidencia que estratégias de apoio, como assistência estudantil, acompanhamento pedagógico e suporte psicológico, desempenham papel essencial na redução das desigualdades educacionais. Segundo McCowan (2016), a equidade no ensino superior depende não apenas do acesso, mas da garantia de condições efetivas de permanência e sucesso acadêmico. Conclui-se que o enfrentamento dos desafios do ensino superior exige a articulação entre políticas públicas e práticas institucionais, de modo a promover uma educação mais inclusiva e socialmente comprometida.

Palavras-chave: Ensino superior; acesso; permanência; inclusão educacional.

ABSTRACT

This study aims to analyze the challenges of access and permanence in higher education based on the experiences of a community university, considering the institutional and social dynamics that influence students' academic trajectories. The research adopts a qualitative approach, grounded in bibliographic and documentary procedures, based on specialized literature and institutional documents addressing inclusion and student support policies. According to Creswell (2021), qualitative research allows for an in-depth understanding of educational phenomena by interpreting meanings and social practices within their contexts. The results indicate that, although there has been a significant expansion of access to higher education through public policies and institutional initiatives, student permanence still faces considerable obstacles, especially those related to socioeconomic, academic, and psychosocial conditions. It is observed that low-income students and historically marginalized groups are more vulnerable to dropout, requiring more integrated and continuous institutional actions. The analysis also highlights that support strategies such as student assistance, academic tutoring, and psychological services play an essential role in reducing educational inequalities. According to McCowan (2016), equity in higher education depends not only on access but also on ensuring effective conditions for permanence and academic success. It is concluded that addressing the challenges of higher education requires the articulation of public policies and institutional practices in order to promote a more inclusive and socially committed education system.

Keywords: Higher education; access; permanence; educational inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre os desafios do acesso e da permanência no ensino superior tem se tornado cada vez mais relevante no cenário educacional contemporâneo, especialmente diante das desigualdades sociais que marcam sociedades periféricas e em desenvolvimento. A expansão das universidades comunitárias representa um avanço importante no processo de democratização do ensino, ao possibilitar a inserção de estudantes de diferentes classes sociais no espaço acadêmico. Contudo, conforme aponta McCowan (2016), o acesso por si só não garante equidade educacional, sendo necessário compreender também os fatores que influenciam a permanência e o sucesso dos estudantes ao longo de sua trajetória universitária.

A universidade comunitária assume papel estratégico na mediação entre políticas públicas de inclusão e a realidade social dos estudantes, oferecendo alternativas de formação em regiões onde o ensino superior público ainda é insuficiente. Entretanto, tais instituições enfrentam desafios estruturais que impactam diretamente a permanência estudantil, como limitações financeiras, desigualdades de formação básica e dificuldades de adaptação acadêmica. Terrail (2005) destaca que os sistemas educacionais tendem a reproduzir desigualdades históricas, mesmo quando se apresentam como inclusivos, o que reforça a complexidade do problema investigado.

A problemática central deste estudo consiste em compreender de que forma as políticas de acesso e permanência no ensino superior se materializam na experiência de uma universidade comunitária, considerando os limites e possibilidades dessas ações institucionais. Essa questão torna-se fundamental diante do aumento da diversidade no perfil estudantil, especialmente com a entrada de estudantes de baixa renda e de grupos historicamente marginalizados. A construção do conhecimento científico exige rigor metodológico e análise crítica das práticas educacionais (Narciso, 2025), o que reforça a relevância da investigação proposta.

O objetivo geral deste artigo é analisar os desafios relacionados ao acesso e à permanência no ensino superior a partir da experiência de uma universidade comunitária, identificando fatores que favorecem ou dificultam a trajetória acadêmica dos estudantes. Busca-se também compreender como as políticas institucionais de apoio estudantil contribuem para a redução das desigualdades educacionais e para a promoção da inclusão social no espaço universitário.

Pretende-se discutir como as dimensões sociais, econômicas e pedagógicas se articulam na construção das trajetórias acadêmicas, evidenciando que a permanência estudantil não depende apenas do desempenho individual, mas de condições estruturais mais amplas. Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) ressaltam que as escolhas e experiências

universitárias são fortemente influenciadas pelo contexto social de origem, o que reforça a necessidade de políticas educacionais sensíveis às desigualdades.

Outro aspecto relevante é a compreensão da universidade como espaço de transformação social, no qual o conhecimento científico se articula com demandas sociais concretas. As instituições de ensino superior não podem ser analisadas apenas como espaços de transmissão de conhecimento, mas como ambientes de produção de oportunidades e redução de desigualdades. A análise das políticas educacionais deve considerar essa dimensão ampliada do papel universitário.

A relevância deste estudo também está relacionada à necessidade de fortalecer o debate sobre inclusão educacional em nível superior, especialmente no contexto das universidades comunitárias, que desempenham função social significativa. Conforme McCowan (2016), a equidade educacional exige a integração entre acesso, permanência e aprendizagem, o que demanda políticas institucionais consistentes e sustentáveis.

Este trabalho se justifica pela importância de compreender os desafios contemporâneos da educação superior sob uma perspectiva crítica e integrada, considerando que o processo de democratização do ensino ainda é incompleto. A análise proposta contribui para o avanço das discussões acadêmicas sobre políticas educacionais e para a construção de práticas mais inclusivas e equitativas no ensino superior.

2. APRESENTAÇÃO

O tema dos desafios do acesso e da permanência no ensino superior insere-se em um campo amplo de estudos sobre desigualdade educacional e justiça social, sendo objeto de debates intensos na literatura contemporânea. A ampliação do acesso à universidade, embora significativa nas últimas décadas, não eliminou as barreiras estruturais que afetam estudantes de baixa renda e minorias sociais. Terrail (2005) evidencia que os sistemas educacionais frequentemente reproduzem desigualdades sociais, mesmo quando implementam políticas de inclusão.

A universidade comunitária, nesse cenário, desempenha papel fundamental na expansão do ensino superior, especialmente em regiões onde o acesso às universidades públicas é limitado. Essas instituições buscam atender demandas locais e regionais, oferecendo cursos que possibilitam mobilidade social e formação profissional. No entanto, enfrentam desafios relacionados à manutenção de políticas de permanência, especialmente diante da heterogeneidade do perfil estudantil.

A literatura aponta que a democratização do ensino superior deve ser compreendida como um processo multidimensional, que envolve não apenas o ingresso, mas também a

permanência e a conclusão dos estudos. McCowan (2016) argumenta que a equidade educacional depende da articulação entre essas três dimensões, sendo insuficiente a ampliação isolada do acesso. Essa perspectiva amplia o entendimento sobre justiça educacional.

As desigualdades sociais refletem-se diretamente na experiência universitária dos estudantes, influenciando seu desempenho acadêmico e sua permanência na instituição. Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) destacam que fatores como origem social, capital cultural e condições econômicas são determinantes na trajetória educacional, o que evidencia a necessidade de políticas públicas mais abrangentes.

As universidades comunitárias enfrentam o desafio de equilibrar sua missão social com limitações institucionais e financeiras. Essas instituições desempenham papel essencial na inclusão educacional, mas dependem de políticas públicas de apoio para garantir a permanência dos estudantes. A complexidade desse cenário exige análises aprofundadas sobre suas práticas e resultados.

A discussão sobre acesso e permanência também envolve a compreensão das transformações sociais contemporâneas, que impactam diretamente o ensino superior. A crescente diversidade estudantil exige novas abordagens pedagógicas e institucionais, capazes de atender diferentes necessidades formativas. Isso implica repensar modelos tradicionais de ensino.

A relevância do tema se intensifica diante da necessidade de promover uma educação superior mais inclusiva e socialmente comprometida. A universidade, nesse sentido, deve ser compreendida como espaço de produção de conhecimento e de transformação social, contribuindo para a redução das desigualdades.

A análise do tema permite compreender que os desafios do ensino superior não se restringem ao acesso, mas envolvem um conjunto complexo de fatores institucionais, sociais e pedagógicos que influenciam diretamente a trajetória dos estudantes.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, voltada à análise dos desafios do acesso e da permanência no ensino superior em uma universidade comunitária. Segundo Creswell (2021), a abordagem qualitativa permite compreender fenômenos sociais a partir da interpretação de significados e contextos, sendo especialmente adequada para investigações educacionais.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada como base teórica para a construção do referencial analítico, envolvendo a consulta a livros, artigos científicos e produções acadêmicas

relacionadas ao tema. Conforme Gil (2019), esse tipo de pesquisa permite a sistematização do conhecimento já produzido, possibilitando a identificação de tendências e lacunas na literatura.

A pesquisa documental complementa a análise ao utilizar fontes institucionais, como relatórios, políticas educacionais e documentos internos da universidade comunitária estudada. Lakatos e Marconi (2021) destacam que a pesquisa documental permite compreender a realidade a partir de registros oficiais, contribuindo para uma análise mais contextualizada dos fenômenos investigados.

O processo de seleção das fontes seguiu critérios de relevância, atualidade e pertinência temática, priorizando produções acadêmicas reconhecidas na área da educação. Galvão e Ricarte (2019) ressaltam que a revisão da literatura deve ser sistemática e criteriosa, garantindo a consistência teórica da pesquisa.

Para organização e análise dos dados, adotou-se uma abordagem interpretativa baseada na categorização temática, permitindo identificar padrões recorrentes nas discussões sobre acesso e permanência no ensino superior. Essa estratégia favorece a construção de uma análise mais estruturada e coerente.

A metodologia também foi orientada por princípios de rigor científico, conforme discutido por Narciso e Santana (2025), que destacam a importância da coerência metodológica na pesquisa educacional contemporânea. Isso garante maior confiabilidade aos resultados obtidos.

O estudo considerou ainda diretrizes de revisão sistemática, conforme proposto por Page et al. (2021), adaptando seus princípios à análise qualitativa documental, o que contribui para maior transparência no processo de investigação.

A pesquisa documental foi fundamentada também nas contribuições de Silva et al. (2009), que destacam sua relevância na formação de análises críticas em educação, permitindo compreender políticas e práticas institucionais em profundidade.

4. DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do tema “Os desafios do acesso e da permanência no ensino superior: experiências de uma universidade comunitária” exige compreender, em primeiro plano, que o ingresso na educação superior não se configura como um processo homogêneo ou igualmente acessível a todos os grupos sociais. Conforme McCowan (2016), o acesso ao ensino superior está diretamente relacionado às desigualdades estruturais que atravessam a sociedade, o que significa que universidades comunitárias assumem papel estratégico na democratização do conhecimento. Estudantes oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis enfrentam barreiras iniciais significativas, especialmente relacionadas à renda familiar, à formação básica

precária e à falta de capital cultural acadêmico. Um exemplo recorrente é o estudante que ingressa por programas de bolsas parciais, mas encontra dificuldades para custear materiais, transporte e alimentação, o que já compromete sua inserção plena no ambiente universitário.

No que se refere ao acesso, destaca-se também a influência das desigualdades regionais e educacionais. Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) apontam que as trajetórias universitárias são marcadas por contingências sociais que influenciam diretamente as escolhas acadêmicas dos estudantes. Muitos ingressam no ensino superior com lacunas formativas decorrentes da educação básica, o que impacta sua adaptação às exigências acadêmicas. Em universidades comunitárias, isso se evidencia em disciplinas de base, como matemática, leitura e escrita acadêmica, nas quais parte significativa dos alunos necessita de apoio pedagógico complementar. Um exemplo concreto é a alta procura por monitorias e programas de nivelamento nos primeiros semestres, revelando que o acesso formal não garante igualdade de condições iniciais de aprendizagem.

A permanência estudantil, por sua vez, constitui um dos maiores desafios enfrentados por essas instituições. Segundo Santos e Garcia (2025), a evasão no ensino superior está fortemente associada a fatores socioeconômicos e à falta de apoio institucional. Muitos estudantes precisam conciliar estudo e trabalho, o que reduz o tempo disponível para atividades acadêmicas e afeta o desempenho. É comum encontrar casos de alunos que trabalham em jornadas integrais e frequentam aulas no período noturno, chegando à universidade já exaustos, o que contribui para o baixo rendimento e, em alguns casos, para a evasão. Esse cenário evidencia que a permanência não depende apenas da vontade individual, mas de condições materiais e institucionais adequadas.

. De acordo com Theodoro e Freitas (2025), a assistência estudantil é elemento central para a permanência de estudantes cotistas e de baixa renda no ensino superior. Universidades comunitárias frequentemente oferecem bolsas, financiamentos internos, programas de assistência psicológica e apoio pedagógico. Entretanto, tais medidas nem sempre são suficientes para suprir todas as demandas. Um exemplo disso ocorre quando o auxílio financeiro cobre apenas mensalidades, mas não contempla custos indiretos como moradia, deslocamento e alimentação, o que continua gerando vulnerabilidade socioeconômica ao longo da trajetória acadêmica.

Os desafios da permanência envolvem também fatores psicossociais e institucionais. Silva et al. (2024) destacam que estudantes autistas no ensino superior, por exemplo, enfrentam barreiras adicionais relacionadas à inclusão e adaptação institucional, o que evidencia a complexidade da permanência estudantil. Muitos estudantes relatam sentimentos de insegurança acadêmica, dificuldade de adaptação ao ambiente universitário e experiências de

exclusão simbólica. Em cursos de maior exigência teórica, é comum que estudantes de primeira geração universitária sintam-se deslocados em relação aos colegas que já possuem familiaridade com o universo acadêmico, o que impacta diretamente sua autoestima e desempenho.

O desenvolvimento das experiências em universidades comunitárias demonstra que o enfrentamento dos desafios de acesso e permanência exige uma abordagem integrada, que envolva políticas institucionais, apoio financeiro, fortalecimento pedagógico e ações de inclusão social. Pinheiro (2024) destaca que a evolução das políticas educacionais no Brasil aponta para a necessidade de articulação entre acesso, permanência e acolhimento estudantil. Exemplos positivos incluem programas de tutoria acadêmica, grupos de apoio estudantil e projetos de extensão que aproximam o estudante da realidade profissional. Essas iniciativas contribuem para reduzir desigualdades e fortalecer o vínculo do aluno com a instituição. Ainda assim, o cenário evidencia que a democratização do ensino superior é um processo contínuo, que depende do compromisso coletivo entre universidade, Estado e sociedade.

4.1. Políticas de acesso no ensino superior

As políticas de acesso ao ensino superior constituem um dos pilares centrais das transformações educacionais contemporâneas, especialmente em países marcados por fortes desigualdades sociais. A ampliação do ingresso universitário, por meio de ações afirmativas, programas de cotas e financiamento estudantil, representa um movimento de democratização do ensino, ainda que parcial. McCowan (2016) destaca que a equidade no ensino superior não pode ser compreendida apenas pelo aumento de matrículas, mas pela garantia de condições reais de participação acadêmica. O acesso precisa ser interpretado como etapa inicial de um processo mais amplo de inclusão educacional, que envolve permanência e sucesso formativo.

A expansão das políticas de acesso também deve ser analisada a partir das tensões entre meritocracia e desigualdade estrutural. Terrail (2005) evidencia que os sistemas educacionais tendem a reproduzir hierarquias sociais historicamente estabelecidas, mesmo quando se apresentam como inclusivos. Isso significa que o simples ingresso na universidade não elimina as barreiras sociais que acompanham os estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica. O acesso precisa ser compreendido como uma política de reparação histórica, mas também como um campo de disputa simbólica sobre quem tem direito ao conhecimento legitimado.

Programas como bolsas de estudo e reservas de vagas ampliaram significativamente a presença de estudantes de baixa renda e de grupos historicamente excluídos. No entanto, Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) apontam que a entrada no ensino superior não garante

igualdade de oportunidades, pois os estudantes carregam diferentes capitais culturais e condições materiais que influenciam suas trajetórias. Dessa forma, o acesso precisa ser acompanhado de políticas de apoio que reduzam as desigualdades iniciais.

A efetividade das políticas de acesso depende diretamente da articulação entre Estado e instituições de ensino superior. As universidades comunitárias, por exemplo, desempenham papel relevante na interiorização do ensino e na ampliação das oportunidades educacionais. Contudo, essas instituições enfrentam limitações financeiras e estruturais que impactam a manutenção de políticas inclusivas. Isso evidencia que o acesso não é apenas uma questão de abertura de vagas, mas de sustentabilidade institucional e compromisso político com a inclusão.

Diante desse cenário, compreende-se que as políticas de acesso representam um avanço importante, mas insuficiente para garantir a democratização plena do ensino superior. A literatura indica que o acesso precisa ser acompanhado por estratégias de permanência e acompanhamento estudantil, sob pena de se tornar uma inclusão apenas formal. Assim, o desafio central reside na construção de um sistema educacional que não apenas permita entrar na universidade, mas também possibilite nela permanecer e concluir a formação com qualidade.

4.2. Desafios da permanência estudantil

A permanência estudantil no ensino superior constitui um dos principais desafios das políticas educacionais contemporâneas, especialmente quando se considera a diversidade socioeconômica dos estudantes ingressantes. Apesar da ampliação do acesso, muitos estudantes enfrentam dificuldades que comprometem sua continuidade nos cursos superiores. McCowan (2016) enfatiza que a permanência deve ser entendida como dimensão essencial da equidade educacional, pois sem ela o acesso perde seu sentido transformador. Assim, a permanência torna-se indicador fundamental da efetividade das políticas públicas.

Entre os fatores que impactam a permanência, destacam-se as condições econômicas dos estudantes. Muitos precisam conciliar trabalho e estudo, o que reduz o tempo disponível para atividades acadêmicas e compromete o desempenho. Terrail (2005) observa que as desigualdades sociais se refletem diretamente no espaço escolar, influenciando o sucesso ou fracasso dos estudantes. Essa realidade evidencia que a universidade não é um espaço neutro, mas atravessado por desigualdades estruturais que afetam a trajetória acadêmica.

Estudantes oriundos de escolas públicas frequentemente enfrentam defasagens de aprendizagem que dificultam a adaptação ao ritmo universitário. Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) ressaltam que a experiência universitária é marcada por contingências sociais que influenciam diretamente o desempenho acadêmico. A permanência depende não apenas do esforço individual, mas também do suporte institucional oferecido.

A adaptação a um novo ambiente acadêmico pode gerar insegurança, ansiedade e sensação de inadequação, especialmente entre estudantes de grupos socialmente vulneráveis. Nesse contexto, políticas de apoio psicológico e pedagógico tornam-se fundamentais para garantir a continuidade dos estudos. A ausência desse suporte contribui para o aumento dos índices de evasão.

Os desafios da permanência estudantil revelam a complexidade do processo de democratização do ensino superior. Não basta garantir o ingresso, sendo necessário construir condições materiais, pedagógicas e emocionais que sustentem a trajetória acadêmica dos estudantes. A permanência, nesse sentido, constitui um indicador da capacidade das instituições de ensino em promover inclusão real e efetiva.

4.3. Inclusão e desigualdades sociais no ensino superior

A inclusão no ensino superior está diretamente relacionada à superação das desigualdades sociais que historicamente estruturam o acesso à educação. Embora políticas afirmativas tenham ampliado a presença de grupos marginalizados nas universidades, persistem barreiras que dificultam a plena participação desses estudantes. McCowan (2016) destaca que a equidade educacional envolve múltiplas dimensões, incluindo acesso, permanência e resultados acadêmicos. Assim, a inclusão deve ser compreendida como um processo contínuo e não como um evento isolado.

As desigualdades sociais se manifestam de diferentes formas no ambiente universitário, desde a dificuldade de acesso a recursos até a falta de representatividade institucional. Terrail (2005) argumenta que os sistemas educacionais tendem a reproduzir estruturas sociais existentes, mesmo quando implementam políticas inclusivas. Isso significa que a universidade pode, simultaneamente, promover mobilidade social e reproduzir desigualdades.

A experiência universitária de estudantes de baixa renda e de minorias étnicas é marcada por desafios específicos que vão além do desempenho acadêmico. Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) evidenciam que fatores como origem social e capital cultural influenciam significativamente as escolhas e trajetórias educacionais. A inclusão exige mais do que o acesso formal, demandando políticas que considerem as diferenças estruturais entre os estudantes.

As instituições de ensino superior desempenham papel central na construção de ambientes inclusivos. Isso envolve não apenas políticas de ingresso, mas também práticas pedagógicas sensíveis às diversidades sociais. A ausência de reconhecimento dessas diferenças

pode reforçar processos de exclusão simbólica dentro da universidade. Assim, a inclusão deve ser entendida como um compromisso institucional permanente.

Torna-se evidente que a inclusão no ensino superior é um processo complexo, que exige articulação entre políticas públicas, práticas institucionais e reconhecimento das desigualdades sociais. A construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva depende da capacidade de enfrentar essas desigualdades de forma estruturada e contínua.

4.4. Políticas institucionais e apoio estudantil

As políticas institucionais de apoio estudantil desempenham papel fundamental na garantia da permanência no ensino superior. Essas políticas incluem ações como bolsas de estudo, apoio psicológico, tutoria acadêmica e assistência social. McCowan (2016) destaca que a equidade educacional depende da criação de condições que permitam aos estudantes não apenas ingressar, mas concluir seus estudos com sucesso.

As universidades comunitárias têm desenvolvido estratégias importantes de apoio estudantil, buscando reduzir os índices de evasão. No entanto, essas iniciativas frequentemente enfrentam limitações financeiras e estruturais. Terrail (2005) aponta que a sustentabilidade das políticas educacionais depende da articulação entre recursos institucionais e políticas públicas mais amplas. Isso evidencia a necessidade de maior investimento estatal na educação superior.

O apoio psicológico e pedagógico é um dos elementos mais relevantes para a permanência estudantil. Muitos estudantes enfrentam dificuldades emocionais e acadêmicas que impactam diretamente seu desempenho. Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) ressaltam que a experiência universitária é influenciada por fatores sociais e institucionais que exigem acompanhamento contínuo.

A assistência financeira desempenha papel essencial na redução das desigualdades. Estudantes de baixa renda dependem de políticas de bolsas e auxílios para permanecer na universidade. A ausência desse suporte pode levar à interrupção dos estudos, reforçando ciclos de exclusão social.

As políticas institucionais de apoio estudantil constituem elemento central na construção de uma educação superior mais inclusiva. Sua efetividade depende da integração entre diferentes áreas de suporte e do compromisso institucional com a permanência dos estudantes.

4.5. Perspectivas futuras da educação superior

As perspectivas futuras da educação superior apontam para a necessidade de integração mais profunda entre acesso, permanência e qualidade educacional. McCowan (2016)

enfatiza que a equidade deve ser entendida como um processo contínuo, que envolve diferentes dimensões da experiência universitária. Isso implica repensar os modelos tradicionais de ensino e gestão acadêmica.

A transformação digital e as novas tecnologias educacionais também influenciam o futuro da educação superior. Terrail (2005) observa que os sistemas educacionais estão em constante adaptação às mudanças sociais, o que exige flexibilidade institucional. A inovação pedagógica torna-se elemento essencial para o desenvolvimento acadêmico.

Langa Rosado, Torrents e Troiano (2019) destacam que as trajetórias educacionais são cada vez mais marcadas por incertezas e contingências sociais. Isso reforça a necessidade de políticas educacionais mais adaptáveis e sensíveis às diferentes realidades dos estudantes.

As instituições de ensino superior precisam desenvolver estratégias integradas que articulem inclusão social, inovação pedagógica e sustentabilidade institucional. Isso envolve não apenas políticas de acesso, mas também o fortalecimento de estruturas de apoio estudantil.

O futuro da educação superior depende da capacidade de construir sistemas mais justos, inclusivos e adaptáveis às transformações sociais, garantindo que o ensino superior cumpra plenamente sua função social.

5. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo do estudo permitiu retomar a compreensão central sobre os desafios do acesso e da permanência no ensino superior em universidades comunitárias, evidenciando que tais processos não se limitam ao ingresso formal dos estudantes, mas envolvem uma complexa rede de condições sociais, econômicas, institucionais e pedagógicas que influenciam diretamente suas trajetórias acadêmicas.

O objetivo inicial de compreender as principais barreiras e possibilidades relacionadas ao acesso e à permanência foi alcançado a partir da identificação de fatores estruturais que impactam a vida estudantil. Observou-se que, embora o acesso tenha sido ampliado por políticas educacionais e programas institucionais, isso não se traduz automaticamente em igualdade de condições para a continuidade dos estudos.

Os resultados indicam que a permanência estudantil representa o principal ponto crítico dentro das experiências analisadas. Muitos estudantes enfrentam dificuldades relacionadas à conciliação entre trabalho e estudo, à limitação de recursos financeiros e à falta de suporte acadêmico contínuo, o que contribui para quadros de evasão e descontinuidade formativa.

Outro resultado relevante refere-se às desigualdades educacionais anteriores ao ingresso no ensino superior. Parte significativa dos estudantes chega à universidade com

defasagens formativas que dificultam a adaptação às exigências acadêmicas, exigindo das instituições ações de nivelamento e acompanhamento pedagógico mais estruturado.

As experiências em universidades comunitárias demonstram que essas instituições exercem papel essencial na democratização do ensino superior, especialmente por atenderem populações historicamente excluídas. No entanto, também revelam limitações importantes relacionadas à insuficiência de recursos e à necessidade de políticas mais amplas e integradas de apoio estudantil.

As implicações deste estudo indicam que o fortalecimento das estratégias de permanência deve ser tratado como prioridade institucional e política. Não basta ampliar o acesso sem garantir condições reais para a conclusão dos cursos, sendo necessário investir em assistência estudantil, suporte psicopedagógico e ações de inclusão mais efetivas.

Torna-se evidente a importância de repensar práticas pedagógicas dentro das instituições de ensino superior. A adaptação curricular, o acolhimento dos estudantes e a criação de ambientes acadêmicos mais inclusivos são fatores determinantes para reduzir desigualdades e promover trajetórias acadêmicas mais consistentes.

Como perspectiva para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas empíricas em diferentes universidades comunitárias, com foco na escuta dos estudantes e na análise das políticas institucionais de permanência. Investigações longitudinais também podem contribuir para compreender os impactos de longo prazo das ações de apoio estudantil.

Conclui-se que o acesso e a permanência no ensino superior devem ser compreendidos como dimensões interdependentes de um mesmo processo formativo. A consolidação de uma educação superior mais justa e inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, práticas institucionais e compromisso social com a redução das desigualdades educacionais.

REFERÊNCIAS

BARCLAY, William. **The first letter to the Corinthians.** Trad. Carlos Biagini. São Paulo: Editora Cristã, 2016.

COMÊNIO, Jan Amos. *Didáctica Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966..

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ, Iandra Aparecida da; CRUZ, Gabriel da. **Desafios da permanência estudantil nas universidades públicas: reflexões críticas**. *Revista de Educação Popular*, 2025. DOI: https://doi.org/10.14393/REP-2025-77466.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice (org.). **A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. Petrópolis: Vozes, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/42319902/A_pedagogia_gauthier_e_tardif_1_?auto=download. Acesso em: 26 abr. 2026.

LANGA ROSADO, Delia; TORRENTS, Dani; TROIANO, Helena. **El carácter contingente de las elecciones y la experiencia universitaria: riesgo y origen social.** *Revista de Sociología de la Educación (RASE)*, v. 12, n. 2, p. 228-244, 2019**.** DOI: 10.7203/RASE.12.2.14308.

LIMA, Aleska Trindade; CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência**. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 2023. DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68708.

MCCOWAN, Tristan. **Três dimensões da equidade de acesso ao ensino superior.** *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, v. 46, n. 4, p. 645-665, 2016.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

NOVAES, Edmarcius Carvalho et al. **Acesso e permanência no ensino superior: relatos interseccionais de estudantes com deficiência sobre suas experiências**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49895.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PINHEIRO, Diógenes. **Uma geração de políticas inclusivas na educação superior brasileira: do acesso e permanência ao acolhimento**. *Revista Periferia*, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/periferia.2024.80020.

ROBERT, Ellian et al. **Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil**. *Revista Acervo Educacional*, v. 6, 2024. DOI: https://doi.org/10.25248/rae.e16992.2024.

SANTOS, Djair Araújo; GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. **Desafios para permanência na graduação: análise dos motivos para a evasão estudantil**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49783.

SILVA, G. S. da; GIVIGI, R. C. do N.; CAMARGO, E. D. F. **Vivências de alunos autistas no ensino superior: acesso, permanência e inclusão**. *Revista Educação Especial*, v. 37, 2024. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X88635.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

SILVA, Milleny Santos et al. **Dificuldades de permanência de pessoas com deficiência no ensino superior**. *Revista Contrapontos*, v. 25, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.14210/contrapontos.v25n1.p334-346.

SILVA, Pâmela Eduarda Souza et al. **Acesso e permanência no ensino superior: barreiras enfrentadas pela juventude negra rural**. *REMUNOM*, 2025. DOI: https://doi.org/10.61164/7y914g74.

TERRAIL, Jean-Pierre. **L'école en France: crises, pratiques, perspectives.** Paris: La Dispute, 2005.

THEODORO, Diana; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Acesso e permanência no ensino superior público: o papel da assistência estudantil para estudantes cotistas**. *RECIMA21*, v. 6, n. 5, 2025. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v6i5.6425.

UNESCO. **Relatório da comissão internacional sobre os futuros da educação: Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação.** Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707. Acesso em: 26 abr. 2026.

A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A ERA DA IA: POR QUE OS CURSOS DE LICENCIATURA BRASILEIROS AINDA PREPARAM PROFESSORES ANALÓGICOS PARA ALUNOS DIGITAIS.

Samuel Ferreira

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a defasagem dos cursos de licenciatura brasileiros diante das demandas da era da inteligência artificial (IA), especialmente no contexto da BNCC Computação e das práticas pedagógicas híbridas. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, fundamentando-se em autores que discutem formação docente, tecnologias digitais e políticas educacionais contemporâneas (Creswell, 2021; Galvão; Ricarte, 2019). Os resultados evidenciam que a maioria dos currículos das licenciaturas ainda mantém uma abordagem tradicional, com pouca ou nenhuma inserção de componentes curriculares voltados ao pensamento computacional, cultura digital e uso pedagógico da IA. Observa-se também uma lacuna entre a formação inicial e as demandas reais das escolas, onde alunos já utilizam tecnologias digitais de forma intensiva. Conforme Chan e Tsi (2023), a inteligência artificial não substitui o professor, mas redefine suas práticas e competências. Conclui-se que há urgência na reformulação curricular das licenciaturas brasileiras, de modo a integrar competências digitais críticas e pedagógicas voltadas à era da IA, promovendo uma formação docente mais alinhada às transformações tecnológicas contemporâneas.

Palavras-chave: Formação docente; inteligência artificial; licenciatura; educação digital.

ABSTRACT

This study aims to analyze the gap in Brazilian teacher education programs in relation to the demands of the artificial intelligence (AI) era, particularly within the context of the BNCC Computing curriculum and hybrid teaching practices. The research is characterized as bibliographic and documentary, based on authors who discuss teacher education, digital technologies, and contemporary educational policies (Creswell, 2021; Galvão; Ricarte, 2019). The results indicate that most undergraduate teacher education programs still follow a traditional approach, with little or no inclusion of curricular components related to computational thinking, digital culture, and pedagogical use of AI. There is also a clear mismatch between initial teacher education and real school demands, where students already actively use digital technologies. According to Chan and Tsi (2023), artificial intelligence does not replace teachers but reshapes their practices and required competencies. The study concludes that there is an urgent need to reform Brazilian teacher education curricula to integrate critical digital and pedagogical competencies aligned with the AI era, promoting more adequate preparation for contemporary educational transformations.

Keywords: Teacher education; artificial intelligence; undergraduate programs; digital education.

A formação docente para a era da inteligência artificial evidencia um profundo descompasso entre os cursos de licenciatura brasileiros e as exigências da sociedade contemporânea, na medida em que ainda predomina um modelo formativo analógico, pouco integrado às tecnologias digitais e às novas dinâmicas educacionais, resultando na preparação de professores que, em muitos casos, não estão plenamente capacitados para atuar com alunos que aprendem em ambientes altamente digitalizados, mediados por inteligência artificial e cultura algorítmica.

Samuel Ferreira, 2026.

1. INTRODUÇÃO

A formação docente no Brasil tem sido historicamente atravessada por desafios estruturais que se intensificam no contexto contemporâneo de transformação digital acelerada e expansão da inteligência artificial (IA) na educação. Esse cenário exige uma reconfiguração profunda dos modelos formativos tradicionais, uma vez que a escola contemporânea já não pode ser compreendida fora das dinâmicas tecnológicas que a atravessam. Entretanto, como apontam Coitim e Carvalho (2024), ainda persiste um descompasso significativo entre as discussões acadêmicas sobre tecnologias digitais e sua efetiva incorporação nos cursos de licenciatura, evidenciando uma defasagem entre teoria e prática formativa.

Esse descompasso torna-se ainda mais evidente quando se observa que os estudantes da educação básica já estão amplamente inseridos em ecossistemas digitais mediados por algoritmos, plataformas adaptativas e sistemas baseados em inteligência artificial. Apesar disso, muitos cursos de formação inicial de professores continuam organizados a partir de matrizes curriculares tradicionais, centradas em conteúdos estáticos e metodologias pouco interativas. Tal situação evidencia uma contradição formativa, na qual o futuro docente é preparado em descompasso com o universo tecnológico que encontrará em sua prática profissional.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente em sua versão voltada à Computação, propõe o desenvolvimento do pensamento computacional, da cultura digital e da capacidade crítica frente às tecnologias digitais. Esse documento normativo representa um avanço importante ao reconhecer a centralidade das tecnologias na formação contemporânea. Contudo, apesar dessa orientação, sua implementação nas licenciaturas ainda ocorre de maneira fragmentada e pouco sistemática, o que limita seu impacto na formação inicial de professores.

Coitim e Carvalho (2024) destacam que existe uma distância considerável entre a produção acadêmica sobre tecnologias digitais e sua aplicação efetiva na formação docente. Para os autores, esse distanciamento não se limita à ausência de conteúdos tecnológicos nos currículos, mas envolve também questões institucionais, epistemológicas e pedagógicas que dificultam a atualização das licenciaturas frente às demandas contemporâneas da educação digital.

O problema de pesquisa que orienta este estudo parte justamente dessa constatação: por que os cursos de licenciatura brasileiros ainda não conseguem formar professores preparados para atuar em contextos educacionais permeados pela inteligência artificial? Essa questão implica compreender não apenas lacunas curriculares, mas também as formas como o conhecimento pedagógico é estruturado, validado e transmitido nas instituições formadoras.

O objetivo geral desta investigação consiste em analisar a defasagem curricular das licenciaturas frente às demandas da era digital e da inteligência artificial. Tal objetivo se

fundamenta na necessidade de compreender como os cursos de formação docente têm (ou não têm) incorporado saberes tecnológicos emergentes, especialmente aqueles relacionados à IA, e de que maneira isso impacta a constituição da identidade profissional docente.

A construção do conhecimento científico, nesse sentido, é compreendida como elemento central para o avanço de uma formação docente crítica e reflexiva. Conforme Narciso e Santana (2025), a formação de professores deve ultrapassar a dimensão instrumental e técnica, promovendo uma compreensão aprofundada dos processos educativos como fenômenos complexos, históricos e socialmente situados, o que inclui necessariamente a análise crítica das tecnologias digitais.

Quando se considera a presença crescente da inteligência artificial na educação, torna-se evidente que não se trata apenas de uma ferramenta auxiliar, mas de um elemento estruturante das práticas pedagógicas contemporâneas. Sistemas de IA já influenciam processos de avaliação, personalização da aprendizagem e gestão educacional, exigindo que o professor desenvolva competências críticas para interpretar, mediar e problematizar essas tecnologias.

A ausência de uma formação sistemática sobre IA nos cursos de licenciatura contribui para a manutenção de uma lacuna formativa significativa. Em muitos casos, quando o tema aparece, ele surge de forma pontual ou optativa, sem integração com o núcleo pedagógico dos cursos. Essa fragilidade formativa reforça o argumento de Coitim e Carvalho (2024), segundo o qual a incorporação das tecnologias digitais ainda não se consolidou como eixo estruturante da formação docente inicial.

Muitos docentes do ensino superior responsáveis pelas licenciaturas também não tiveram acesso a uma formação consistente em tecnologias digitais e inteligência artificial, o que impacta diretamente a capacidade de inovação curricular. Esse fator contribui para a reprodução de modelos formativos tradicionais, pouco sensíveis às transformações tecnológicas contemporâneas.

A infraestrutura tecnológica das instituições de ensino superior brasileiras apresenta desigualdades significativas, o que limita a implementação de práticas pedagógicas inovadoras. A ausência de equipamentos adequados, conectividade precária e baixa integração entre setores acadêmicos e tecnológicos dificultam a criação de ambientes formativos que dialoguem com a cultura digital contemporânea.

É importante destacar que a formação docente para a era da inteligência artificial não pode ser reduzida ao domínio técnico de ferramentas digitais. Como enfatizam Narciso e Santana (2025), trata-se de promover uma formação crítica e reflexiva, capaz de problematizar os impactos sociais, éticos e pedagógicos das tecnologias, incluindo questões como vieses algorítmicos, privacidade de dados e automação de processos educacionais.

A integração entre teoria e prática torna-se um princípio fundamental da formação docente contemporânea. A ausência dessa articulação contribui para uma formação fragmentada, na qual os futuros professores não conseguem estabelecer relações significativas entre os conhecimentos pedagógicos e os desafios concretos das práticas mediadas por tecnologias digitais e inteligência artificial.

A lacuna formativa identificada também se manifesta na dificuldade dos egressos das licenciaturas em lidar com ambientes educacionais híbridos ou totalmente digitais. Muitos professores iniciantes relatam insegurança no uso de tecnologias educacionais e resistência à adoção de ferramentas digitais, o que evidencia a insuficiência da formação inicial frente às demandas contemporâneas da educação básica.

Experiências inovadoras em algumas instituições de ensino superior demonstram que a integração entre inteligência artificial e formação docente é possível quando há investimento em pesquisa, interdisciplinaridade e metodologias ativas. Essas experiências indicam caminhos promissores para a superação das lacunas curriculares, embora ainda não representem a realidade predominante no sistema de formação docente brasileiro.

A formação docente no Brasil precisa ser repensada à luz das transformações digitais e da crescente presença da inteligência artificial na educação. Isso implica não apenas atualizar currículos, mas também redefinir concepções de ensino, aprendizagem e docência, conforme defendem Coitim e Carvalho (2024) e Narciso e Santana (2025), no sentido de promover uma formação crítica, científica e socialmente comprometida com os desafios do século XXI.

2. APRESENTAÇÃO

A formação docente na era digital constitui um campo de investigação cada vez mais complexo e multifacetado, uma vez que envolve simultaneamente dimensões políticas, pedagógicas, tecnológicas e epistemológicas. Coitim e Carvalho (2024) e Narciso e Santana (2025), destacam que o avanço das tecnologias digitais e, de forma mais recente, da inteligência artificial (IA), tem provocado transformações profundas na organização dos sistemas educacionais, exigindo uma reconfiguração do papel do professor. A docência deixa de ser compreendida como mera transmissão de conteúdos e passa a assumir uma função mais ampla de mediação, curadoria e problematização do conhecimento, inserida em ambientes digitais dinâmicos e em constante transformação.

Essa mudança de paradigma implica reconhecer que a escola contemporânea está imersa em uma cultura digital que redefine não apenas os modos de ensinar e aprender, mas também as formas de produção e circulação do conhecimento. A presença da IA em plataformas educacionais, sistemas de avaliação automatizada e ferramentas de aprendizagem

adaptativa altera significativamente a relação entre professor, estudante e conhecimento. Assim, o docente passa a atuar em um ecossistema educacional mediado por dados e algoritmos, o que exige novas formas de letramento e compreensão crítica dessas tecnologias.

De acordo com Chan e Tsi (2023), a inteligência artificial deve ser compreendida como uma ferramenta de apoio pedagógico que amplia as possibilidades de personalização da aprendizagem e otimização de processos educacionais. No entanto, os autores destacam que essa incorporação tecnológica não ocorre de forma neutra, pois demanda novas competências docentes relacionadas à interpretação de dados, à tomada de decisões pedagógicas baseadas em evidências e à compreensão dos limites éticos e técnicos dos sistemas algorítmicos. Essa perspectiva evidencia que a formação docente precisa ir além do uso instrumental das tecnologias.

A discussão sobre formação docente na era digital não pode ser reduzida à simples inclusão de ferramentas tecnológicas nos currículos, mas deve envolver uma profunda revisão das bases epistemológicas que sustentam os cursos de licenciatura. Narciso e Santana (2025) enfatizam que a presença da IA na educação impõe a necessidade de formar professores capazes de compreender criticamente os impactos sociais, culturais e éticos dessas tecnologias, especialmente no que diz respeito à automação de processos educacionais e à produção de decisões mediadas por algoritmos.

As políticas públicas educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente em sua dimensão voltada à Computação, já sinalizam a importância do desenvolvimento do pensamento computacional e da cultura digital na formação dos estudantes. A efetivação dessas diretrizes na formação inicial de professores ainda é limitada, o que revela um descompasso entre as orientações normativas e a realidade dos cursos de licenciatura. Essa lacuna compromete a preparação docente para lidar com os desafios da educação contemporânea.

A incorporação da inteligência artificial na educação exige uma reconfiguração das práticas pedagógicas, que passam a ser orientadas por dados e mediadas por sistemas inteligentes. Isso implica uma mudança significativa no papel do professor, que deixa de ser o único detentor do conhecimento para se tornar um mediador que interpreta informações, orienta percursos de aprendizagem e promove experiências educacionais mais personalizadas e interativas. Tal transformação demanda formação específica e contínua.

À necessidade de integrar metodologias ativas à formação docente, de modo a favorecer a participação do estudante como sujeito ativo no processo de aprendizagem. Estratégias como sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas e projetos

interdisciplinares tornam-se fundamentais para o desenvolvimento de competências críticas e criativas, especialmente em contextos mediados por tecnologias digitais e inteligência artificial.

A implementação dessas metodologias ainda enfrenta resistências estruturais e culturais nas instituições formadoras. Muitos cursos de licenciatura permanecem organizados em modelos tradicionais, baseados em aulas expositivas e avaliação conteudista, o que dificulta a incorporação de práticas pedagógicas inovadoras. Essa persistência de paradigmas tradicionais evidencia a necessidade de uma mudança mais ampla na cultura institucional das universidades.

Narciso e Santana (2025),evidenciam que a formação docente para o uso da inteligência artificial também envolve a construção de competências éticas fundamentais. O uso de sistemas algorítmicos na educação levanta questões relacionadas à privacidade de dados, transparência dos processos decisórios e possíveis vieses incorporados aos sistemas automatizados. O professor precisa ser formado não apenas para utilizar tecnologias, mas para questioná-las criticamente e compreender suas implicações sociais.

A desigualdade de acesso às tecnologias digitais no contexto educacional brasileiro representa um desafio significativo para a formação docente. A falta de infraestrutura adequada em muitas instituições de ensino superior limita a possibilidade de experimentação pedagógica com ferramentas digitais e reduz as oportunidades de integração entre teoria e prática. Essa realidade contribui para a manutenção de um modelo formativo desigual e pouco atualizado.

Segundo Chan e Tsi (2023), a formação inicial de professores também precisa considerar a rápida obsolescência das tecnologias digitais, o que exige uma postura de aprendizagem contínua. Nesse contexto, o conceito de formação ao longo da vida torna-se essencial, uma vez que os conhecimentos tecnológicos se transformam em ritmo acelerado. O professor, portanto, deve ser preparado para aprender continuamente e adaptar suas práticas às novas demandas educacionais.

Essa integração é fundamental para aproximar a formação docente das demandas reais da prática escolar, especialmente em contextos permeados pela inteligência artificial. A ausência dessa articulação contribui para o distanciamento entre teoria acadêmica e realidade educacional.

A formação docente na era digital também exige uma abordagem interdisciplinar, que envolva áreas como pedagogia, ciência da computação, sociologia e ética. Essa articulação de saberes permite uma compreensão mais ampla dos impactos da tecnologia na educação e contribui para a formação de professores mais preparados para lidar com contextos complexos e multifacetados.

Torna-se evidente que a inserção da inteligência artificial na educação não representa apenas uma inovação tecnológica, mas uma transformação estrutural no modo como o conhecimento é produzido, mediado e apropriado Conforme Chan e Tsi (2023), O professor, nesse contexto, assume um papel estratégico na mediação crítica dessas tecnologias, sendo fundamental que sua formação inicial contemple tais dimensões de forma consistente.

A discussão sobre formação docente na era digital aponta para a necessidade urgente de revisão dos currículos das licenciaturas, de modo a incorporar competências digitais críticas, ética tecnológica e metodologias ativas de aprendizagem. Conforme Chan e Tsi (2023), a inteligência artificial deve ser compreendida como uma ferramenta de apoio pedagógico, mas seu potencial educativo depende diretamente da formação crítica e reflexiva dos professores que a utilizam. Repensar a formação docente significa repensar a própria educação na contemporaneidade.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, uma vez que se fundamenta na análise de produções científicas já consolidadas e em documentos oficiais que orientam as políticas educacionais brasileiras. A abordagem bibliográfica, conforme Gil (2019), consiste no levantamento e análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos e teses, permitindo a construção de uma base teórica sólida sobre o objeto investigado. Já a pesquisa documental, segundo Lakatos e Marconi (2021), utiliza fontes primárias, como legislações, diretrizes curriculares e documentos institucionais, possibilitando compreender como as políticas educacionais estruturam e orientam a formação docente no país.

O desenho metodológico adotado busca articular diferentes tipos de fontes de informação, de modo a garantir uma compreensão mais ampla e aprofundada do fenômeno investigado. A combinação entre pesquisa bibliográfica e documental permite não apenas identificar o estado atual da produção acadêmica sobre formação docente e inteligência artificial, mas também analisar como essas discussões se materializam nos documentos oficiais que regulam a educação brasileira. Essa integração fortalece o rigor analítico da investigação.

O corpus da pesquisa foi constituído a partir da seleção de produções acadêmicas recentes que abordam temas como formação docente, inteligência artificial na educação, cultura digital e inovação pedagógica. A escolha dessas produções considerou critérios de atualidade, relevância científica e aderência ao problema de pesquisa, de modo a garantir a consistência teórica da análise. Foram priorizados artigos publicados em periódicos qualificados e livros de referência na área da educação e tecnologia.

De acordo com o quadro 1, além da literatura científica, foram analisadas diretrizes oficiais, com destaque para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente em sua dimensão relacionada à Computação. Esses documentos foram fundamentais para compreender as orientações normativas que estruturam a formação docente no Brasil, bem como para identificar possíveis lacunas entre o que é proposto em nível político e o que é efetivamente implementado nos cursos de licenciatura.

Quadro 1: Resumo sobre a literatura científica e diretrizes da pesquisa.

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica baseia-se em materiais já publicados, como livros e artigos científicos (Gil, 2019), enquanto a documental utiliza fontes primárias, como documentos oficiais e diretrizes curriculares (Lakatos; Marconi, 2021).
Foram analisadas produções acadêmicas recentes sobre formação docente, inteligência artificial e educação digital. Também foram consultadas diretrizes da BNCC Computação e estudos sobre políticas educacionais. A análise seguiu uma abordagem qualitativa, com interpretação crítica dos dados coletados.
Conforme Creswell (2021), pesquisas qualitativas permitem compreender fenômenos educacionais de forma contextualizada. Já a revisão sistemática seguiu princípios descritos por Page et al. (2021) e Morales (2022), garantindo rigor metodológico.

Fonte: Próprio autor, 2026.

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, que, segundo Creswell (2021), permite compreender fenômenos educacionais em sua complexidade e contextualização, valorizando significados, interpretações e relações entre diferentes elementos do objeto investigado. Essa abordagem é particularmente adequada para estudos que envolvem práticas educativas, políticas públicas e transformações tecnológicas, como é o caso da presente pesquisa.

A interpretação dos dados não se restringiu à descrição das fontes analisadas, mas buscou identificar padrões, contradições e lacunas presentes na literatura e nos documentos oficiais. A análise qualitativa permitiu compreender de que forma a inteligência artificial é abordada na formação docente e quais são os principais desafios para sua incorporação efetiva nos currículos das licenciaturas brasileiras.

Para garantir maior rigor metodológico, a revisão de literatura foi conduzida com base em princípios de revisão sistemática, conforme orientações de Page et al. (2021) e Morales (2022). Esses autores destacam a importância de procedimentos transparentes e replicáveis na seleção, análise e síntese dos estudos, de modo a reduzir vieses e aumentar a confiabilidade dos resultados obtidos. Assim, foram estabelecidos critérios claros de inclusão e exclusão dos materiais analisados.

Entre os critérios de inclusão, destacaram-se a relevância temática, a atualidade das publicações e a presença de discussões relacionadas à formação docente e à inteligência artificial. Já entre os critérios de exclusão, foram desconsiderados materiais que não apresentavam fundamentação teórica consistente ou que não possuíam relação direta com o escopo da pesquisa. Esse processo contribuiu para a delimitação de um corpus analítico mais coerente e consistente.

A organização dos dados coletados ocorreu por meio de categorias analíticas construídas a partir da leitura exploratória do material selecionado. Essas categorias permitiram agrupar as informações de acordo com eixos temáticos, como formação docente, políticas curriculares, cultura digital e inteligência artificial na educação. Essa estratégia facilitou a interpretação dos dados e a identificação de convergências e divergências entre as fontes analisadas.

A preocupação com a articulação entre teoria e análise documental, de modo a evitar uma abordagem meramente descritiva. Buscou-se, assim, estabelecer relações críticas entre os referenciais teóricos utilizados e os documentos oficiais analisados, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das implicações da inteligência artificial na formação docente.

A opção por uma abordagem qualitativa e interpretativa também se justifica pela natureza do objeto de estudo, que envolve processos sociais, educacionais e tecnológicos complexos. Conforme destaca Creswell (2021), esse tipo de abordagem permite explorar significados e percepções, contribuindo para uma análise mais rica e contextualizada dos fenômenos educacionais contemporâneos.

A pesquisa considerou a necessidade de compreender a formação docente como um processo histórico e dinâmico, influenciado por mudanças sociais, políticas e tecnológicas. Nesse sentido, a análise documental permitiu identificar como as políticas educacionais

evoluíram ao longo do tempo e como passaram a incorporar, ainda que de forma gradual, discussões sobre cultura digital e inteligência artificial.

A metodologia adotada buscou garantir coerência entre o problema de pesquisa, os objetivos propostos e os procedimentos de análise. A combinação entre pesquisa bibliográfica e documental, aliada à abordagem qualitativa e à revisão sistemática da literatura, permitiu construir um percurso investigativo consistente, capaz de sustentar a análise crítica da formação docente frente aos desafios impostos pela era digital e pela inteligência artificial na educação.

4. DESENVOLVIMENTO

A formação docente para a era da inteligência artificial revela um dos paradoxos mais significativos da educação brasileira contemporânea: enquanto os estudantes da educação básica estão imersos em ambientes digitais altamente dinâmicos, mediados por algoritmos, plataformas adaptativas e sistemas inteligentes, muitos cursos de licenciatura ainda formam professores a partir de uma lógica predominantemente "analógica", centrada em metodologias tradicionais e com baixa integração tecnológica. Esse descompasso curricular tem sido apontado na literatura recente como um problema estrutural da formação inicial docente, especialmente diante das exigências da cultura digital (Coitim; Carvalho, 2024). Na prática, isso significa que um futuro professor pode concluir sua graduação sem ter vivenciado experiências formativas consistentes com o uso pedagógico de inteligência artificial ou mesmo com ferramentas básicas de análise de dados educacionais.

Esse cenário se agrava quando se observa a baixa presença de disciplinas obrigatórias voltadas ao pensamento computacional e à inteligência artificial nas licenciaturas brasileiras. Em muitos cursos, especialmente nas áreas de Ciências Humanas e Linguagens, as tecnologias digitais aparecem de forma periférica ou optativa, sem articulação com o núcleo pedagógico da formação. (Cicheleiro; Kobeliski, 2023) destacam que a formação docente para o uso de tecnologias digitais ainda ocorre de maneira fragmentada, o que impede a consolidação de competências digitais mais robustas. Um exemplo concreto ocorre quando professores em formação não têm contato com sistemas de gestão da aprendizagem ou ferramentas de avaliação automatizada, mas, ao ingressarem na escola, precisam lidar com plataformas que já utilizam inteligência artificial para organizar turmas, sugerir atividades e gerar relatórios de desempenho.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente em sua área de Computação, estabelece a necessidade de desenvolvimento do pensamento computacional, da cultura digital e do uso crítico das tecnologias desde a educação básica. No entanto, a implementação dessas diretrizes na formação inicial de professores ainda é limitada e desigual

entre as instituições. (Coitim; Carvalho, 2024) apontam que existe um descompasso entre as orientações da BNCC e sua efetiva incorporação nos currículos das licenciaturas, o que compromete a preparação docente. Como exemplo, enquanto estudantes do ensino fundamental podem aprender noções de algoritmos por meio de atividades lúdicas, muitos futuros professores não recebem formação sistemática sobre como ensinar esses conceitos ou integrá-los às suas práticas pedagógicas.

As exigências das salas de aula híbridas também intensificam essa defasagem formativa, uma vez que o ensino contemporâneo combina práticas presenciais e digitais de forma cada vez mais integrada. Nesse contexto, o professor precisa dominar plataformas virtuais, interpretar dados educacionais e planejar experiências de aprendizagem multimodais. (Chan; Tsi, 2023) destacam que a inteligência artificial já atua como ferramenta de apoio pedagógico, exigindo do docente novas competências relacionadas à análise de dados e à mediação tecnológica. Um exemplo prático pode ser observado no uso de plataformas como Google Classroom ou Moodle, que geram automaticamente relatórios de desempenho dos estudantes; sem formação adequada, muitos professores não utilizam esses dados de forma estratégica para intervenção pedagógica.

Diante desse cenário, torna-se evidente que os cursos de licenciatura brasileiros ainda operam sob um modelo formativo insuficiente para as demandas da era digital e da inteligência artificial. A ausência de disciplinas estruturadas sobre pensamento computacional, cultura digital e IA compromete não apenas a formação técnica, mas também a dimensão crítica da docência. (Cicheleiro; Kobeliski, 2023) reforçam que a integração efetiva das tecnologias na formação docente exige mudanças curriculares profundas e contínuas. Assim, formar professores para o século XXI implica superar o modelo analógico de ensino e construir uma formação alinhada às transformações tecnológicas, capaz de preparar docentes para atuar criticamente em ecossistemas educacionais cada vez mais mediados por algoritmos e inteligência artificial.

4.1. Defasagem curricular nas licenciaturas

A defasagem curricular nas licenciaturas brasileiras pode ser compreendida como resultado de um processo histórico de atualização lenta frente às transformações tecnológicas contemporâneas. Embora a sociedade esteja cada vez mais inserida em ambientes digitais mediados por inteligência artificial, os currículos de formação docente ainda apresentam forte herança de modelos tradicionais. Coitim e Carvalho (2024) evidenciam que a produção acadêmica recente já aponta para a necessidade de reconfiguração da formação de professores

na era digital, porém essa discussão ainda não se traduz de forma efetiva nos currículos das licenciaturas.

A ausência de componentes curriculares obrigatórios voltados à inteligência artificial e ao pensamento computacional reforça a lacuna formativa existente. O estudo de Cicheleiro e Kobeliski (2023) destaca que a formação docente para o uso de tecnologias digitais ainda ocorre de maneira fragmentada, muitas vezes restrita a disciplinas isoladas ou atividades complementares, sem integração sistêmica ao projeto pedagógico dos cursos. Isso contribui para uma formação superficial no que diz respeito ao uso crítico das tecnologias.

Segundo Coitim e Carvalho (2024), há uma resistência institucional à reorganização dos cursos de licenciatura, o que limita a inserção de novas competências digitais necessárias à atuação docente contemporânea. Essa rigidez curricular impede a atualização constante exigida pela sociedade digital.

A defasagem também pode ser compreendida a partir da distância entre teoria e prática formativa. Embora existam pesquisas consolidadas sobre tecnologias educacionais, como destacam Cicheleiro e Kobeliski (2023), sua aplicação nos cursos de formação inicial ainda é incipiente, o que compromete a articulação entre conhecimento acadêmico e prática pedagógica.

A defasagem curricular nas licenciaturas revela um problema estrutural que exige revisão profunda dos projetos pedagógicos dos cursos, de modo a integrar tecnologias digitais e inteligência artificial como elementos centrais da formação docente.

4.2. BNCC Computação e formação docente

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um marco normativo importante na incorporação da cultura digital na educação brasileira, especialmente por meio da área de Computação. O documento orienta o desenvolvimento do pensamento computacional, da resolução de problemas e da compreensão crítica das tecnologias digitais. No entanto, sua implementação na formação docente ainda apresenta limitações significativas.

Cicheleiro e Kobeliski (2023) destacam que, apesar das diretrizes curriculares apontarem para a necessidade de formação docente em tecnologias digitais, sua efetivação ainda ocorre de maneira desigual entre instituições de ensino superior. Isso evidencia um descompasso entre política educacional e prática formativa.

Coitim e Carvalho (2024) reforçam que a BNCC Computação ainda não foi plenamente incorporada aos currículos das licenciaturas, o que compromete a formação de professores capazes de desenvolver competências digitais em seus futuros estudantes. Essa lacuna revela uma fragilidade na articulação entre educação básica e formação inicial docente.

Outro aspecto importante é a falta de formação específica para o desenvolvimento do pensamento computacional nos cursos de licenciatura. Sem essa base formativa, o futuro professor encontra dificuldades para integrar práticas digitais de forma crítica e pedagógica em sua atuação profissional.

A BNCC Computação evidencia a necessidade de uma reestruturação curricular mais profunda nas licenciaturas, garantindo que a formação docente esteja alinhada às competências digitais exigidas pela educação contemporânea.

4.3. Inteligência artificial e prática pedagógica

A inteligência artificial tem promovido mudanças significativas na prática pedagógica, redefinindo o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, o docente deixa de ser apenas transmissor de conteúdos e passa a atuar como mediador de experiências educacionais baseadas em dados e sistemas inteligentes.

Chan e Tsi (2023) destacam que a IA pode atuar como ferramenta de apoio pedagógico, ampliando possibilidades de personalização da aprendizagem e automação de processos educacionais. No entanto, os autores alertam que essa tecnologia exige novas competências docentes, especialmente relacionadas à análise crítica de dados e à compreensão dos limites éticos dos sistemas algorítmicos.

Ojeda et al. (2025) reforçam que a formação docente para o uso da inteligência artificial ainda é incipiente, sendo necessário desenvolver competências específicas para lidar com tecnologias emergentes no contexto educacional. Isso inclui tanto habilidades técnicas quanto capacidades críticas e reflexivas.

A prática pedagógica também é impactada pela necessidade de tomada de decisões baseadas em dados, o que altera significativamente a dinâmica do trabalho docente. Nesse cenário, o professor precisa interpretar informações geradas por sistemas inteligentes e transformá-las em estratégias pedagógicas eficazes.

A inteligência artificial redefine a prática docente, exigindo formação contínua e desenvolvimento de competências críticas para atuação em ambientes educacionais tecnologicamente mediados.

4.4. Cultura digital e sala de aula híbrida

A expansão da cultura digital tem transformado profundamente os espaços educacionais, especialmente com a consolidação de modelos de ensino híbrido. Nesse modelo, atividades presenciais e digitais se articulam, exigindo novas competências docentes para atuação em ambientes integrados.

Cicheleiro e Kobeliski (2023) apontam que a formação docente para o uso de tecnologias digitais ainda é insuficiente para atender às demandas da cultura digital contemporânea, o que dificulta a implementação efetiva de práticas pedagógicas híbridas.

A sala de aula híbrida exige do professor habilidades relacionadas à mediação tecnológica, planejamento de atividades digitais e uso de plataformas educacionais. Segundo Chan e Tsi (2023), essas competências tornam-se fundamentais diante da crescente integração entre inteligência artificial e processos educativos.

A cultura digital redefine o papel do estudante, que passa a assumir maior protagonismo no processo de aprendizagem. Isso exige do professor uma postura mais mediadora e menos centralizadora, o que implica mudanças profundas na prática pedagógica.

A cultura digital e o ensino híbrido reforçam a necessidade de formação docente alinhada às transformações tecnológicas e às novas formas de organização do ensino.

4.5. Desafios institucionais e formativos

Os desafios institucionais e formativos representam um dos principais obstáculos para a modernização da formação docente no Brasil. A falta de infraestrutura tecnológica adequada em muitas instituições de ensino superior limita a implementação de práticas pedagógicas inovadoras.

Segundo Cicheleiro e Kobeliski (2023), a ausência de condições estruturais adequadas compromete o desenvolvimento de competências digitais nos cursos de licenciatura, dificultando a integração entre teoria e prática.

A formação continuada de professores ainda é insuficiente para acompanhar as transformações tecnológicas. Muitos docentes não recebem atualização adequada sobre inteligência artificial e tecnologias digitais, o que impacta diretamente a qualidade da formação inicial.

Ojeda et al. (2025) destacam que a formação docente para tecnologias emergentes exige políticas institucionais mais consistentes, que articulem ensino, pesquisa e inovação tecnológica. Sem esse suporte, a atualização curricular torna-se limitada.

Os desafios institucionais evidenciam a necessidade de investimentos estruturais e pedagógicos que permitam a consolidação de uma formação docente crítica, atualizada e alinhada às exigências da era digital.

5. CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste estudo permite concluir que a formação docente nos cursos de licenciatura brasileiros ainda apresenta um significativo descompasso em relação às

transformações provocadas pela inteligência artificial e pela cultura digital. Apesar do avanço das tecnologias educacionais e da presença cada vez mais marcante de sistemas inteligentes nas escolas, os currículos de formação inicial ainda permanecem fortemente vinculados a modelos tradicionais de ensino. Esse cenário evidencia uma distância entre o que se ensina na universidade e o que efetivamente se exige na prática docente contemporânea.

Observa-se que a escola atual já não pode ser compreendida fora do contexto digital, uma vez que estudantes interagem diariamente com plataformas, aplicativos e sistemas automatizados que influenciam diretamente seus processos de aprendizagem. No entanto, muitos professores em formação não recebem preparo adequado para lidar com essas tecnologias, o que gera insegurança profissional e dificuldades na mediação pedagógica. Essa realidade reforça a necessidade de uma formação mais alinhada às práticas educacionais contemporâneas.

A ausência ou fragilidade dessas temáticas nos currículos compromete a capacidade dos futuros docentes de compreender e utilizar criticamente as tecnologias digitais em sala de aula. Isso resulta em uma formação incompleta, que não contempla as competências exigidas para atuar em ambientes educacionais mediados por dados e algoritmos.

As salas de aula híbridas, que combinam atividades presenciais e digitais, tornam ainda mais evidente a necessidade de atualização da formação docente. Nesse modelo educacional, o professor precisa dominar diferentes ferramentas tecnológicas, planejar atividades integradas e interpretar dados de aprendizagem dos estudantes. Quando essa formação não ocorre de maneira estruturada, o docente tende a reproduzir práticas tradicionais, mesmo em contextos tecnologicamente avançados.

Torna-se claro que existe uma urgência na reformulação curricular das licenciaturas, de modo a incorporar de forma consistente as competências digitais, o uso pedagógico da inteligência artificial e a cultura digital. Essa reformulação não deve ocorrer apenas como adição de disciplinas isoladas, mas como uma reorganização profunda dos projetos pedagógicos dos cursos, garantindo integração entre teoria, prática e tecnologia.

Também se evidencia a necessidade de uma mudança na forma como a formação docente é concebida, superando a visão de que o uso de tecnologias é apenas instrumental. A docência na era digital exige uma postura crítica, reflexiva e capaz de compreender os impactos sociais, éticos e pedagógicos da inteligência artificial na educação. Isso implica formar professores que não apenas utilizem tecnologias, mas que também sejam capazes de questioná-las e ressignificá-las.

Torna-se indispensável o fortalecimento de políticas públicas voltadas à formação docente para a cultura digital. Investimentos em infraestrutura, formação continuada e

atualização curricular são fundamentais para reduzir a distância entre a universidade e a realidade das escolas. Sem esse suporte institucional, as mudanças necessárias tendem a ocorrer de forma lenta e desigual entre as diferentes regiões do país.

A articulação entre universidade e escola básica deve ser intensificada, permitindo que a formação inicial esteja mais próxima dos desafios reais enfrentados pelos professores em sala de aula. Essa aproximação contribui para uma formação mais contextualizada, prática e alinhada às demandas contemporâneas da educação, especialmente em ambientes híbridos e digitalmente mediados.

Conclui-se que a superação da defasagem curricular nas licenciaturas brasileiras depende de um conjunto integrado de ações que envolvem políticas públicas, reformulação curricular e inovação pedagógica. A formação docente para a era da inteligência artificial não pode mais ser adiada, pois dela depende a capacidade da escola de responder às transformações tecnológicas e formar sujeitos preparados para um mundo cada vez mais digital e interconectado.

REFERÊNCIAS

CHAN, Cecilia Ka Yuk; TSI, Louisa H. Y. **The AI revolution in education: will AI replace or assist teachers in higher education?** *arXiv preprint*, 2023. DOI: https://doi.org/10.48550/arXiv.2305.01185.

CICHELEIRO, Daniela Alves; KOBELISKI, Rosinei. **A formação docente para o uso das tecnologias digitais: uma revisão de literatura.** *Brazilian Journal of Development*, v. 9, n. 7, 2023. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv9n7-092.

COITIM, Regiane Dias; CARVALHO, Marcos Antonio Batista. **Formação de professores na era digital: uma análise na produção acadêmica de pós-graduação voltada para o ensino de Ciências.** *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 2024. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.10563430.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ, Iandra Aparecida da; CRUZ, Gabriel da. **Desafios da permanência estudantil nas universidades públicas: reflexões críticas**. *Revista de Educação Popular*, 2025. DOI: https://doi.org/10.14393/REP-2025-77466.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

FERREIRA, Samuel. **A pesquisa qualitativa: fundamentos e estratégias para garantir validade e confiabilidade dos resultados**. São Paulo: Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://archive.org/details/art-4-uma-pesquisa-qualitativa-e-como-assegurar-a-sua-validade-e-fidelidade. Acesso em: 27 abr. 2026.

FERREIRA, Samuel. **Epistemologia das ciências da educação: entre a formação crítica kantiana e a criatividade no pensamento educacional contemporâneo.** São Paulo: Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://archive.org/details/entre-a-formaca-o-cri-tica-kantiana-e-a-criatividade-no-pensamento-educacional-c. Acesso em: 26 abr. 2026.

FERREIRA, Samuel. **Políticas de acesso e permanência no ensino superior: limites e possibilidades para estudantes de baixa renda e minorias étnicas.** São Paulo: Clube de Autores, 2026. Disponível em: https://archive.org/details/art-3-poli-ticas-de-acesso-e-permanencia-no-ensino-superior. Acesso em: 26 abr. 2026.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

LIMA, Aleska Trindade; CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência**. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 2023. DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68708.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.
NOVAES, Edmarcius Carvalho et al. **Acesso e permanência no ensino superior: relatos interseccionais de estudantes com deficiência sobre suas experiências**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49895.

OJEDA, Caroline Martins et al. Tecnologias de inteligência artificial e formação docente. *Revista Intersaberes*, v. 20, 2025. DOI: https://doi.org/10.22169/revint.v20.e25do210.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PINHEIRO, Diógenes. **Uma geração de políticas inclusivas na educação superior brasileira: do acesso e permanência ao acolhimento**. *Revista Periferia*, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/periferia.2024.80020.
ROBERT, Ellian et al. **Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil**. *Revista Acervo Educacional*, v. 6, 2024. DOI: https://doi.org/10.25248/rae.e16992.2024.

SANTOS, Djair Araújo; GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. **Desafios para permanência na graduação: análise dos motivos para a evasão estudantil**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49783.

SILVA, G. S. da; GIVIGI, R. C. do N.; CAMARGO, E. D. F. **Vivências de alunos autistas no ensino superior: acesso, permanência e inclusão**. *Revista Educação Especial*, v. 37, 2024. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X88635.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

SILVA, Milleny Santos et al. **Dificuldades de permanência de pessoas com deficiência no ensino superior**. *Revista Contrapontos*, v. 25, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.14210/contrapontos.v25n1.p334-346.

SILVA, Pâmela Eduarda Souza et al. **Acesso e permanência no ensino superior: barreiras enfrentadas pela juventude negra rural**. *REMUNOM*, 2025. DOI: https://doi.org/10.61164/7y914g74.

THEODORO, Diana; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Acesso e permanência no ensino superior público: o papel da assistência estudantil para estudantes cotistas**. *RECIMA21*, v. 6, n. 5, 2025. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v6i5.6425.

UNIVERSIDADES CORPORATIVAS E MICROCERTIFICAÇÕES: A EDUCAÇÃO SUPERIOR QUE O MEC NÃO REGULA, MAS O MERCADO EXIGE.

Samuel Ferreira

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o fenômeno das universidades corporativas e das microcertificações no contexto da educação superior contemporânea, destacando suas implicações para a formação profissional e para a regulação educacional no Brasil. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, fundamentando-se em produções acadêmicas recentes e relatórios institucionais sobre o tema. Como resultados, observa-se que o avanço das microcertificações e das universidades corporativas representa uma resposta direta às demandas do mercado por formação rápida, flexível e orientada por competências, muitas vezes fora do escopo regulatório do Ministério da Educação (MEC). Conforme Picciano e Freeman (2022), esse movimento redefine o papel da educação superior, deslocando o foco do diploma tradicional para certificações modulares e contínuas. Identifica-se também uma crescente tensão entre o sistema educacional formal e as estruturas corporativas de qualificação, que passam a influenciar diretamente a empregabilidade e a requalificação profissional. Conclui-se que, embora essas modalidades ampliem o acesso à formação, elas também desafiam a regulação estatal e reconfiguram o conceito de educação superior no século XXI.

Palavras-chave: Universidades corporativas; microcertificações; educação superior; mercado de trabalho.

ABSTRACT

This study aims to analyze the phenomenon of corporate universities and micro-credentials in the context of contemporary higher education, highlighting their implications for professional training and educational regulation in Brazil. The research is characterized as bibliographic and documentary, based on recent academic publications and institutional reports on the subject. The results indicate that the expansion of micro-credentials and corporate universities represents a direct response to market demands for fast, flexible, and competency-based training, often outside the regulatory scope of the Ministry of Education (MEC). According to Picciano and Freeman (2022), this movement redefines the role of higher education, shifting the focus from traditional degrees to modular and continuous certifications. There is also a growing tension between the formal education system and corporate qualification structures, which increasingly influence employability and professional reskilling. It is concluded that, although these modalities expand access to education, they also challenge state regulation and reshape the concept of higher education in the 21st century.

Keywords: Corporate universities; micro-credentials; higher education; labor market.

1. INTRODUÇÃO

A educação superior contemporânea insere-se em um contexto de profundas transformações estruturais impulsionadas pela aceleração tecnológica, pela globalização dos mercados e pela crescente demanda por formação profissional flexível e contínua. Conforme Picciano e Freeman (2022), destacam o cenário, observa-se uma ruptura gradual com o modelo tradicional de ensino superior, historicamente centrado na formação longa, disciplinar e rigidamente regulada pelo Estado. Emergindo como resposta a essas mudanças, as universidades corporativas e as microcertificações passam a ocupar um espaço estratégico na formação de competências específicas, orientadas para a empregabilidade imediata e para a adaptação rápida às exigências do mundo do trabalho. Essa transição revela não apenas uma mudança pedagógica, mas também uma reconfiguração do próprio conceito de educação superior.

As universidades corporativas surgem como instrumentos organizacionais criados por empresas para estruturar processos de formação contínua de seus colaboradores, alinhando o desenvolvimento de competências às necessidades produtivas e estratégicas do setor produtivo. Segundo Meister (1998), essas instituições representam uma evolução da educação empresarial, pois deixam de ser apenas treinamentos pontuais e passam a constituir sistemas estruturados de aprendizagem corporativa. Essa lógica reforça a integração entre conhecimento e produtividade, aproximando a educação das demandas imediatas do mercado e afastando-a parcialmente das estruturas tradicionais de regulação estatal.

Paralelamente, as microcertificações emergem como unidades menores e mais flexíveis de aprendizagem, permitindo que indivíduos adquiram e comprovem competências específicas de forma rápida e modular. Conforme Picciano e Freeman (2022), esse modelo representa uma transformação significativa na arquitetura da educação superior, uma vez que desloca o foco do diploma completo para a validação contínua de habilidades. Essa mudança redefine as trajetórias formativas, tornando-as mais dinâmicas e personalizadas, ao mesmo tempo em que desafia os sistemas tradicionais de credenciamento acadêmico.

No contexto brasileiro, a expansão dessas modalidades ocorre de maneira acelerada, porém com limitada regulação por parte do Ministério da Educação (MEC), o que gera debates sobre a legitimidade e o reconhecimento dessas formações. A ausência de um marco regulatório robusto permite que o mercado assuma protagonismo na definição dos critérios de qualificação profissional, o que pode gerar assimetrias entre formação acadêmica formal e certificações corporativas. Esse fenômeno evidencia uma tensão estrutural entre o sistema educacional público e as dinâmicas privadas de formação.

A crescente influência do mercado na definição das competências valorizadas profissionalmente reflete uma mudança paradigmática na relação entre educação e trabalho. A formação deixa de ser exclusivamente um direito social mediado pelo Estado e passa a ser também um mecanismo de adaptação às exigências econômicas. Essa lógica mercadológica redefine os objetivos educacionais, priorizando habilidades técnicas e imediatas em detrimento de formações mais amplas e críticas, o que pode impactar a função social da universidade.

Do ponto de vista metodológico, a análise desse fenômeno exige abordagens rigorosas e sistemáticas, como destacam Narciso e Santana (2025), ao enfatizarem a necessidade de metodologias científicas consistentes para compreender as transformações educacionais contemporâneas. A pesquisa bibliográfica e documental torna-se fundamental nesse processo, pois permite a articulação entre teorias consolidadas e evidências empíricas provenientes de políticas educacionais e práticas institucionais.

A pesquisa documental, conforme Fávero e Centenaro (2019), apresenta potencial significativo para a análise de políticas educacionais, especialmente quando se busca compreender processos institucionais ainda em formação, como é o caso das microcertificações. Esse tipo de abordagem possibilita investigar documentos normativos, relatórios institucionais e diretrizes internacionais, contribuindo para uma compreensão mais ampla das dinâmicas que envolvem a educação superior contemporânea.

A revisão sistemática da literatura, conforme Galvão e Ricarte (2019) e Page et al. (2021), permite organizar e sintetizar o conhecimento científico produzido sobre universidades corporativas e microcertificações, identificando tendências, lacunas e convergências teóricas. Esse tipo de metodologia é essencial para consolidar um panorama crítico sobre o tema, especialmente em um campo ainda em expansão e com múltiplas interpretações conceituais.

No campo da inclusão e da permanência no ensino superior, diversos estudos apontam que as transformações educacionais também impactam grupos historicamente vulnerabilizados. Pesquisas como as de Lima e Carmo (2023) e Novaes et al. (2025) evidenciam que a expansão de novas modalidades formativas pode tanto ampliar oportunidades quanto aprofundar desigualdades, dependendo das condições de acesso, infraestrutura e suporte institucional oferecidos aos estudantes.

A lógica das microcertificações, embora promova flexibilidade e rapidez na formação, também pode contribuir para a fragmentação do processo educativo, dificultando a construção de trajetórias acadêmicas mais integradas e consistentes. Essa fragmentação pode impactar especialmente estudantes em situação de vulnerabilidade social, que dependem de políticas públicas estruturadas para garantir permanência e continuidade formativa.

Os desafios relacionados à permanência estudantil no ensino superior tradicional também ajudam a compreender o cenário mais amplo de transformação educacional. Segundo Santos e Garcia (2025), fatores como dificuldades financeiras, falta de suporte institucional e desigualdades sociais influenciam diretamente a evasão universitária, o que reforça a necessidade de políticas educacionais mais integradas e inclusivas.

No caso das universidades corporativas, observa-se uma lógica distinta, na qual o acesso à formação é mediado pela inserção no mercado de trabalho, o que pode restringir o alcance dessas oportunidades a determinados perfis profissionais. Essa seletividade evidencia uma diferença estrutural em relação à educação superior pública, que tem como princípio a universalização do acesso.

As políticas inclusivas no ensino superior brasileiro, conforme Pinheiro (2024), têm buscado ampliar o acesso e a permanência de estudantes diversos, mas ainda enfrentam desafios significativos diante da expansão de modelos educacionais paralelos, como as microcertificações. Essa coexistência de sistemas distintos de formação exige uma reflexão crítica sobre equidade e reconhecimento educacional.

O cenário contemporâneo revela uma reconfiguração do campo educacional, no qual diferentes modelos de formação coexistem e competem por legitimidade. As universidades corporativas e as microcertificações representam, portanto, não apenas uma inovação pedagógica, mas também uma mudança estrutural na governança da educação superior, deslocando parte da autoridade formativa do Estado para o mercado.

A análise desse fenômeno permite concluir que a educação superior encontra-se em um processo de transição complexo, marcado pela tensão entre regulação pública e demandas privadas. Esse movimento exige novas formas de regulação e avaliação das práticas educacionais, de modo a garantir que a inovação não comprometa princípios fundamentais como equidade, qualidade e função social da educação.

2. APRESENTAÇÃO

As universidades corporativas surgem como estratégias organizacionais de formação contínua profundamente alinhadas às necessidades produtivas e competitivas das empresas contemporâneas, consolidando-se como instrumentos de gestão do conhecimento e de desenvolvimento de capital humano dentro das próprias organizações. Conforme Meister (1998), essas instituições representam uma evolução dos modelos tradicionais de treinamento empresarial, pois deixam de se restringir a ações pontuais de capacitação e passam a estruturar sistemas educacionais permanentes, integrados à cultura organizacional e aos objetivos estratégicos de longo prazo. A aprendizagem corporativa deixa de ser um processo periférico e

passa a ocupar posição central na dinâmica produtiva, articulando inovação, desempenho e adaptação às constantes mudanças do mercado global.

As microcertificações emergem como unidades menores e mais flexíveis de aprendizagem, concebidas para validar competências específicas de forma rápida, modular e orientada por resultados. Diferentemente dos cursos tradicionais de longa duração, essas certificações fragmentam o conhecimento em blocos menores, permitindo que o trabalhador construa trajetórias formativas personalizadas e progressivas. Essa lógica responde diretamente às demandas de um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico, no qual a atualização constante de habilidades torna-se requisito fundamental para a empregabilidade e a permanência profissional. As microcertificações redefinem o próprio conceito de qualificação, deslocando-o de uma formação extensa e generalista para um modelo ágil, adaptativo e centrado em competências.

De acordo com Brown, Murphy e O'Connor (2020), esse modelo educacional híbrido apresenta vantagens significativas, especialmente no que se refere à flexibilidade formativa e ao aumento das oportunidades de empregabilidade, uma vez que permite ao indivíduo atualizar suas competências de forma contínua e direcionada às demandas do setor produtivo. No entanto, os autores também alertam para desafios importantes relacionados à padronização dos conteúdos e ao reconhecimento acadêmico dessas certificações, já que a ausência de critérios uniformes pode comprometer sua equivalência em relação aos diplomas tradicionais de educação superior. Essa ambiguidade reforça a necessidade de políticas educacionais mais claras e integradas, capazes de equilibrar inovação e regulação.

A expansão das microcertificações e das universidades corporativas evidencia uma mudança estrutural na relação entre educação, trabalho e Estado, na medida em que parte significativa da formação profissional passa a ser conduzida fora dos sistemas educacionais formais regulados pelo Ministério da Educação (MEC). No contexto brasileiro, essa tendência é particularmente relevante, pois revela um deslocamento progressivo da centralidade estatal na certificação de competências para uma lógica de mercado, na qual empresas e plataformas privadas assumem papel ativo na definição dos critérios de qualificação profissional. Esse processo levanta debates sobre soberania educacional e sobre os limites da regulação pública em um cenário de crescente privatização da formação.

À reconfiguração das trajetórias formativas dos trabalhadores, que passam a ser orientadas por demandas imediatas de empregabilidade e não mais exclusivamente por percursos acadêmicos longos e estruturados. Essa transformação impacta diretamente a concepção de educação superior, que tradicionalmente se baseava em currículos integrados e progressivos, substituindo-a por uma lógica modular, fragmentada e altamente responsiva ao

mercado. Brown, Murphy e O'Connor (2020) ,tal mudança, embora aumente a agilidade na formação, pode também reduzir a profundidade teórica e crítica do processo educativo, uma vez que privilegia habilidades técnicas em detrimento de uma formação mais ampla e reflexiva.

Observa-se que a crescente adoção dessas modalidades formativas sem plena regulação do MEC amplia significativamente a influência do setor privado na estruturação da educação profissional no Brasil, criando um ecossistema educacional híbrido e descentralizado. Esse cenário exige uma análise crítica sobre os impactos de longo prazo dessa transferência de responsabilidades formativas para o mercado, especialmente no que diz respeito à equidade de acesso, à qualidade da formação e ao reconhecimento oficial das competências adquiridas. Dessa forma, torna-se essencial refletir sobre novos modelos de governança educacional que consigam conciliar inovação, regulação e garantia de direitos educacionais em um contexto cada vez mais marcado pela flexibilização e pela mercantilização do conhecimento.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza bibliográfica e documental, adotando uma abordagem qualitativa voltada à interpretação crítica e aprofundada do fenômeno estudado (Lakatos; Marconi, 2021). A opção pela pesquisa bibliográfica fundamenta-se na necessidade de compreender o estado da arte sobre universidades corporativas e microcertificações a partir de produções científicas já consolidadas, permitindo a construção de um referencial teórico sólido e coerente. Segundo Gil (2019), esse tipo de pesquisa é essencial quando o objetivo é reunir, analisar e interpretar conhecimentos previamente publicados, possibilitando ao pesquisador uma visão ampla e sistematizada do objeto de estudo.

Paralelamente, a pesquisa documental complementa o percurso metodológico ao utilizar fontes primárias institucionais, normativas e oficiais, tais como relatórios de organizações internacionais, diretrizes educacionais e documentos de políticas públicas. Conforme Lakatos e Marconi (2021), esse tipo de abordagem permite a análise de materiais que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado, oferecendo uma perspectiva mais direta sobre os fenômenos investigados. No contexto deste estudo, essa etapa foi fundamental para compreender como instituições educacionais e organismos reguladores lidam com a expansão das microcertificações e das universidades corporativas.

O processo de coleta de dados envolveu a seleção criteriosa de artigos científicos, livros acadêmicos e relatórios internacionais que abordam o tema das transformações na educação superior, com ênfase nas novas modalidades formativas (Lakatos; Marconi, 2021). Foram priorizadas publicações recentes e de relevância reconhecida na área da educação e das políticas educacionais, de modo a garantir atualidade e consistência teórica à análise. Esse

conjunto de materiais possibilitou a identificação de tendências globais relacionadas à flexibilização do ensino superior e à crescente influência do mercado na formação profissional.

Além disso, a pesquisa incorporou elementos de revisão sistemática da literatura como estratégia complementar de organização e análise das fontes selecionadas. De acordo com Galvão e Ricarte (2019), a revisão sistemática permite mapear, avaliar e sintetizar evidências científicas de forma estruturada, contribuindo para maior rigor metodológico e transparência no processo investigativo. Essa etapa foi importante para identificar convergências e divergências teóricas sobre o papel das microcertificações e das universidades corporativas no cenário educacional contemporâneo.

A abordagem qualitativa adotada possibilitou uma interpretação mais aprofundada dos dados coletados, priorizando a compreensão dos significados, das relações e das implicações do fenômeno estudado (Lakatos; Marconi, 2021). Diferentemente de abordagens quantitativas, o enfoque qualitativo permite analisar os aspectos subjetivos e estruturais envolvidos na transformação da educação superior, especialmente no que se refere às mudanças institucionais e às novas dinâmicas entre Estado, mercado e formação profissional. Essa perspectiva é fundamental para captar a complexidade do objeto de estudo.

A articulação entre pesquisa bibliográfica, documental e revisão sistemática permitiu construir uma base metodológica robusta, capaz de sustentar a análise crítica proposta neste trabalho (Lakatos; Marconi, 2021). A integração dessas estratégias metodológicas favoreceu uma compreensão ampla e contextualizada das universidades corporativas e das microcertificações, evidenciando suas implicações para a educação superior contemporânea. O percurso metodológico adotado garante consistência científica e contribui para o avanço das discussões sobre as transformações educacionais em curso.

4. DESENVOLVIMENTO

A expansão das universidades corporativas pode ser compreendida como um desdobramento direto das transformações contemporâneas no mundo do trabalho, marcadas pela intensificação da competitividade global e pela necessidade constante de inovação organizacional. Essas instituições deixam de ser apenas espaços de treinamento interno e passam a constituir sistemas estruturados de aprendizagem contínua, integrados às estratégias empresariais de longo prazo. Segundo Meister (1998), as universidades corporativas representam um novo paradigma de formação profissional, no qual o conhecimento é produzido, aplicado e atualizado dentro do próprio ambiente organizacional, com foco direto na produtividade e na vantagem competitiva. Nesse sentido, a educação passa a ser tratada como ativo estratégico das empresas, e não apenas como um processo externo ao sistema produtivo.

Paralelamente, a emergência das microcertificações reflete uma mudança significativa na forma como o conhecimento é organizado, validado e reconhecido no contexto educacional contemporâneo. Essas certificações modulares permitem a aquisição de competências específicas em períodos reduzidos de tempo, atendendo à demanda por formações mais flexíveis e adaptáveis às rápidas transformações tecnológicas. Conforme Picciano e Freeman (2022), as microcertificações representam uma reconfiguração da educação superior, pois deslocam o foco do diploma integral para a validação contínua de habilidades fragmentadas, alinhadas às exigências do mercado de trabalho. Essa lógica contribui para a personalização das trajetórias formativas, mas também levanta questionamentos sobre a profundidade e a coerência dos processos educativos.

No que se refere à relação com o mercado de trabalho, observa-se uma valorização crescente de competências específicas e certificações de curta duração em detrimento da formação acadêmica tradicional. Esse movimento está associado à busca por maior eficiência na inserção profissional e à necessidade de adaptação rápida às mudanças tecnológicas e produtivas. De acordo com Brown, Murphy e O'Connor (2020), o mercado passa a priorizar habilidades práticas e imediatamente aplicáveis, o que redefine os critérios de empregabilidade e reduz a centralidade do diploma formal como principal indicador de qualificação. Essa transformação altera profundamente a lógica da formação profissional, aproximando-a das demandas imediatas do setor produtivo.

Entretanto, essa reconfiguração do campo educacional ocorre em um cenário de fragilidade regulatória, especialmente no contexto brasileiro, onde a expansão das universidades corporativas e das microcertificações ainda não conta com um marco normativo consolidado por parte do Ministério da Educação (MEC). Essa ausência de regulação clara gera assimetrias entre a educação formal e as formações corporativas, criando diferentes níveis de reconhecimento e validação de competências. Conforme Fávero e Centenaro (2019), a ausência de diretrizes estruturadas pode comprometer a coerência das políticas educacionais, dificultando a articulação entre os diversos sistemas de formação existentes. Esse cenário reforça a necessidade de maior integração entre Estado e setor produtivo.

As implicações dessa transformação para a educação superior são profundas, uma vez que o modelo tradicional baseado em cursos longos, estruturados e regulamentados passa a coexistir com formatos mais flexíveis, modulares e orientados por competências. Esse processo resulta em um modelo híbrido de educação, no qual instituições acadêmicas e estruturas corporativas compartilham a função formativa. Segundo Galvão e Ricarte (2019), a complexidade dos fenômenos educacionais contemporâneos exige análises integradas que considerem múltiplas dimensões do conhecimento, incluindo aspectos institucionais, sociais e

econômicos. Dessa forma, a educação superior passa a ser compreendida como um campo plural e em constante reconfiguração.

Essa hibridização do sistema educacional redefine o próprio conceito de ensino superior, que deixa de ser exclusivamente vinculado à universidade tradicional e passa a incorporar múltiplas formas de certificação e aprendizagem ao longo da vida. Esse novo cenário desafia as estruturas clássicas de regulação, avaliação e reconhecimento de saberes, exigindo a construção de novos referenciais teóricos e políticos para a educação. A convergência entre universidades corporativas e microcertificações não apenas amplia as possibilidades formativas, mas também tensiona os limites entre educação, mercado e Estado, exigindo uma reflexão crítica sobre o futuro da formação profissional no século XXI.

4.1. Expansão das universidades corporativas

A expansão das universidades corporativas pode ser compreendida como um fenômeno diretamente associado às transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, no qual o conhecimento passa a ser um recurso estratégico para a competitividade organizacional. Essas instituições emergem como resposta à necessidade de formação contínua dos trabalhadores, integrando processos educacionais às metas empresariais de produtividade e inovação. Segundo Meister (1998), as universidades corporativas representam uma evolução dos modelos tradicionais de treinamento, pois deixam de ser iniciativas pontuais e passam a constituir sistemas permanentes de aprendizagem organizacional.

Esse modelo educacional está fortemente vinculado à lógica da gestão do conhecimento, na qual as empresas passam a produzir, organizar e distribuir saberes de forma sistemática dentro de seus próprios ambientes institucionais (Meister, 1998). Tal processo permite que o aprendizado seja continuamente alinhado às demandas do mercado e às transformações tecnológicas, reduzindo a dependência de instituições externas de ensino superior. A educação corporativa se consolida como ferramenta estratégica de competitividade.

Observa-se que a expansão das universidades corporativas está associada à globalização econômica e à intensificação da concorrência entre organizações. Em um cenário de mudanças rápidas e constantes, a capacidade de adaptação torna-se essencial, e a formação interna dos colaboradores passa a ser vista como diferencial estratégico (Meister, 1998). Isso reforça a ideia de que o conhecimento deixou de ser apenas um bem acadêmico para se tornar um ativo econômico fundamental.

A integração entre tecnologia e educação corporativa, que possibilita a criação de ambientes virtuais de aprendizagem altamente personalizados. Plataformas digitais, inteligência artificial e sistemas de gestão de aprendizagem têm sido amplamente utilizados para acelerar

processos formativos e ampliar o alcance das universidades corporativas. Esse avanço tecnológico contribui para a consolidação de modelos educacionais mais flexíveis e dinâmicos.

No entanto, essa expansão também levanta questionamentos sobre a relação entre formação corporativa e educação formal, especialmente no que diz respeito à qualidade e à profundidade dos conhecimentos transmitidos (Meister, 1998). Ao priorizar competências imediatas, há o risco de redução da formação crítica e reflexiva dos trabalhadores, o que pode impactar a construção de saberes mais amplos e integrados.

A consolidação das universidades corporativas evidencia uma mudança paradigmática na forma como o conhecimento é produzido e distribuído, deslocando parte significativa do processo formativo do espaço acadêmico tradicional para o ambiente empresarial. Esse movimento redefine o papel das instituições de ensino superior e reforça a centralidade do mercado na formação profissional contemporânea.

4.2. Emergência das microcertificações

As microcertificações emergem como uma resposta às demandas por maior flexibilidade e agilidade nos processos de formação profissional, especialmente em um contexto marcado por rápidas transformações tecnológicas e pela obsolescência acelerada de competências (Meister, 1998). Essas certificações representam unidades menores de aprendizagem, focadas em habilidades específicas e imediatamente aplicáveis no mercado de trabalho.

Esse modelo educacional rompe com a lógica tradicional dos cursos superiores extensos e estruturados, propondo uma abordagem modular e personalizada da formação. De acordo com Picciano e Freeman (2022), as microcertificações redefinem a arquitetura da educação superior ao deslocar o foco do diploma completo para a validação contínua de competências fragmentadas.

As microcertificações estão fortemente associadas ao conceito de aprendizagem ao longo da vida (lifelong learning), que pressupõe a necessidade constante de atualização profissional. Nesse sentido, o indivíduo deixa de ser formado apenas em etapas iniciais da vida acadêmica e passa a estar em permanente processo de aprendizagem.

O papel das tecnologias digitais na viabilização desse modelo, uma vez que plataformas online permitem acesso rápido, escalável e globalizado a conteúdos formativos. Essa digitalização da educação contribui para a expansão das microcertificações e para sua disseminação em diferentes contextos institucionais e profissionais.

Entretanto, a fragmentação do conhecimento em unidades menores pode gerar desafios relacionados à coerência curricular e à profundidade da formação. A ausência de uma

estrutura integrada pode comprometer a articulação entre diferentes competências, dificultando a construção de uma formação mais ampla e crítica.

As microcertificações representam uma transformação significativa na lógica da educação superior, ao priorizar flexibilidade, rapidez e adaptabilidade (Meister, 1998). Esse modelo reforça a tendência de personalização da aprendizagem, mas também levanta debates sobre a qualidade e o reconhecimento dessas certificações no âmbito acadêmico e profissional.

4.3. Relação com o mercado de trabalho

A relação entre educação e mercado de trabalho tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente com o avanço de modelos formativos mais flexíveis e orientados por competências (Meister, 1998). Nesse contexto, o mercado passa a exercer forte influência na definição dos perfis profissionais desejados, impactando diretamente os sistemas educacionais.

Observa-se uma crescente valorização de competências técnicas e específicas em detrimento de formações generalistas e prolongadas. Essa mudança está associada à necessidade de maior eficiência produtiva e à busca por profissionais capazes de se adaptar rapidamente às exigências do ambiente corporativo.

Segundo Brown, Murphy e O'Connor (2020), o mercado de trabalho contemporâneo privilegia habilidades práticas e certificações rápidas, o que reduz a centralidade do diploma formal como principal indicador de qualificação profissional. Esse movimento redefine os critérios de empregabilidade.

A lógica das competências fragmentadas contribui para a flexibilização das relações de trabalho, exigindo dos profissionais constante atualização e requalificação. Isso amplia a pressão sobre os trabalhadores para manterem-se competitivos em um ambiente altamente dinâmico.

Por outro lado, essa aproximação entre educação e mercado pode gerar desigualdades, uma vez que o acesso às certificações mais valorizadas nem sempre é equitativo (Meister, 1998). Fatores socioeconômicos podem influenciar diretamente as oportunidades de qualificação.

A relação entre mercado de trabalho e formação educacional evidencia uma mudança estrutural no papel da educação, que passa a ser vista não apenas como direito social, mas também como instrumento de adaptação às demandas econômicas contemporâneas.

4.4. Desafios regulatórios

A expansão das universidades corporativas e das microcertificações ocorre em um cenário marcado por fragilidades regulatórias, especialmente no que se refere à atuação do

Ministério da Educação (MEC). A ausência de diretrizes claras para essas modalidades formativas gera lacunas normativas significativas.

Esse vazio regulatório permite que diferentes instituições privadas desenvolvam seus próprios sistemas de certificação, sem padronização nacional ou critérios unificados de qualidade (Meister, 1998). Como consequência, surgem assimetrias no reconhecimento das competências adquiridas.

Segundo Fávero e Centenaro (2019), a falta de regulação adequada pode comprometer a coerência das políticas educacionais, dificultando a integração entre sistemas formais e informais de educação. Isso evidencia a complexidade do cenário atual.

A ausência de controle estatal mais rigoroso pode levar à mercantilização excessiva da educação, na qual certificações passam a ser ofertadas como produtos de consumo, desvinculados de padrões acadêmicos consolidados.

À validação dessas certificações no mercado de trabalho e nas instituições de ensino superior, o que gera incertezas quanto ao seu reconhecimento oficial e à sua equivalência com diplomas tradicionais.

Os desafios regulatórios evidenciam a necessidade de construção de políticas públicas mais integradas, capazes de equilibrar inovação educacional e garantia de qualidade, assegurando maior segurança jurídica e acadêmica aos sistemas de formação.

4.5. Implicações para a educação superior

As transformações provocadas pelas universidades corporativas e pelas microcertificações têm implicações profundas para o conceito de educação superior, que passa por um processo de reconfiguração estrutural (Meister, 1998). O modelo tradicional baseado em cursos longos e rigidamente organizados convive agora com formatos mais flexíveis e modulares.

Esse cenário resulta na consolidação de um modelo híbrido de educação, no qual instituições acadêmicas e organizações corporativas compartilham a responsabilidade pela formação profissional. Essa hibridização redefine as fronteiras entre educação formal e não formal.

De acordo com Picciano e Freeman (2022), essa nova configuração desloca o foco da educação superior do diploma tradicional para a validação contínua de competências, alterando profundamente os processos de certificação e reconhecimento de saberes.

Essa transformação impacta diretamente o papel das universidades, que passam a competir com estruturas formativas mais ágeis e orientadas pelo mercado. Isso exige das instituições acadêmicas uma reavaliação de seus currículos e metodologias.

A ampliação da lógica da aprendizagem ao longo da vida, que passa a ser central na formação profissional contemporânea (Meister, 1998). Isso implica maior responsabilização do indivíduo por sua própria trajetória educacional.

As implicações dessas mudanças indicam uma redefinição ampla da educação superior, que deixa de ser um sistema fechado e centralizado para se tornar um ecossistema plural, dinâmico e fortemente influenciado pelas demandas econômicas e tecnológicas contemporâneas.

5. CONCLUSÃO

A consolidação das universidades corporativas e das microcertificações no cenário educacional contemporâneo evidencia uma transformação estrutural profunda na forma como o conhecimento é produzido, validado e aplicado. Esse processo não se limita a uma inovação pedagógica, mas representa uma reconfiguração ampla do próprio conceito de educação superior, que historicamente esteve associado a instituições formais, currículos rígidos e longa duração formativa.

Observa-se que a educação superior passa a dialogar de maneira mais intensa com as demandas do mercado de trabalho, incorporando lógicas de flexibilidade, rapidez e eficiência na formação de competências. Essa aproximação entre educação e setor produtivo redefine as finalidades do ensino, deslocando parte do foco da formação crítica e generalista para uma formação mais técnica e orientada por resultados imediatos.

As universidades corporativas, nesse sentido, consolidam-se como espaços estratégicos de formação contínua dentro das organizações, reforçando a ideia de que o conhecimento é um ativo essencial para a competitividade empresarial. Esse movimento amplia a participação do setor privado na formação profissional e contribui para a internalização dos processos educativos no ambiente corporativo.

De forma complementar, as microcertificações surgem como alternativas mais flexíveis e modulares à formação tradicional, permitindo que indivíduos adquiram competências específicas de maneira rápida e personalizada. Essa lógica responde às exigências de um mercado dinâmico, no qual a atualização constante de habilidades se tornou um requisito fundamental para a empregabilidade.

Entretanto, apesar dos avanços proporcionados por essas modalidades formativas, surgem também desafios importantes relacionados à regulação, à qualidade e ao reconhecimento dessas certificações. A ausência de um marco regulatório consolidado contribui para a existência de assimetrias entre a educação formal e as novas formas de certificação, gerando incertezas quanto à equivalência dos percursos formativos.

A expansão desses modelos evidencia uma crescente transferência de responsabilidades formativas do Estado para o setor privado, o que levanta questionamentos sobre o papel das políticas públicas na garantia da qualidade e da equidade educacional. Esse cenário exige uma reflexão crítica sobre os limites da mercantilização da educação.

À fragmentação dos processos formativos, especialmente no caso das microcertificações, que organizam o conhecimento em unidades menores e independentes. Embora isso aumente a flexibilidade, também pode comprometer a integração dos saberes e a construção de uma formação mais ampla e crítica.

No campo social, essas transformações impactam diretamente as trajetórias educacionais dos indivíduos, uma vez que o acesso a determinadas certificações pode estar condicionado a fatores econômicos, tecnológicos e institucionais. Isso pode ampliar desigualdades já existentes no sistema educacional.

Não se pode ignorar que essas inovações também ampliam possibilidades de aprendizagem ao longo da vida, permitindo que trabalhadores se atualizem continuamente e respondam de forma mais ágil às mudanças do mercado. Essa característica representa um avanço importante em termos de democratização do acesso à formação profissional.

Diante desse cenário, o ensino superior passa a assumir uma configuração híbrida, na qual convivem modelos tradicionais e novas formas de certificação baseadas em competências. Essa coexistência redefine as fronteiras da educação e exige novas formas de articulação entre universidades, empresas e órgãos reguladores.

As universidades corporativas e as microcertificações representam tanto oportunidades quanto desafios para a educação superior contemporânea. Se, por um lado, ampliam a flexibilidade e a empregabilidade, por outro, tensionam os sistemas tradicionais de regulação e reconhecimento acadêmico.

Torna-se fundamental o desenvolvimento de políticas públicas mais estruturadas que possam integrar essas novas modalidades ao sistema educacional formal, garantindo qualidade, equivalência e justiça educacional. O papel do Estado permanece essencial na mediação entre inovação e regulação.

Recomenda-se que estudos futuros aprofundem a análise sobre os impactos de longo prazo dessas transformações, especialmente no que se refere à sua relação com desigualdades sociais, reconhecimento profissional e reconfiguração do ensino superior. A compreensão desse fenômeno é essencial para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva, flexível e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

BROWN, Mark; MURPHY, Ann; O'CONNOR, Teresa. **Australian higher education micro-credentials: the need for policy and practice alignment.** *Journal of Teaching and Learning for Graduate Employability*, v. 11, n. 1, p. 1–15, 2020. DOI: 10.21153/jtlge2020vol11no1art874

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ, Iandra Aparecida da; CRUZ, Gabriel da. **Desafios da permanência estudantil nas universidades públicas: reflexões críticas**. *Revista de Educação Popular*, 2025. DOI: https://doi.org/10.14393/REP-2025-77466.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

LIMA, Aleska Trindade; CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência**. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 2023. DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68708.

MEISTER, Jeanne C. **Corporate universities: lessons in building a world-class work force.** New York: McGraw-Hill, 1998.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

NOVAES, Edmarcius Carvalho et al. **Acesso e permanência no ensino superior: relatos interseccionais de estudantes com deficiência sobre suas experiências**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49895.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PICCIANO, Anthony G.; FREEMAN, Rebecca. **Micro-credentials and the evolving higher education landscape.** *The Journal of Higher Education Policy and Management*, v. 44, n. 3, p. 233–248, 2022. DOI: 10.1080/1360080X.2021.2006153

PINHEIRO, Diógenes. **Uma geração de políticas inclusivas na educação superior brasileira: do acesso e permanência ao acolhimento**. *Revista Periferia*, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/periferia.2024.80020.

ROBERT, Ellian et al. **Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil**. *Revista Acervo Educacional*, v. 6, 2024. DOI: https://doi.org/10.25248/rae.e16992.2024.

SANTOS, Djair Araújo; GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. **Desafios para permanência na graduação: análise dos motivos para a evasão estudantil**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49783.

SILVA, G. S. da; GIVIGI, R. C. do N.; CAMARGO, E. D. F. **Vivências de alunos autistas no ensino superior: acesso, permanência e inclusão**. *Revista Educação Especial*, v. 37, 2024. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X88635.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

SILVA, Milleny Santos et al. **Dificuldades de permanência de pessoas com deficiência no ensino superior**. *Revista Contrapontos*, v. 25, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.14210/contrapontos.v25n1.p334-346.

SILVA, Pâmela Eduarda Souza et al. **Acesso e permanência no ensino superior: barreiras enfrentadas pela juventude negra rural**. *REMUNOM*, 2025. DOI: https://doi.org/10.61164/7y914g74.

THEODORO, Diana; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Acesso e permanência no ensino superior público: o papel da assistência estudantil para estudantes cotistas**. *RECIMA21*, v. 6, n. 5, 2025. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v6i5.6425.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: O PAPEL DAS BOLSAS, FINANCIAMENTOS E DA ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS.

Samuel Ferreira

RESUMO

Este estudo analisa as políticas de inclusão e permanência estudantil no ensino superior, com ênfase no papel das bolsas de estudo, financiamentos e da assistência psicopedagógica na redução das desigualdades socioeconômicas e na promoção da continuidade acadêmica em universidades comunitárias. O objetivo é compreender como essas políticas contribuem para o acesso, permanência e sucesso acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade social. A metodologia adotada é de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em autores da área de políticas educacionais e assistência estudantil, conforme orienta Gil (2019) e Lakatos e Marconi (2021), além de revisão de literatura sistematizada (Galvão; Ricarte, 2019). Os resultados indicam que as políticas de assistência estudantil são fundamentais para a democratização do ensino superior, embora ainda apresentem desafios relacionados à insuficiência de recursos, desigualdade na distribuição de bolsas e fragilidades no acompanhamento psicopedagógico. Conclui-se que a efetividade dessas políticas depende da integração entre financiamento estudantil, suporte institucional e estratégias pedagógicas de acolhimento, sendo essenciais para reduzir a evasão e promover a equidade educacional. Conforme Narciso e Santana (2025), a consolidação de políticas educacionais exige rigor metodológico e articulação entre diferentes dimensões sociais e institucionais.

Palavras-chave: Inclusão educacional; permanência estudantil; assistência psicopedagógica; bolsas de estudo.

ABSTRACT

This study analyzes student inclusion and retention policies in higher education, focusing on the role of scholarships, financial aid programs, and psycho-pedagogical assistance in reducing socioeconomic inequalities and promoting academic continuity in community universities. The objective is to understand how these policies contribute to access, retention, and academic success of students in vulnerable social conditions. The methodology is based on bibliographic and documentary research, supported by educational policy literature and student assistance studies, as suggested by Gil (2019) and Lakatos and Marconi (2021), as well as systematic literature review approaches (Galvão; Ricarte, 2019). The results indicate that student assistance policies are essential for the democratization of higher education; however, they still face challenges such as limited funding, unequal scholarship distribution, and weaknesses in psycho-pedagogical support systems. It is concluded that the effectiveness of these policies depends on the integration of financial support, institutional engagement, and pedagogical inclusion strategies, which are essential to reduce dropout rates and promote educational equity. According to Narciso and Santana (2025), educational policy consolidation requires methodological rigor and integration of social and institutional dimensions.

Keywords: Educational inclusion; student retention; psycho-pedagogical support; scholarships.

1. INTRODUÇÃO

A expansão do ensino superior no Brasil nas últimas décadas representa um marco importante no processo de democratização do acesso à educação, especialmente a partir da implementação de políticas públicas voltadas à inclusão de grupos historicamente excluídos. No entanto, conforme apontam Veloso e Maciel (2015), o desafio contemporâneo das instituições de ensino superior não se restringe apenas ao ingresso, mas se estende à permanência e à conclusão dos cursos, evidenciando que o acesso sem condições de continuidade não garante a efetiva equidade educacional.

A permanência estudantil passa a ser compreendida como um fenômeno complexo, atravessado por fatores econômicos, sociais, pedagógicos e institucionais. De acordo com Gisi e Pegorini (2016), as políticas de acesso precisam estar articuladas a estratégias de permanência, pois a desigualdade social ainda constitui um dos principais elementos de evasão no ensino superior brasileiro, especialmente entre estudantes de baixa renda.

As universidades comunitárias ocupam um papel estratégico nesse cenário, uma vez que atendem majoritariamente estudantes oriundos de camadas sociais menos favorecidas. Segundo Pinheiro (2024), essas instituições têm se destacado pela implementação de políticas inclusivas que buscam não apenas ampliar o acesso, mas também promover o acolhimento e a permanência estudantil por meio de ações institucionais integradas.

Entre as principais estratégias de permanência destacam-se as bolsas de estudo e os programas de financiamento estudantil, que têm como objetivo reduzir o impacto das desigualdades socioeconômicas no percurso acadêmico. Oliveira e Oliveira (2014) ressaltam que a assistência estudantil é um fator determinante na permanência, pois garante condições materiais mínimas para que o estudante consiga se manter na universidade.

A assistência psicopedagógica tem ganhado relevância como política de permanência, uma vez que atua diretamente nas dificuldades de aprendizagem, adaptação acadêmica e saúde emocional dos estudantes. Theodoro e Freitas (2025) destacam que o acompanhamento institucional é essencial para estudantes cotistas e em vulnerabilidade social, contribuindo significativamente para a redução da evasão.

A permanência estudantil também está diretamente relacionada às desigualdades estruturais da sociedade brasileira, que se refletem no ambiente universitário. Santos e Garcia (2025) apontam que fatores como dificuldades financeiras, necessidade de conciliar trabalho e estudo e lacunas na formação básica anterior são elementos recorrentes nos processos de evasão no ensino superior.

A evasão universitária deve ser compreendida não como um problema individual do estudante, mas como resultado de um conjunto de condições sociais e institucionais. Dias e

Costa (2016) defendem que estratégias institucionais de enfrentamento da evasão são fundamentais para garantir a efetividade das políticas de democratização do ensino superior.

À inclusão de grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência, estudantes negros e populações de áreas rurais. Robert et al. (2024) evidenciam que esses grupos enfrentam barreiras adicionais no ensino superior, o que exige políticas específicas de apoio para garantir sua permanência acadêmica.

Silva, Givigi e Camargo (2024) reforçam que estudantes autistas, por exemplo, enfrentam desafios relacionados à adaptação pedagógica e social, o que torna indispensável a presença de estruturas institucionais de apoio inclusivo e contínuo dentro das universidades.

Lima e Carmo (2023) destacam que a acessibilidade no ensino superior ainda é um desafio significativo, especialmente no que se refere à permanência de pessoas com deficiência, evidenciando a necessidade de políticas educacionais mais inclusivas e estruturadas.

A juventude negra e rural também enfrenta barreiras específicas de permanência, relacionadas às desigualdades históricas de acesso à educação básica de qualidade e às condições socioeconômicas desfavoráveis. Silva et al. (2025) apontam que tais fatores influenciam diretamente o desempenho acadêmico e a continuidade dos estudos.

No campo metodológico, a análise das políticas de inclusão e permanência exige abordagens rigorosas e sistematizadas. Creswell (2021) destaca a importância de métodos qualitativos e quantitativos integrados, enquanto Galvão e Ricarte (2019) defendem a relevância das revisões sistemáticas para a consolidação do conhecimento científico na área educacional.

A pesquisa documental se apresenta como uma estratégia relevante para o estudo de políticas públicas, permitindo a análise de legislações, programas institucionais e relatórios oficiais. Fávero e Centenaro (2019) ressaltam que essa abordagem possibilita compreender tanto potencialidades quanto limitações das políticas educacionais.

O presente estudo tem como problema central compreender de que forma as políticas de bolsas, financiamentos e assistência psicopedagógica contribuem para a redução das desigualdades socioeconômicas e para a permanência no ensino superior em universidades comunitárias, considerando a complexidade dos fatores envolvidos nesse processo.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a efetividade dessas políticas no contexto das universidades comunitárias, enquanto os objetivos específicos buscam identificar os principais programas de assistência estudantil, analisar seus impactos na permanência acadêmica e discutir os desafios institucionais para sua implementação, considerando que a consolidação de políticas educacionais eficazes requer, conforme Narciso e Santana (2025), rigor metodológico e integração entre dimensões sociais, institucionais e pedagógicas.

2. APRESENTAÇÃO

As políticas de inclusão no ensino superior têm se consolidado como instrumentos fundamentais para a democratização do acesso à educação, sobretudo em sociedades marcadas por profundas desigualdades socioeconômicas. Nesse sentido, Gisi e Pegorini (2016) destacam que a efetivação da igualdade de oportunidades não se limita ao ingresso nas instituições, mas depende diretamente da criação de condições materiais, pedagógicas e institucionais que assegurem a permanência e a conclusão dos estudos, evidenciando que o direito à educação só se concretiza plenamente quando há suporte ao longo de toda a trajetória acadêmica do estudante.

Observa-se que as bolsas de estudo e os financiamentos estudantis assumem papel estruturante na redução das barreiras financeiras que historicamente impedem o acesso e a continuidade no ensino superior. Tais mecanismos de apoio econômico funcionam como estratégias de mitigação das desigualdades sociais, permitindo que estudantes em situação de vulnerabilidade consigam se manter na universidade sem a necessidade de abandonar os estudos para suprir demandas de subsistência imediata. Dessa forma, essas políticas não apenas ampliam o acesso, mas também contribuem diretamente para a redução dos índices de evasão.

Paralelamente ao suporte financeiro, a assistência psicopedagógica tem se mostrado um componente essencial das políticas de permanência estudantil, uma vez que atua no enfrentamento de dificuldades acadêmicas, emocionais e sociais que impactam o desempenho dos estudantes. Esse tipo de apoio institucional favorece processos de adaptação ao ambiente universitário, fortalecimento da autonomia intelectual e desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, sendo particularmente relevante para estudantes que enfrentam múltiplas vulnerabilidades no percurso formativo.

Em universidades comunitárias, tais ações adquirem ainda maior relevância, considerando que essas instituições, em sua maioria, atendem estudantes oriundos de camadas socioeconômicas menos favorecidas. As políticas de inclusão e permanência, nesse sentido, assumem um papel estruturante dentro das instituições de ensino superior ao funcionarem como mecanismos de enfrentamento das desigualdades educacionais historicamente construídas. Ao garantir condições materiais, pedagógicas e psicossociais para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, tais políticas ampliam as possibilidades de permanência com qualidade, reduzindo os impactos das vulnerabilidades socioeconômicas que frequentemente levam à evasão. Assim, não se trata apenas de assegurar o ingresso no sistema educacional, mas de criar condições reais para que os estudantes consigam avançar em sua trajetória formativa com estabilidade, aproveitamento e перспектива de conclusão bem-sucedida.

Ao promoverem ações integradas como bolsas de estudo, financiamento estudantil e assistência psicopedagógica, essas políticas fortalecem o compromisso institucional com uma educação mais justa e inclusiva, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais equitativo. As universidades deixam de ser apenas espaços de transmissão de conhecimento e passam a atuar como agentes ativos na redução das desigualdades sociais, ampliando o alcance do direito à educação. A permanência estudantil deixa de ser um desafio individual e passa a ser compreendida como uma responsabilidade coletiva e institucional, essencial para a consolidação de um ensino superior socialmente comprometido.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como de natureza bibliográfica e documental, adotando uma abordagem qualitativa voltada à análise crítica de produções científicas e de documentos institucionais relacionados às políticas de inclusão e permanência no ensino superior. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica possibilita o levantamento e a análise de materiais já publicados, permitindo ao pesquisador compreender o estado da arte de determinado fenômeno e construir uma base teórica sólida para a investigação científica.

A pesquisa bibliográfica constitui-se como etapa fundamental deste estudo, uma vez que possibilita a sistematização de conhecimentos produzidos sobre bolsas de estudo, financiamentos estudantis e assistência psicopedagógica. Essa abordagem permite identificar convergências e divergências entre diferentes autores, além de evidenciar lacunas existentes na literatura sobre políticas de permanência estudantil no contexto das universidades comunitárias.

Paralelamente, foi utilizada a pesquisa documental, que se fundamenta na análise de materiais primários, como legislações, relatórios institucionais, documentos oficiais e normativas educacionais. Segundo Lakatos e Marconi (2021), esse tipo de investigação é essencial para compreender fenômenos sociais a partir de registros que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado, possibilitando uma leitura mais direta das políticas públicas em vigor.

A combinação entre pesquisa bibliográfica e documental permite uma compreensão mais ampla e contextualizada do objeto de estudo, uma vez que articula tanto a produção teórica já consolidada quanto os documentos oficiais que orientam a implementação das políticas educacionais. Essa integração metodológica contribui para uma análise mais consistente e fundamentada das estratégias de inclusão e permanência no ensino superior.

No processo de seleção das fontes, foram considerados artigos científicos, livros acadêmicos e documentos oficiais relacionados às políticas de assistência estudantil. A escolha desse corpus documental buscou garantir a relevância, atualidade e confiabilidade das

informações analisadas, assegurando a consistência teórica necessária para a construção dos resultados da pesquisa.

Foram incorporados estudos de revisão sistemática da literatura, os quais permitem uma síntese rigorosa das evidências científicas disponíveis sobre determinado tema. Conforme Galvão e Ricarte (2019), esse tipo de revisão contribui para a organização do conhecimento científico, facilitando a identificação de padrões, tendências e lacunas na produção acadêmica.

Como forma de fortalecer o rigor metodológico, também foi adotado o protocolo PRISMA (Page et al., 2021), amplamente utilizado em revisões sistemáticas, que estabelece critérios claros de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão de estudos. Essa padronização metodológica assegura maior transparência e confiabilidade no processo de seleção das fontes analisadas.

A metodologia adotada neste estudo permite uma análise crítica e estruturada das políticas de inclusão e permanência no ensino superior, articulando diferentes tipos de fontes e procedimentos de investigação. Essa combinação metodológica contribui para a robustez dos resultados, possibilitando uma compreensão aprofundada sobre o papel das políticas educacionais na redução das desigualdades socioeconômicas e na promoção da permanência estudantil em universidades comunitárias.

4. DESENVOLVIMENTO

As políticas de bolsas e financiamento estudantil constituem um dos principais pilares para a democratização do ensino superior no Brasil, uma vez que atuam diretamente na mitigação das desigualdades socioeconômicas que limitam o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda. De acordo com Veloso e Maciel (2015), a ampliação do acesso ao ensino superior deve ser acompanhada por políticas consistentes de permanência, pois a ausência de suporte financeiro adequado compromete a continuidade dos estudos e reforça ciclos de exclusão educacional. Nesse sentido, bolsas institucionais e programas de financiamento, como instrumentos de política pública, desempenham papel estratégico ao possibilitar que estudantes permaneçam na universidade sem a necessidade de abandonar sua formação em razão de dificuldades econômicas.

No que se refere à assistência psicopedagógica e ao apoio institucional, destaca-se sua importância como componente essencial das políticas de permanência estudantil, especialmente em contextos marcados por diversidade social e acadêmica. Oliveira e Oliveira (2014) afirmam que a assistência estudantil vai além do suporte financeiro, abrangendo ações pedagógicas e psicossociais que favorecem a adaptação do estudante ao ambiente universitário. Dessa forma, o acompanhamento psicopedagógico contribui para o enfrentamento de dificuldades de

aprendizagem, ansiedade acadêmica e problemas de organização dos estudos, promovendo melhores condições para o desenvolvimento da trajetória universitária e reduzindo significativamente os riscos de evasão.

As desigualdades socioeconômicas no ensino superior permanecem como um dos principais desafios para a consolidação de um sistema educacional equitativo, impactando diretamente o desempenho e a permanência dos estudantes. Segundo Gisi e Pegorini (2016), tais desigualdades se expressam não apenas na dificuldade de acesso, mas também na fragilidade das condições de permanência, evidenciando que estudantes em situação de vulnerabilidade social enfrentam maiores obstáculos para concluir sua formação. Além disso, fatores como necessidade de conciliar trabalho e estudo, insuficiência de recursos financeiros e histórico de desigualdade educacional anterior contribuem para a reprodução dessas disparidades no ambiente universitário.

A evasão no ensino superior, por sua vez, está fortemente associada à ausência de políticas integradas de apoio financeiro e pedagógico, configurando-se como um dos principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino, especialmente as comunitárias. Dias e Costa (2016) destacam que a evasão não deve ser compreendida como um fenômeno individual, mas como resultado de múltiplos fatores institucionais e sociais que influenciam diretamente a trajetória acadêmica dos estudantes. Nesse sentido, a falta de suporte adequado, tanto no aspecto financeiro quanto no pedagógico, compromete a permanência estudantil e evidencia a necessidade de políticas públicas mais estruturadas e efetivas no enfrentamento dessa problemática.

4.1. Políticas de bolsas e financiamento estudantil

As políticas de bolsas e financiamento estudantil representam um dos principais mecanismos de democratização do ensino superior no Brasil, ao possibilitarem o ingresso e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Veloso e Maciel (2015) destacam que a ampliação do acesso à educação superior não se sustenta sem políticas efetivas de permanência, uma vez que a desigualdade econômica continua sendo um dos principais fatores de exclusão acadêmica.

Programas de bolsas institucionais e governamentais atuam como instrumentos de compensação das desigualdades sociais, permitindo que estudantes de baixa renda tenham condições materiais de permanecer na universidade. Gisi e Pegorini (2016) reforçam que a permanência estudantil depende diretamente da existência de políticas públicas estruturadas, capazes de reduzir os impactos das desigualdades econômicas no percurso formativo.

Essas políticas também contribuem para a redução da evasão universitária, ao diminuir a necessidade de abandono dos estudos para inserção precoce no mercado de trabalho. Dessa forma, o financiamento estudantil atua como uma estratégia de equidade, promovendo maior estabilidade na trajetória acadêmica.

Outro aspecto relevante é que as bolsas e financiamentos não apenas garantem acesso, mas também influenciam o desempenho acadêmico, pois reduzem a sobrecarga financeira e emocional dos estudantes. Isso permite maior dedicação às atividades acadêmicas e melhora dos resultados educacionais.

As políticas de bolsas e financiamento são essenciais para a construção de um sistema educacional mais justo, ao possibilitar que estudantes de diferentes contextos socioeconômicos tenham condições reais de concluir sua formação superior.

4.2. Assistência psicopedagógica e apoio institucional

A assistência psicopedagógica no ensino superior tem se consolidado como uma política fundamental para a permanência estudantil, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Oliveira e Oliveira (2014) afirmam que a assistência estudantil não deve se restringir ao aspecto financeiro, mas deve incluir ações pedagógicas e psicossociais que favoreçam o desenvolvimento integral do estudante.

O apoio psicopedagógico atua diretamente nas dificuldades de aprendizagem, organização dos estudos e adaptação ao ambiente universitário. Essas ações são essenciais para estudantes que enfrentam desafios acadêmicos decorrentes de lacunas na formação básica ou de dificuldades de adaptação ao ensino superior.

O acompanhamento psicopedagógico contribui para a saúde mental dos estudantes, auxiliando no enfrentamento de ansiedade, estresse e inseguranças acadêmicas. Esses fatores, quando não acompanhados, podem comprometer significativamente o desempenho e levar à evasão.

O apoio institucional também desempenha papel importante na integração do estudante à vida universitária, fortalecendo o vínculo com a instituição e promovendo maior engajamento acadêmico. Isso contribui para a construção de trajetórias mais estáveis e bem-sucedidas.

A assistência psicopedagógica se apresenta como um elemento estratégico das políticas de permanência, ao atuar de forma preventiva e interventiva na redução da evasão e no fortalecimento da experiência universitária.

4.3. Desigualdades socioeconômicas no ensino superior

As desigualdades socioeconômicas no ensino superior constituem um dos principais desafios para a efetivação da democratização educacional no Brasil. Gisi e Pegorini (2016) destacam que tais desigualdades não se limitam ao acesso, mas se estendem às condições de permanência e conclusão dos cursos.

Estudantes de baixa renda frequentemente enfrentam dificuldades financeiras que impactam diretamente sua trajetória acadêmica, como transporte, alimentação e materiais de estudo. Essas limitações comprometem a permanência e aumentam o risco de evasão.

Muitos estudantes precisam conciliar trabalho e estudo, o que reduz o tempo disponível para dedicação às atividades acadêmicas. Essa dupla jornada contribui para o desgaste físico e emocional, prejudicando o desempenho.

Outro fator relevante é a desigualdade na formação educacional anterior, que impacta a adaptação ao ensino superior. Lacunas na educação básica dificultam o acompanhamento das disciplinas e exigem maior suporte institucional.

As desigualdades socioeconômicas são elementos estruturais que influenciam diretamente a permanência estudantil, exigindo políticas públicas integradas e contínuas para sua superação.

4.4. Permanência estudantil e evasão

A evasão no ensino superior é um fenômeno multifatorial, diretamente relacionado à ausência de condições adequadas de permanência. Dias e Costa (2016) afirmam que a evasão não deve ser compreendida como responsabilidade individual do estudante, mas como resultado de fatores institucionais, sociais e econômicos.

A falta de suporte financeiro é um dos principais motivos de abandono dos cursos, especialmente entre estudantes de baixa renda. A ausência de bolsas ou financiamentos adequados torna inviável a continuidade dos estudos em muitos casos.

A insuficiência de apoio pedagógico e psicopedagógico contribui para dificuldades acadêmicas que, quando não acompanhadas, podem levar à desistência. O estudante muitas vezes não encontra suporte institucional para superar essas barreiras.

Em universidades comunitárias, esse cenário é ainda mais sensível, pois essas instituições atendem majoritariamente estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso exige políticas mais robustas de permanência.

A permanência estudantil deve ser compreendida como resultado da articulação entre políticas financeiras, pedagógicas e institucionais, sendo essencial para a redução da evasão e para a democratização do ensino superior.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu compreender que as políticas de inclusão e permanência estudantil ocupam um papel central no contexto do ensino superior brasileiro, especialmente quando se observa a realidade de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ao longo da análise, ficou evidente que tais políticas não se limitam ao acesso inicial à universidade, mas se estendem de forma decisiva para a continuidade da trajetória acadêmica, influenciando diretamente a permanência e a conclusão dos cursos.

Observou-se que as bolsas de estudo e os programas de financiamento estudantil constituem mecanismos fundamentais para reduzir as barreiras financeiras que impactam a vida dos estudantes. Esses instrumentos possibilitam maior estabilidade econômica durante o período de formação, contribuindo para que os acadêmicos consigam se dedicar aos estudos sem a necessidade de interrupções motivadas por dificuldades materiais.

Verificou-se que a assistência psicopedagógica exerce uma função importante no processo de adaptação e desenvolvimento acadêmico dos estudantes. O suporte oferecido contribui para a superação de dificuldades de aprendizagem, organização dos estudos e enfrentamento de questões emocionais que podem interferir no desempenho acadêmico, favorecendo a permanência no ambiente universitário.

A permanência estudantil está diretamente relacionada às condições sociais e econômicas dos estudantes, o que evidencia a complexidade do fenômeno da evasão no ensino superior. A ausência de suporte adequado pode comprometer significativamente a trajetória acadêmica, tornando o abandono dos estudos uma consequência frequente em contextos de vulnerabilidade.

Entende-se que as políticas de inclusão e permanência devem ser analisadas de maneira integrada, considerando não apenas o aspecto financeiro, mas também as dimensões pedagógicas, institucionais e sociais envolvidas no processo educacional. Essa visão ampliada permite compreender melhor os desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior.

No entanto, também foi possível identificar que ainda existem limitações importantes na implementação dessas políticas, especialmente relacionadas à disponibilidade de recursos e à capacidade de atendimento das demandas estudantis. Em muitos casos, as ações existentes não conseguem abranger todos os estudantes que necessitam de apoio, o que compromete sua efetividade.

A articulação entre os diferentes setores institucionais ainda se apresenta como um desafio, dificultando a construção de estratégias mais integradas e eficazes de permanência estudantil. A falta de integração entre apoio financeiro, pedagógico e psicológico pode reduzir o impacto positivo dessas políticas no cotidiano acadêmico.

Diante disso, conclui-se que o fortalecimento das políticas de inclusão e permanência é essencial para a consolidação de um ensino superior mais democrático e equitativo. A ampliação e qualificação dessas ações são fundamentais para garantir melhores condições de permanência e sucesso acadêmico dos estudantes.

Sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise dessas políticas em diferentes contextos institucionais e perfis estudantis, a fim de ampliar a compreensão sobre sua efetividade e identificar novas estratégias de fortalecimento da permanência no ensino superior.

REFERÊNCIAS

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ, Iandra Aparecida da; CRUZ, Gabriel da. **Desafios da permanência estudantil nas universidades públicas: reflexões críticas**. *Revista de Educação Popular*, 2025. DOI: https://doi.org/10.14393/REP-2025-77466.

DIAS, Sonia Maria Barbosa; DA COSTA, Silvio Luiz. **A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão.** *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 10, 2016. DOI: https://doi.org/10.5380/jpe.v9i17/18.38650.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GISI, Maria Lourdes; PEGORINI, Diana Gurgel. **As políticas de acesso e permanência na educação superior: a busca da igualdade de resultados.** *Revista de Política e Gestão Educacional*, v. 20, n. 1, 2016. DOI: https://doi.org/10.22633/rpge.v20.n1.2016.9390.

LIMA, Aleska Trindade; CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência**. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 2023. DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68708.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

NOVAES, Edmarcius Carvalho et al. **Acesso e permanência no ensino superior: relatos interseccionais de estudantes com deficiência sobre suas experiências**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49895.

OLIVEIRA, Gleice Emerick de; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. **A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil.** *Revista Eletrônica de Educação*, v. 8, n. 2, 2014. DOI: https://doi.org/10.14244/198271991299.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PINHEIRO, Diógenes. **Uma geração de políticas inclusivas na educação superior brasileira: do acesso e permanência ao acolhimento**. *Revista Periferia*, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/periferia.2024.80020.

PINHEIRO, Diógenes. **Uma geração de políticas inclusivas na educação superior brasileira: do acesso e permanência ao acolhimento.** *Revista Periferia*, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/periferia.2024.80020.

ROBERT, Ellian et al. **Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil**. *Revista Acervo Educacional*, v. 6, 2024. DOI: https://doi.org/10.25248/rae.e16992.2024.

SANTOS, Djair Araújo; GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. **Desafios para permanência na graduação: análise dos motivos para a evasão estudantil**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49783.

SILVA, G. S. da; GIVIGI, R. C. do N.; CAMARGO, E. D. F. **Vivências de alunos autistas no ensino superior: acesso, permanência e inclusão**. *Revista Educação Especial*, v. 37, 2024. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X88635.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

SILVA, Milleny Santos et al. **Dificuldades de permanência de pessoas com deficiência no ensino superior**. *Revista Contrapontos*, v. 25, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.14210/contrapontos.v25n1.p334-346.

SILVA, Pâmela Eduarda Souza et al. **Acesso e permanência no ensino superior: barreiras enfrentadas pela juventude negra rural**. *REMUNOM*, 2025. DOI: https://doi.org/10.61164/7y914g74.

THEODORO, Diana; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Acesso e permanência no ensino superior público: o papel da assistência estudantil para estudantes cotistas**. *RECIMA21*, v. 6, n. 5, 2025. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v6i5.6425.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; MACIEL, Carina Elisabeth. **Acesso e permanência na educação superior: análise da legislação e indicadores educacionais.** *Educação em Questão*, v. 51, n. 37, 2015. DOI: https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7178.

BARREIRAS ACADÊMICAS E SOCIAIS NA TRAJETÓRIA UNIVERSITÁRIA.

Samuel Ferreira

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as barreiras acadêmicas e sociais presentes na trajetória universitária, enfatizando desafios como a conciliação entre trabalho e estudo, dificuldades de adaptação acadêmica, lacunas na formação básica e impactos na saúde mental dos estudantes, além de estratégias institucionais voltadas à redução da evasão no ensino superior. A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica e documental, com base em produções científicas e normativas educacionais, conforme apontam Gil (2019) e Lakatos e Marconi (2021). Os resultados indicam que a evasão universitária está fortemente associada a fatores socioeconômicos, pedagógicos e emocionais, sendo agravada por desigualdades educacionais prévias e pela insuficiência de políticas de permanência estudantil. Conforme Narciso (2025), a análise científica exige rigor metodológico para compreender fenômenos educacionais complexos. Conclui-se que estratégias institucionais como assistência estudantil, apoio psicológico e programas de nivelamento são fundamentais para a permanência e sucesso acadêmico dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino superior; evasão universitária; permanência estudantil; saúde mental.

ABSTRACT

This study aims to analyze academic and social barriers in the university trajectory, emphasizing challenges such as balancing work and study, academic adaptation difficulties, gaps in basic education, and impacts on students' mental health, as well as institutional strategies to reduce dropout rates in higher education. The methodology is based on bibliographic and documentary research, grounded in scientific literature and educational policy documents, as highlighted by Gil (2019) and Lakatos and Marconi (2021). The results indicate that university dropout is strongly associated with socioeconomic, pedagogical, and emotional factors, exacerbated by previous educational inequalities and insufficient student support policies. According to Narciso (2025), scientific analysis requires methodological rigor to understand complex educational phenomena. It is concluded that institutional strategies such as student assistance programs, psychological support, and academic leveling initiatives are essential for student retention and success.

Keywords: Higher education; university dropout; student retention; mental health.

1. INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento no ensino superior é marcada por desafios estruturais que influenciam diretamente a permanência estudantil, uma vez que o ambiente universitário não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve um complexo processo de adaptação social, cognitiva e emocional dos estudantes (Narciso; Santana, 2025). Nesse sentido, a universidade deve ser compreendida como um espaço de produção científica e formação crítica, mas também como um reflexo das desigualdades sociais historicamente construídas, que se reproduzem no interior das instituições e impactam diretamente o desempenho acadêmico.

A universidade, enquanto espaço de formação crítica e profissional, também reflete desigualdades sociais que se manifestam ao longo da trajetória acadêmica, evidenciando que o acesso não garante, por si só, a permanência e o êxito estudantil (Cruz, 2025). Assim, torna-se evidente que as condições socioeconômicas dos estudantes desempenham papel central na forma como eles vivenciam o ambiente universitário, influenciando sua capacidade de participação, rendimento e continuidade no curso.

Observa-se que muitos estudantes enfrentam dificuldades relacionadas à adaptação ao ambiente universitário, especialmente no primeiro ano do curso, período caracterizado por elevada taxa de evasão e ruptura com práticas escolares anteriores. Segundo Silva et al. (2024), esse momento inicial exige maior autonomia acadêmica, o que nem sempre é desenvolvido de forma adequada na educação básica, gerando insegurança e dificuldades de integração.

A transição do ensino médio para o ensino superior implica mudanças significativas na forma de estudo, na organização do tempo e nas exigências de produção acadêmica, o que contribui para a sensação de desorientação entre calouros. Essa adaptação é ainda mais complexa quando não há políticas institucionais de acolhimento eficazes, capazes de orientar os estudantes nesse processo inicial.

A desigualdade na formação básica, que impacta diretamente o desempenho acadêmico e a capacidade de acompanhar conteúdos mais complexos, especialmente em cursos que exigem maior domínio de leitura, escrita e raciocínio lógico. Conforme Santos e Garcia (2025), essas lacunas formativas são um dos principais fatores associados ao baixo rendimento e à evasão no ensino superior.

Tais deficiências educacionais obrigam muitos estudantes a retomarem conteúdos básicos durante a graduação, o que gera sobrecarga cognitiva e dificulta o acompanhamento das disciplinas regulares. Esse cenário evidencia a necessidade de programas de nivelamento acadêmico como estratégia de permanência estudantil.

Fatores socioeconômicos, como a necessidade de conciliar trabalho e estudo, tornam o percurso universitário mais desafiador e exaustivo, uma vez que a jornada de trabalho reduz significativamente o tempo disponível para atividades acadêmicas, estudos extraclasse e participação em projetos de extensão e pesquisa (Theodoro; Freitas, 2025).

A dupla jornada enfrentada por muitos estudantes contribui para o desgaste físico e mental, além de comprometer o rendimento acadêmico e aumentar a probabilidade de evasão. Essa realidade evidencia que a permanência no ensino superior não depende apenas do desempenho individual, mas também das condições materiais de subsistência do estudante.

As pressões emocionais decorrentes dessas condições contribuem para o aumento de casos de ansiedade, estresse e esgotamento psicológico entre estudantes, o que tem sido amplamente discutido na literatura contemporânea sobre saúde mental universitária (Silva et al., 2024). Esses fatores emocionais interferem diretamente na concentração, motivação e capacidade de aprendizagem.

O ambiente acadêmico, quando não oferece suporte psicológico adequado, pode intensificar esses quadros, agravando o sofrimento estudantil e comprometendo a trajetória universitária. Dessa forma, a saúde mental torna-se um elemento central na discussão sobre permanência e evasão no ensino superior.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar as principais barreiras acadêmicas e sociais na trajetória universitária, bem como discutir estratégias institucionais de enfrentamento da evasão, considerando que tais fenômenos são interdependentes e multifatoriais (Narciso; Santana, 2025). A evasão universitária, nesse contexto, não pode ser compreendida como resultado de um único fator, mas como consequência de uma combinação de dificuldades estruturais, institucionais e pessoais que se acumulam ao longo da formação acadêmica.

As instituições de ensino superior, ao reconhecerem tais desafios, têm desenvolvido políticas de permanência estudantil, como bolsas de assistência, programas de tutoria e apoio pedagógico, visando reduzir desigualdades e melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

Segundo Cruz (2025), muitas dessas políticas ainda são insuficientes diante da complexidade dos problemas enfrentados pelos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

A falta de integração entre ações pedagógicas e assistência estudantil também contribui para a limitação da efetividade dessas estratégias, tornando necessário um planejamento institucional mais articulado e contínuo.

A ausência de acompanhamento sistemático dos estudantes em risco de evasão dificulta a identificação precoce de problemas acadêmicos e emocionais, o que poderia possibilitar intervenções mais eficazes.

A literatura aponta que o fortalecimento de políticas de permanência deve estar associado à melhoria da qualidade do ensino e à valorização da diversidade estudantil (Santos; Garcia, 2025).

A universidade precisa assumir um papel mais ativo na promoção da inclusão acadêmica, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência qualificada dos estudantes.

A inclusão, nesse contexto, envolve a criação de ambientes acadêmicos mais acolhedores, acessíveis e sensíveis às diferentes realidades sociais e culturais dos estudantes.

Segundo Silva et al. (2024), a ausência de suporte institucional adequado pode intensificar o sentimento de isolamento e exclusão entre estudantes universitários.

Torna-se essencial compreender que a evasão não é apenas um problema individual, mas um fenômeno estrutural relacionado às condições oferecidas pelas instituições de ensino.

As políticas públicas educacionais desempenham papel fundamental nesse processo, pois influenciam diretamente a implementação de ações de permanência estudantil nas universidades.

O fortalecimento dessas políticas, aliado ao compromisso institucional, pode contribuir significativamente para a redução dos índices de evasão e para a melhoria da qualidade da educação superior.

A análise das barreiras acadêmicas e sociais na trajetória universitária revela a necessidade de uma abordagem integrada que considere aspectos pedagógicos, sociais e psicológicos dos estudantes.

A permanência no ensino superior depende de múltiplos fatores interligados, exigindo ações coordenadas entre instituições, políticas públicas e no ensino acadêmico, de modo a garantir o direito à educação de forma equitativa e inclusiva.

2. APRESENTAÇÃO

As barreiras acadêmicas e sociais no ensino superior constituem um fenômeno multifatorial e estrutural que envolve dimensões econômicas, pedagógicas, institucionais e psicológicas, evidenciando que a trajetória universitária não pode ser compreendida apenas a partir do desempenho individual do estudante, mas sim dentro de um conjunto mais amplo de condições sociais que influenciam sua permanência e êxito acadêmico. Segundo Cruz (2025), a permanência estudantil está diretamente relacionada às condições de suporte institucional

oferecidas ao aluno, o que implica considerar não apenas o acesso à universidade, mas também as estratégias de acompanhamento, acolhimento e assistência que permitem ao estudante permanecer e concluir sua formação com qualidade.

A desigualdade social no acesso à educação básica configura-se como um dos principais fatores que impactam negativamente o desempenho no ensino superior, uma vez que estudantes provenientes de contextos educacionais precários frequentemente ingressam na universidade com lacunas significativas de aprendizagem, especialmente em áreas fundamentais como leitura, escrita e raciocínio lógico. Essas deficiências dificultam a compreensão de conteúdos mais complexos e exigem esforços adicionais de adaptação acadêmica, o que pode comprometer o ritmo de aprendizagem e gerar sensação de inadequação diante das exigências universitárias.

A necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho constitui um elemento central na análise das dificuldades enfrentadas pelos estudantes, pois muitos precisam conciliar atividades laborais com a rotina acadêmica, o que reduz significativamente o tempo disponível para estudos, participação em atividades complementares e integração à vida universitária. Essa dupla jornada, conforme apontam estudos na área da educação superior, contribui para o desgaste físico e mental, além de afetar diretamente o rendimento acadêmico e aumentar os riscos de evasão.

Outro aspecto relevante refere-se ao processo de adaptação ao ambiente universitário, que se apresenta como um desafio significativo, especialmente para estudantes oriundos de contextos educacionais menos favorecidos, nos quais a autonomia acadêmica e a cultura de pesquisa não foram plenamente desenvolvidas. Essa transição exige mudanças profundas na forma de organização dos estudos, na relação com o conhecimento e na postura diante das exigências acadêmicas, o que pode gerar insegurança, ansiedade e dificuldades de integração institucional.

As dificuldades emocionais e psicológicas também se intensificam diante da pressão por desempenho acadêmico, da necessidade de conciliar múltiplas responsabilidades e da ausência de suporte adequado por parte das instituições de ensino superior. Nesse cenário, sentimentos de ansiedade, estresse e esgotamento emocional tornam-se frequentes entre os estudantes, afetando sua capacidade de concentração, motivação e persistência ao longo do curso, o que evidencia a importância de políticas institucionais voltadas à saúde mental.

Ademais, a falta de redes de apoio estruturadas dentro das universidades contribui para o agravamento dessas dificuldades, uma vez que muitos estudantes não encontram espaços de escuta, acolhimento e orientação capazes de auxiliá-los na superação dos desafios acadêmicos e pessoais. Essa ausência de suporte institucional reforça sentimentos de isolamento e pode

impactar negativamente a permanência estudantil, especialmente entre aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Torna-se fundamental compreender que as barreiras enfrentadas pelos estudantes não são isoladas, mas interligadas, formando um conjunto de fatores que se reforçam mutuamente e influenciam diretamente a trajetória acadêmica. A articulação entre dificuldades econômicas, lacunas educacionais e fragilidades emocionais evidencia a complexidade do fenômeno da evasão no ensino superior e a necessidade de abordagens integradas para sua compreensão.

As políticas institucionais de permanência estudantil assumem papel central na redução das desigualdades e no enfrentamento da evasão, uma vez que iniciativas como bolsas de assistência, programas de nivelamento acadêmico, ações de tutoria e suporte psicológico contribuem para a criação de condições mais equitativas de aprendizagem. Essas estratégias, quando bem estruturadas, possibilitam não apenas a permanência do estudante, mas também a melhoria de seu desempenho acadêmico e sua integração à vida universitária.

Conforme Cruz (2025), a efetividade dessas políticas depende diretamente do comprometimento institucional e da articulação entre diferentes setores da universidade, sendo necessário que as ações de permanência sejam contínuas, avaliadas e adaptadas às necessidades reais dos estudantes. A ausência de planejamento integrado pode limitar o impacto dessas iniciativas e comprometer seus resultados.

As *barreiras acadêmicas e sociais na trajetória universitária* constituem um conjunto de fatores inter-relacionados que dificultam o acesso, a permanência e a conclusão do ensino superior. Elas não atuam isoladamente, mas se somam e se reforçam ao longo do percurso acadêmico, impactando o desempenho estudantil e aumentando o risco de evasão. A seguir, estão listadas e explicadas as principais barreiras identificadas na literatura educacional.

2.1. Lacunas na formação básica: Essa barreira refere-se às deficiências acumuladas na educação básica, especialmente em leitura, escrita, interpretação de texto e raciocínio lógico. Muitos estudantes chegam ao ensino superior sem domínio adequado desses conhecimentos fundamentais, o que dificulta a compreensão de conteúdos mais complexos. Isso gera insegurança, baixo desempenho e necessidade de reforço paralelo durante a graduação.

2.2. Dificuldade de adaptação ao ensino superior: A transição do ensino médio para a universidade exige maior autonomia, disciplina e organização dos estudos. Muitos estudantes enfrentam dificuldades para se adaptar ao novo modelo pedagógico, que valoriza leitura independente, produção científica e pensamento crítico. Essa adaptação pode causar ansiedade, desorientação e queda no rendimento acadêmico.

2.3. Conciliação entre trabalho e estudo: Grande parte dos estudantes precisa trabalhar para se manter financeiramente, o que gera dupla jornada. Essa condição reduz o

tempo disponível para estudar, participar de atividades acadêmicas e se envolver em projetos de pesquisa e extensão. O resultado é o cansaço físico e mental, além do comprometimento do desempenho escolar.

2.4. Desigualdade socioeconômica: A origem social influencia diretamente a permanência universitária. Estudantes de baixa renda enfrentam dificuldades com transporte, alimentação, moradia e acesso a materiais de estudo. Essas limitações criam condições desiguais dentro da universidade e aumentam a vulnerabilidade à evasão.

2.5. Saúde mental fragilizada: A pressão por desempenho, a sobrecarga de atividades e a instabilidade financeira contribuem para problemas como ansiedade, estresse e depressão. A falta de suporte psicológico adequado agrava esse cenário, afetando a concentração, a motivação e o bem-estar dos estudantes.

2.6. Falta de suporte institucional: Muitas instituições ainda apresentam estrutura insuficiente de apoio ao estudante, como acompanhamento pedagógico limitado, ausência de tutoria e poucos programas de acolhimento. Essa falta de suporte dificulta a superação de dificuldades acadêmicas e emocionais.

2.7. Insegurança acadêmica e baixo pertencimento: Alguns estudantes sentem-se deslocados no ambiente universitário, especialmente aqueles que são os primeiros de suas famílias a ingressar no ensino superior. A falta de identificação com o ambiente acadêmico pode gerar sensação de inferioridade e desmotivação.

2.8. Metodologias de ensino pouco inclusivas: Em alguns casos, as práticas pedagógicas são pouco adaptadas às diferentes realidades dos estudantes, priorizando métodos expositivos e avaliações rígidas. Isso pode dificultar a aprendizagem de alunos com diferentes estilos e ritmos de estudo.

2.9. Falta de orientação acadêmica e profissional: A ausência de acompanhamento adequado sobre escolha de disciplinas, planejamento de carreira e estratégias de estudo pode levar à desorganização acadêmica. Isso aumenta o risco de atrasos na formação e desistência do curso.

2.10. Pressões familiares e sociais: Alguns estudantes enfrentam cobranças externas relacionadas ao trabalho, responsabilidades familiares ou expectativas sociais. Essas pressões podem interferir no foco acadêmico e gerar conflitos entre estudo e vida pessoal.

2.11. Infraestrutura universitária insuficiente: Problemas como falta de bibliotecas atualizadas, laboratórios inadequados ou acesso limitado à tecnologia também representam barreiras importantes, especialmente em instituições com poucos recursos.

2.12. Evasão e desmotivação progressiva: A soma de todas as barreiras anteriores pode levar à desmotivação contínua, queda no desempenho e, por fim, à evasão universitária.

Esse processo geralmente é gradual e resultado de múltiplos fatores acumulados ao longo do curso.

A análise das barreiras acadêmicas e sociais no ensino superior evidencia que a permanência estudantil é um fenômeno complexo que exige uma abordagem sistêmica, capaz de considerar as múltiplas dimensões que influenciam a trajetória acadêmica. Assim, compreender essas dificuldades é fundamental para o desenvolvimento de políticas educacionais mais inclusivas e eficazes, capazes de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão bem-sucedida da formação universitária.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, configurando-se como uma abordagem metodológica adequada para a análise de fenômenos educacionais complexos, como as barreiras acadêmicas e sociais na trajetória universitária. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2019), fundamenta-se na consulta de materiais já publicados, incluindo livros, artigos científicos, dissertações e teses, permitindo a construção de uma base teórica sólida e atualizada sobre o tema investigado. Esse tipo de investigação possibilita compreender diferentes perspectivas teóricas já consolidadas na literatura, além de fornecer subsídios conceituais para a interpretação crítica do objeto de estudo.

A utilização da pesquisa bibliográfica se mostra essencial para a compreensão das múltiplas dimensões que envolvem a permanência e a evasão no ensino superior, uma vez que permite o acesso a estudos anteriores que discutem fatores como desigualdade social, dificuldades pedagógicas e impactos emocionais na vida universitária. Dessa forma, a revisão da literatura possibilita identificar convergências e divergências entre diferentes autores, contribuindo para uma análise mais aprofundada e fundamentada do fenômeno educacional investigado.

Paralelamente, a pesquisa documental complementa a análise ao utilizar fontes primárias, como relatórios institucionais, documentos oficiais, legislações educacionais e políticas públicas voltadas ao ensino superior, conforme apontam Lakatos e Marconi (2021). Esse tipo de abordagem permite o acesso direto a materiais produzidos por instituições governamentais e educacionais, possibilitando uma compreensão mais ampla das estratégias adotadas para enfrentar os problemas relacionados à evasão e à permanência estudantil.

A análise documental é especialmente relevante neste estudo, pois permite examinar como as políticas educacionais são estruturadas e implementadas na prática, evidenciando possíveis lacunas entre o planejamento institucional e a realidade vivenciada pelos estudantes. Além disso, possibilita compreender como as universidades organizam seus programas de

assistência estudantil, apoio pedagógico e ações de inclusão, elementos fundamentais para a permanência no ensino superior.

Foram consultadas bases científicas reconhecidas nacional e internacionalmente, bem como produções acadêmicas recentes que abordam a temática da evasão e permanência no ensino superior. Essa seleção criteriosa de fontes buscou garantir a atualidade e a relevância das informações utilizadas na construção do referencial teórico, assegurando maior rigor científico à pesquisa. A diversidade das fontes também contribui para uma visão mais abrangente e crítica do fenômeno estudado.

Foram analisadas políticas públicas educacionais e relatórios institucionais relacionados ao tema, com o objetivo de compreender as estratégias adotadas pelo Estado e pelas instituições de ensino superior para enfrentar as barreiras acadêmicas e sociais. Essa etapa permitiu identificar avanços e limitações nas ações de permanência estudantil, evidenciando a necessidade de políticas mais integradas e efetivas.

A abordagem adotada nesta pesquisa é de natureza qualitativa, com foco interpretativo e analítico dos dados coletados. Segundo Creswell (2021), a pesquisa qualitativa é adequada para a compreensão de fenômenos sociais complexos, pois permite interpretar significados, experiências e contextos de forma aprofundada, considerando a subjetividade dos sujeitos envolvidos. Essa abordagem possibilita uma análise mais detalhada das relações entre os fatores acadêmicos, sociais e institucionais que influenciam a trajetória universitária, contribuindo para uma compreensão mais ampla e crítica do objeto de estudo.

4. DESENVOLVIMENTO

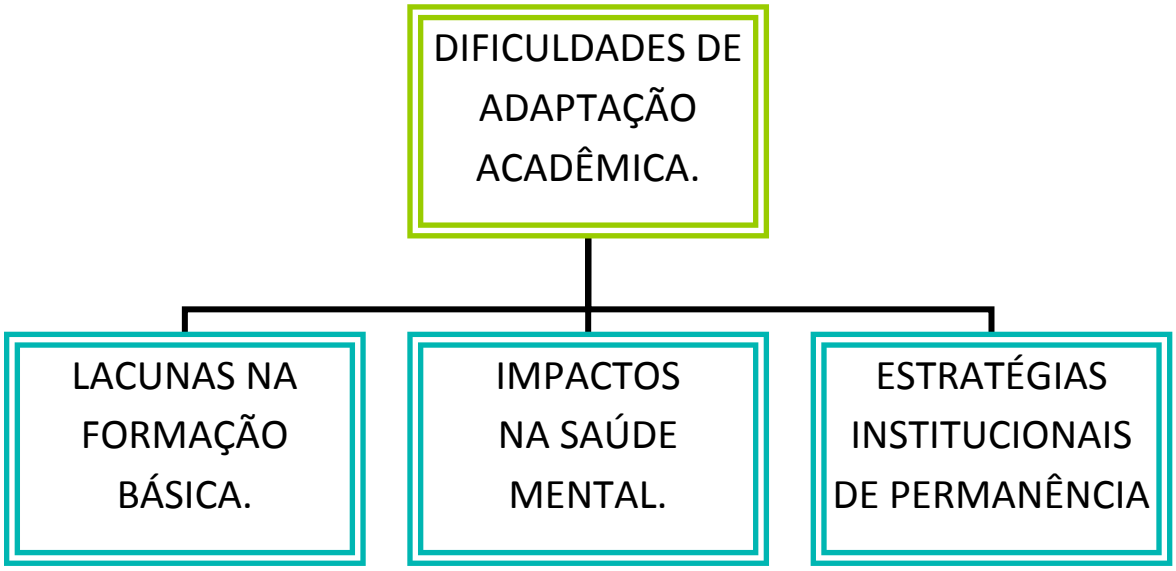
O diagrama hierárquico é uma ferramenta de organização visual que tem como principal objetivo estruturar informações de forma clara e lógica, facilitando a compreensão de temas complexos em trabalhos acadêmicos. Ele permite que um assunto central seja desdobrado em níveis menores, organizando ideias de maneira sequencial e bem definida.

Seu uso não está diretamente relacionado às barreiras acadêmicas e sociais na trajetória universitária, mas pode ser aplicado como um recurso metodológico para representar qualquer tema de estudo. Isso significa que ele funciona como um instrumento de apoio à organização do conhecimento, independentemente do conteúdo analisado.

No caso das barreiras acadêmicas e sociais, o diagrama poderia até ser utilizado como uma forma de representação, mas ele não faz parte do fenômeno em si. Ou seja, ele não interfere nas dificuldades enfrentadas pelos estudantes, apenas auxilia na visualização e estruturação das informações sobre esse tema quando necessário.

O diagrama hierárquico é uma ferramenta de caráter organizacional e explicativo, e não um elemento diretamente ligado às barreiras acadêmicas e sociais na trajetória

universitária. Seu papel é exclusivamente metodológico, servindo como suporte para a apresentação e compreensão de conteúdos acadêmicos diversos.


DIFICULDADES DE ADAPTAÇÃO ACADÊMICA.
LACUNAS NA FORMAÇÃO BÁSICA.
IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL.
ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS DE PERMANÊNCIA

Fonte: Próprio autor, 2026.

No topo do diagrama está o tema central: **"***Dificuldades de Adaptação Acadêmica"***.** Esse elemento representa o problema principal estudado no desenvolvimento do trabalho, ou seja, o foco central da discussão. Ele indica que o processo de adaptação dos estudantes ao ensino superior é o ponto de partida para a análise das demais questões apresentadas.

A partir desse tema central, o diagrama se ramifica em três grandes eixos, que representam os principais fatores associados às dificuldades de adaptação acadêmica. O primeiro é **"***Lacunas na Formação Básica"***,** que se refere às deficiências educacionais acumuladas na educação básica, como dificuldades em leitura, escrita e interpretação, que impactam diretamente o desempenho no ensino superior. Esse elemento evidencia que muitos estudantes chegam à universidade sem a base necessária para acompanhar as exigências acadêmicas.

O segundo eixo é **"***Impactos na Saúde Mental"***,** que representa as consequências emocionais e psicológicas enfrentadas pelos estudantes durante o processo de adaptação. Esse ponto envolve questões como ansiedade, estresse e insegurança, que surgem diante das pressões acadêmicas, da sobrecarga de atividades e das dificuldades de adaptação ao novo ambiente universitário. Ele mostra que as dificuldades não são apenas pedagógicas, mas também emocionais.

O terceiro eixo é **"***Estratégias Institucionais de Permanência"***,** que se refere às ações desenvolvidas pelas universidades para reduzir os efeitos das dificuldades de adaptação e evitar a evasão. Isso inclui programas de apoio pedagógico, assistência estudantil, orientação

acadêmica e suporte psicológico, que têm como objetivo fortalecer a permanência dos estudantes no ensino superior.

O diagrama demonstra que o desenvolvimento do trabalho está estruturado de forma lógica e interdependente: a dificuldade de adaptação acadêmica é o problema central, enquanto as lacunas na formação básica e os impactos na saúde mental representam causas e consequências desse processo, e as estratégias institucionais aparecem como formas de enfrentamento. Essa organização facilita a compreensão do tema e evidencia a relação entre os diferentes fatores que influenciam a permanência estudantil.

4.1. Conciliação entre trabalho e estudo

A conciliação entre trabalho e estudo constitui uma das principais barreiras estruturais enfrentadas por estudantes no ensino superior, especialmente aqueles oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis, nos quais o trabalho não representa uma escolha, mas uma necessidade de sobrevivência. Segundo Santos e Garcia (2025), essa dupla jornada é um dos fatores mais diretamente associados à evasão universitária, pois reduz significativamente o tempo disponível para atividades acadêmicas, comprometendo o desempenho e a permanência no curso. Dessa forma, a experiência universitária torna-se profundamente desigual, já que estudantes com melhores condições financeiras conseguem maior dedicação aos estudos.

A sobrecarga de trabalho impacta diretamente o rendimento acadêmico, uma vez que o estudante chega às aulas com desgaste físico e mental, dificultando a concentração e a assimilação dos conteúdos. Conforme Theodoro e Freitas (2025), essa condição compromete o processo de aprendizagem contínua, pois o cansaço acumulado reduz a capacidade cognitiva e a participação ativa nas atividades acadêmicas. Assim, o trabalho, embora necessário, torna-se um elemento que interfere negativamente na trajetória universitária.

A incompatibilidade entre os horários de trabalho e os horários acadêmicos, o que leva muitos estudantes à ausência frequente em aulas e atividades avaliativas. Para Cruz (2025), essa irregularidade no acompanhamento das disciplinas fragiliza o vínculo institucional do estudante, aumentando a probabilidade de reprovação e evasão. Dessa forma, a permanência no ensino superior depende não apenas do esforço individual, mas também da flexibilidade institucional.

A necessidade de priorizar o trabalho em detrimento dos estudos gera impactos diretos na formação acadêmica, pois o estudante deixa de participar de atividades essenciais como monitorias, iniciação científica e projetos de extensão. Segundo Silva et al. (2024), essas experiências são fundamentais para o desenvolvimento de competências acadêmicas e profissionais, e sua ausência limita a formação integral do estudante.

Em longo prazo, a dupla jornada contribui para o esgotamento físico e emocional, resultando em queda de rendimento e desmotivação progressiva. Conforme Santos e Garcia (2025), esse processo é cumulativo e silencioso, levando muitos estudantes a desistirem do curso sem necessariamente abandonarem o desejo de formação superior, mas sim diante da impossibilidade de conciliar todas as demandas.

Do ponto de vista institucional, observa-se que muitas universidades ainda não possuem políticas suficientemente flexíveis para atender estudantes trabalhadores, o que evidencia uma lacuna estrutural no ensino superior. Para Theodoro e Freitas (2025), a ampliação de modalidades híbridas e a flexibilização curricular são estratégias importantes para reduzir os impactos dessa barreira.

A conciliação entre trabalho e estudo deve ser compreendida como um fenômeno estrutural e não individual, exigindo políticas públicas e institucionais que garantam condições mais equitativas de permanência no ensino superior.

4.2. Dificuldades de adaptação acadêmica

As dificuldades de adaptação acadêmica representam um dos principais desafios enfrentados pelos estudantes ingressantes no ensino superior, especialmente nos primeiros semestres, quando ocorre a transição de um modelo escolar mais estruturado para um ambiente que exige maior autonomia intelectual. Segundo Silva et al. (2024), essa mudança abrupta pode gerar insegurança e desorientação acadêmica, impactando diretamente o desempenho inicial do estudante.

Muitos estudantes enfrentam dificuldades para compreender as exigências metodológicas da universidade, que incluem leitura extensa, produção científica e pensamento crítico. Para Cruz (2025), essa nova dinâmica exige competências que nem sempre foram plenamente desenvolvidas na educação básica, o que intensifica o choque acadêmico e dificulta a adaptação.

A falta de orientação institucional adequada contribui para a desorganização acadêmica, uma vez que muitos estudantes não recebem informações suficientes sobre estrutura curricular, métodos de avaliação e estratégias de estudo. Segundo Santos e Garcia (2025), a ausência de acompanhamento pedagógico inicial aumenta significativamente o risco de evasão nos primeiros períodos.

A dificuldade de integração social no ambiente universitário, especialmente entre estudantes que são os primeiros de suas famílias a ingressar no ensino superior. Conforme Silva et al. (2024), a sensação de não pertencimento pode gerar isolamento e reduzir o engajamento acadêmico.

A adaptação também envolve a necessidade de desenvolver maior autonomia nos estudos, o que pode ser um desafio para estudantes acostumados com modelos educacionais mais diretivos. Segundo Theodoro e Freitas (2025), essa autonomia é fundamental para o sucesso acadêmico, mas sua ausência inicial contribui para o baixo desempenho.

O choque entre expectativas e realidade universitária pode gerar frustração, desmotivação e abandono precoce do curso. Para Cruz (2025), muitos estudantes idealizam a universidade como um espaço mais simples do que realmente é, o que intensifica o processo de adaptação.

As dificuldades de adaptação acadêmica devem ser compreendidas como um fenômeno multifatorial, que exige ações institucionais de acolhimento, orientação e acompanhamento contínuo dos estudantes.

4.3. Lacunas na formação básica

As lacunas na formação básica constituem um dos principais desafios enfrentados por estudantes no ensino superior, pois refletem desigualdades acumuladas ao longo da trajetória escolar. Segundo Santos e Garcia (2025), essas deficiências impactam diretamente o desempenho acadêmico, especialmente em disciplinas que exigem leitura crítica e raciocínio lógico.

Muitos estudantes ingressam na universidade sem domínio adequado de conteúdos fundamentais, o que dificulta a compreensão de conceitos mais complexos. Para Silva et al. (2024), essa defasagem educacional exige esforços adicionais de aprendizagem, aumentando a sobrecarga acadêmica.

A necessidade de retomada de conteúdos básicos durante a graduação compromete o ritmo de estudos e gera dificuldades de progressão nas disciplinas. Segundo Cruz (2025), essa situação evidencia a fragilidade da educação básica e seus impactos diretos no ensino superior.

Outro aspecto relevante é a desigualdade educacional entre estudantes de diferentes contextos sociais, o que reforça a heterogeneidade de desempenho dentro das universidades. Para Theodoro e Freitas (2025), essa desigualdade exige políticas institucionais de nivelamento acadêmico.

As instituições de ensino superior, diante desse cenário, têm buscado implementar programas de reforço e tutoria acadêmica, com o objetivo de reduzir essas defasagens. No entanto, segundo Santos e Garcia (2025), a eficácia dessas ações depende de sua continuidade e integração ao currículo.

A ausência de políticas públicas eficazes voltadas à educação básica contribui para a manutenção dessas desigualdades, demonstrando que o problema tem origem estrutural. Conforme Cruz (2025), a universidade apenas reproduz desigualdades previamente existentes.

As lacunas na formação básica representam um fator central na análise da evasão universitária, exigindo ações articuladas entre diferentes níveis educacionais.

4.4. Impactos na saúde mental

Os impactos na saúde mental dos estudantes universitários têm se intensificado nas últimas décadas, sendo diretamente associados às pressões acadêmicas e sociais enfrentadas durante a graduação. Segundo Silva et al. (2024), há um aumento significativo de casos de ansiedade, estresse e depressão entre estudantes do ensino superior.

A sobrecarga de atividades acadêmicas, combinada com trabalho e responsabilidades pessoais, contribui para o esgotamento emocional. Para Santos e Garcia (2025), essa condição afeta diretamente a concentração e o rendimento acadêmico, comprometendo a permanência no curso.

A competitividade no ambiente universitário pode intensificar sentimentos de inadequação e insegurança, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade. Segundo Cruz (2025), esse cenário favorece o sofrimento psíquico e o isolamento social.

A falta de suporte psicológico institucional também agrava esse quadro, uma vez que muitos estudantes não têm acesso adequado a serviços de acompanhamento emocional. Para Theodoro e Freitas (2025), a ausência de políticas de saúde mental compromete a permanência estudantil.

Outro impacto relevante é a interferência direta dos transtornos psicológicos no desempenho acadêmico, prejudicando memória, atenção e organização dos estudos. Segundo Silva et al. (2024), isso aumenta significativamente o risco de evasão.

O sofrimento mental muitas vezes não é identificado precocemente pelas instituições, o que dificulta intervenções eficazes. Para Cruz (2025), o acompanhamento psicológico contínuo é essencial para reduzir esses impactos.

A saúde mental deve ser considerada um eixo central nas políticas de permanência estudantil, dada sua influência direta na trajetória acadêmica.

4.5. Estratégias institucionais de permanência

As estratégias institucionais de permanência são fundamentais para reduzir a evasão no ensino superior, pois buscam garantir condições mais equitativas de continuidade dos

estudos. Segundo Theodoro e Freitas (2025), a assistência estudantil desempenha papel essencial na manutenção de estudantes em situação de vulnerabilidade.

Programas como bolsas permanência e auxílios financeiros contribuem diretamente para a redução das desigualdades socioeconômicas, permitindo que estudantes se mantenham na universidade. Para Cruz (2025), essas políticas são determinantes para a permanência estudantil.

O apoio pedagógico por meio de monitorias e tutorias auxilia na superação de dificuldades acadêmicas, especialmente para estudantes com lacunas na formação básica. Segundo Santos e Garcia (2025), essas ações contribuem para a melhoria do desempenho acadêmico.

O suporte psicológico também é uma estratégia essencial, pois auxilia no enfrentamento de problemas emocionais que impactam a vida universitária. Para Silva et al. (2024), o acompanhamento psicológico reduz significativamente os índices de evasão.

As políticas de inclusão também desempenham papel importante ao garantir acesso e permanência de grupos historicamente marginalizados. Segundo Cruz (2025), a inclusão é um elemento central para a democratização do ensino superior.

A efetividade dessas estratégias depende da articulação entre diferentes setores institucionais e da continuidade das ações. Para Theodoro e Freitas (2025), políticas fragmentadas tendem a ter menor impacto.

As estratégias institucionais de permanência são indispensáveis para enfrentar as barreiras acadêmicas e sociais, promovendo uma educação superior mais inclusiva e equitativa.

5. CONCLUSÃO

A evasão no ensino superior é um fenômeno complexo que não pode ser compreendido a partir de uma única causa. Ela resulta da interação entre fatores acadêmicos, sociais, econômicos e emocionais que acompanham o estudante ao longo de sua trajetória universitária. Nesse sentido, compreender tais barreiras é fundamental para pensar soluções mais eficazes.

As dificuldades econômicas se destacam como um dos principais elementos que contribuem para o abandono dos cursos superiores. Muitos estudantes enfrentam limitações financeiras que dificultam a permanência na universidade, afetando desde o transporte até a aquisição de materiais acadêmicos essenciais. Essa realidade evidencia desigualdades estruturais que ainda persistem no acesso à educação.

As barreiras pedagógicas também exercem forte influência no desempenho e na permanência dos estudantes. Metodologias de ensino pouco inclusivas, falta de

acompanhamento adequado e dificuldades de adaptação ao ambiente universitário podem comprometer significativamente o rendimento acadêmico. Esses fatores acabam contribuindo para o desengajamento ao longo do curso.

Os aspectos emocionais e psicológicos igualmente desempenham um papel importante nesse cenário. A pressão acadêmica, o estresse e a ansiedade podem afetar diretamente a motivação dos estudantes, tornando o percurso universitário mais desafiador. Quando não há suporte adequado, esses elementos tendem a intensificar a possibilidade de evasão.

Diante desse contexto, as instituições de ensino superior têm um papel essencial na construção de estratégias de permanência estudantil. A criação de programas de apoio, acompanhamento psicológico e reforço pedagógico pode contribuir significativamente para a redução da evasão. Essas iniciativas fortalecem o vínculo do estudante com a instituição.

As políticas institucionais, quando bem estruturadas, são capazes de promover maior equidade no ambiente acadêmico. Elas ajudam a reduzir as desigualdades entre estudantes de diferentes origens sociais e econômicas, ampliando as possibilidades de sucesso acadêmico. Assim, tornam-se fundamentais para a democratização do ensino superior.

No entanto, tais esforços institucionais precisam ser complementados por políticas públicas mais amplas e eficazes. O apoio governamental é indispensável para garantir financiamento adequado, programas de assistência estudantil e condições mínimas de permanência. Sem esse suporte, as ações isoladas das instituições tornam-se limitadas.

A articulação entre governo, instituições de ensino e sociedade é essencial para enfrentar a evasão de forma mais estruturada. Somente por meio de ações integradas é possível construir um sistema educacional mais inclusivo e sustentável. Essa colaboração fortalece as bases da educação superior.

Também se destaca a importância de ampliar a produção de estudos sobre o tema. Pesquisas futuras podem contribuir para a identificação de novas estratégias de intervenção e para a avaliação da eficácia das políticas já existentes. Esse conhecimento é fundamental para o aprimoramento contínuo das práticas educacionais.

Conclui-se que a evasão universitária é um desafio multifacetado que exige respostas igualmente complexas. O enfrentamento desse problema depende da união entre políticas públicas, ações institucionais e suporte ao estudante. Somente assim será possível promover uma educação superior mais acessível, inclusiva e eficiente.

Samuel Ferreira

REFERÊNCIAS

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ, Iandra Aparecida da; CRUZ, Gabriel da. **Desafios da permanência estudantil nas universidades públicas: reflexões críticas**. *Revista de Educação Popular*, 2025. DOI: https://doi.org/10.14393/REP-2025-77466.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

LIMA, Aleska Trindade; CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência**. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 2023. DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68708.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

NOVAES, Edmarcius Carvalho et al. **Acesso e permanência no ensino superior: relatos interseccionais de estudantes com deficiência sobre suas experiências**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49895.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PINHEIRO, Diógenes. **Uma geração de políticas inclusivas na educação superior brasileira: do acesso e permanência ao acolhimento**. *Revista Periferia*, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/periferia.2024.80020.

ROBERT, Ellian et al. **Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil**. *Revista Acervo Educacional*, v. 6, 2024. DOI: https://doi.org/10.25248/rae.e16992.2024.

SANTOS, Djair Araújo; GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. **Desafios para permanência na graduação: análise dos motivos para a evasão estudantil**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49783.

SILVA, G. S. da; GIVIGI, R. C. do N.; CAMARGO, E. D. F. **Vivências de alunos autistas no ensino superior: acesso, permanência e inclusão**. *Revista Educação Especial*, v. 37, 2024. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X88635.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

SILVA, Milleny Santos et al. **Dificuldades de permanência de pessoas com deficiência no ensino superior**. *Revista Contrapontos*, v. 25, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.14210/contrapontos.v25n1.p334-346.

SILVA, Pâmela Eduarda Souza et al. **Acesso e permanência no ensino superior: barreiras enfrentadas pela juventude negra rural**. *REMUNOM*, 2025. DOI: https://doi.org/10.61164/7y914g74.

THEODORO, Diana; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Acesso e permanência no ensino superior público: o papel da assistência estudantil para estudantes cotistas**. *RECIMA21*, v. 6, n. 5, 2025. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v6i5.6425.

AGRADECIMENTOS

A realização deste e-book é resultado de um percurso marcado por estudo, reflexão e compromisso com a educação superior no Brasil. Cada etapa desta produção foi construída a partir do diálogo entre teoria e prática, entre a vivência acadêmica e a sensibilidade diante dos desafios que atravessam o cotidiano das instituições de ensino superior. Por isso, este trabalho não se apresenta como um esforço isolado, mas como parte de uma trajetória coletiva de construção do conhecimento.

Agradeço, inicialmente, a todos os educadores e pesquisadores que, ao longo da história da educação, contribuíram com suas ideias, investigações e inquietações para a compreensão crítica da universidade e de seus processos formativos. Suas obras e pensamentos foram fundamentais para a base teórica que sustenta esta produção.

Expresso também minha gratidão aos estudantes, cuja presença e trajetória inspiram continuamente a reflexão sobre o sentido da educação superior. Suas experiências revelam, com profundidade, os desafios da permanência, as dificuldades do acesso e, sobretudo, a força da superação diante das desigualdades que ainda marcam o sistema educacional brasileiro.

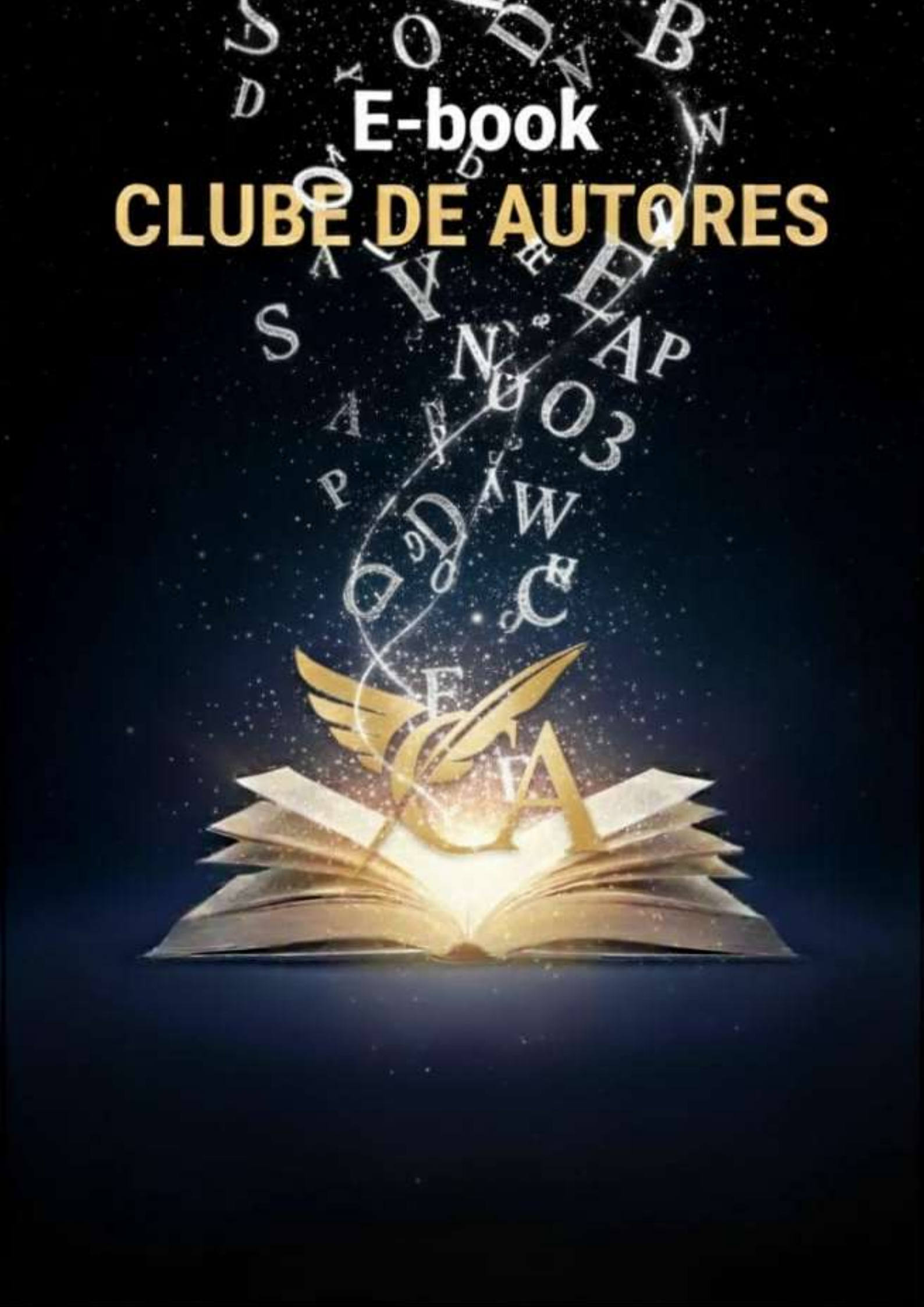
Agradeço às instituições de ensino que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção deste trabalho, seja por meio do incentivo à pesquisa, seja pela promoção de espaços de debate e formação crítica. Esses ambientes são fundamentais para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e transformadora.

Não poderia deixar de reconhecer o papel dos colegas de pesquisa e dos grupos de estudo, cujas discussões, questionamentos e contribuições enriqueceram significativamente este processo. O diálogo acadêmico é sempre um caminho de construção compartilhada do conhecimento.

Registro ainda minha gratidão àqueles que, nos bastidores da vida acadêmica, oferecem apoio silencioso, mas essencial, para que a produção intelectual se concretize. Familiares, amigos e apoiadores desempenham um papel fundamental ao sustentarem, com compreensão e incentivo, a trajetória de quem se dedica à pesquisa.

Este e-book nasce do compromisso com uma educação superior mais justa, crítica e inclusiva. Seu propósito é contribuir para o debate educacional contemporâneo, oferecendo reflexões que possam inspirar novas pesquisas, práticas pedagógicas e políticas públicas.

Que esta obra possa colaborar, de alguma forma, para o futuro da educação, fortalecendo a compreensão de que o conhecimento é um instrumento de transformação social e que a universidade deve permanecer como espaço de emancipação, diálogo e construção coletiva.


E-book
CLUBE DE AUTORES